

ÍNDICE

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	1
1.1 Objetivo.....	1
1.2 Apresentação do problema.....	1
1.3 Escolha do tema e delimitação do tema	2
1.4 Questão principal	4
1.5 Fontes	5
1.6 Dificuldades e limitações	7
1.7 Estrutura da dissertação	7
CAPÍTULO 2 – A COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR (CIMIC) E AS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ	9
2.1 Definições de CIMIC	9
2.2 Finalidades da CIMIC	11
2.3 Níveis de condução da CIMIC	12
2.4 Funções principais	13
2.6 Princípios da CIMIC	15
2.7 A Organização e o Comando e Controlo dos recursos CIMIC.....	16
2.8 Objetivos últimos de CIMIC	17
2.9 Capacidades físicas da CIMIC.....	18
2.10 A importância da CIMIC	19
2.11 Operações de Apoio à Paz	23
2.12 O relacionamento civil-militar. Diferenças culturais/ organizacionais	24
2.14 Desafios colocados à CIMIC	28
2.15 A formação dos agentes de CIMIC	29
CAPÍTULO 3 – O CONFLITO ISRAEL-LÍBANO DE 2006 E A UNIFIL	31
3.1 Antecedentes históricos	31
3.2 Os acontecimentos de 2006.....	32
3.3 A UNIFIL II.....	33
CAPÍTULO 4 – A POLITICA EXTERNA PORTUGUESA E A OPÇÃO PELA ENGENHARIA MILITAR	36
4.1 A política externa portuguesa e o Médio Oriente	36
4.2 A política externa portuguesa e a política de defesa nacional dos Governos de Portugal entre 2005 e 2011	42
4.3 A opção pela Engenharia Militar	47

CAPÍTULO 5 – A CIMIC PORTUGUESA NO LÍBANO	53
5.1 As Unidades de Engenharia Militar portuguesa no Líbano.....	53
5.2 Características específicas da CIMIC no Líbano.....	56
5.3 Linhas de atividade UNIFIL (LOA).....	61
5.4 Planos de CIMIC UNIFIL.....	62
5.5 Planos de CIMIC Nacional	69
5.6 Imagem e aceitação da força.....	75
5.7 Trabalho de continuidade	78
5.8 Cumprimento das finalidades da CIMIC	80
5.9 Projeção da imagem.....	84
CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES	88
6.1 Contributo para as populações locais.....	88
6.2 Contributos para a paz no Líbano e missão da UNIFIL	89
6.3 Evolução da CIMIC no TO do Líbano.....	90
6.4 Contributos para a política externa portuguesa	92
6.5 Mudança política em Portugal.....	93
FONTES.....	95

DEDICATÓRIA

De forma muito singela, dedico o presente trabalho à minha família, pelo apoio permanente.

À memória do meu pai Joaquim, falecido a 5 de outubro de 2012, de quem herdei a curiosidade académica e gosto pelo saber, com amor e saudade.

À minha mãe Alzira que sempre me incentivou, com sabedoria no cumprimento das minhas obrigações escolares. Não me poderei esquecer do que sempre me perguntava depois de uma prova escolar: “Fizeste bem?”

À minha irmã Laura pela compreensão, apoio e sabedoria.

À Beatriz, pela paciência, carinho, apoio, compreensão e por ter estado sempre ao meu lado.

Dedico também este trabalho ao *Soldado Português*, que tem contribuído para as missões de paz no Mundo, com profissionalismo, e dedicação inigualáveis, prestigiando o nome de Portugal e das Forças Armadas Portuguesas.

“Essas poucas páginas brilhantes e consoladoras que há na História do Portugal Contemporâneo escrevemo-las nós, os soldados, lá pelos sertões da África, com as pontas das baionetas e das lanças a escorrer em sangue. Alguma coisa sofremos, é certo; corremos perigos, passámos fomes e sedes e a não poucos prostraram em terra para sempre as fadigas e as doenças. Tudo suportámos de boa mente porque servíamos El-Rei e a Pátria, e para outra coisa não anda neste mundo quem tem a honra de vestir uma farda. Por isso nós também merecemos o nome de soldados; é esse o nosso maior orgulho”.

“Este reino é obra de soldados”

(...)“Porque ser soldado não é arrastar a espada, passar revistas, comandar exercícios, deslumbrar as multidões com os doirados da farda. Ser soldado é dedicar-se por completo à causa pública, trabalhar sempre para os outros”

Mouzinho de Albuquerque

(in, carta a S. Alteza Real o Príncipe D. Luís Filipe de Bragança)

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro agradecimento é para o Prof Doutor Doutor Manuel Loff, do Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais que foi inexcedível na sua disponibilidade para me ajudar desde o primeiro momento em que lhe solicitei orientação, para a realização deste estudo. Os seus conselhos foram essenciais, para a conclusão deste projeto e também para a resolução dos diversos problemas que a elaboração desta dissertação obteve durante este último ano.

Gostaria também de agradecer a todos os militares que deram o seu contributo para a obtenção de fontes para realização desta dissertação, em especial aos Comandantes das Unidades de Engenharia militar que cumpriram a sua missão no Líbano e que, se disponibilizaram a contar a sua história na primeira pessoa. Sem o seu contributo esta dissertação não seria possível. Sinto-me por isso na obrigação de agradecer, aos seguintes militares: Major Domingues, 2º Comandante da UnEng 1; TCor Rodrigues dos Santos, Comandante da UnEng 2; TCor Rebelo de Carvalho, Comandante da UnEng 3; Cor Alves Caetano, Comandante da UnEng 4; TCor Soares Pereira, Comandante da UnEng 5, TCor João Pires, Comandante da UnEng 6; TCor João Almeida, Comandante da UnEng 7; TCor Monteiro Fernandes, Comandante da UnEng 8; TCor Vale do Couto, Comandante da UnEng 9, TCor Barros Sepúlveda, Comandante da UnEng 10 e TCor Martins Costa, Comandante da UnEng 11.

Ainda do Comando das Forças Terrestres, ao Major Magrinho e ao Sargento-Ajudante Reis.

O meu último agradecimento vai para alguns militares que me forneceram vários elementos para a minha pesquisa e que não poderei esquecer: Ao Major Carlos Mimoso do Instituto de Estudos Superiores Militares, ao meu camarada e amigo Capitão Carlos Marques do Regimento de Engenharia nº 3 de Espinho.

RESUMO

Na sequência do conflito entre Israel e as forças do Hezbollah que deflagrou em agosto de 2006 no sul do Líbano, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou um mandato a missão da *United Nations Interim Force in Lebanon* (UNIFIL), que determinou o reforço de meios para o país dos cedros. Em consequência desse acontecimento, é aprovado em Portugal o envio de uma unidade de engenharia militar para integrar essa missão, com o objetivo de ajudar na reconstrução do país.

A presente dissertação tem por objetivo analisar as atividades de Cooperação Civil-Militar realizadas pelas onze unidades de Engenharia Militar que cumpriram a sua missão no Líbano, nos anos de 2006 a 2012, partindo das principais razões que levaram o Governo Português a enviar esta Força Nacional Destacada para um novo Teatro de Operações. Pretendeu-se retratar o contributo que a execução destas atividades para os objetivos da política externa no período de tempo em análise, através da análise das entrevistas realizadas aos comandantes dessas unidades de engenharia militar.

Palavras-chave: Cooperação Civil-Militar; Líbano; Exército Português; Política externa

ABSTRACT

In the sequence of the conflict that started in August 2006 in the south of Lebanon between Israel and the forces of the Hezbollah, the United Nations Security Council approved the mission of the United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL) which determined the reinforcement of military troops in the country. After this event Portugal approved the shipping of an engineering military unit to take part in this mission with the purpose to help rebuild the country.

This thesis aims to analyze the Civil-Military Cooperation activities carried out by the eleven Portuguese Military Engineering Units that were commissioned in the Lebanon between 2006 and 2012, starting by stating the reasons that led the Portuguese government to send this National Commissioned Force to this area. It was our intention to depict the contribution of these activities to the purposes of foreign policies in the period of time in question through the analyses of the interviews made to the Military Engineering Units Commander's.

Keywords: Civil-Military Cooperation; Lebanon; Portuguese Army; Foreign Policy

LISTA DE ACRÓNIMOS

AJP - *Allied Joint Publication*

AO - Área de Operações

CA - *Civil Affairs*

CCOE - *CIMIC Centre Of Excellence*

CEMGFA - Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

CEE - Comunidade Económica Europeia

CFT - Comando das Forças Terrestres

CGERALCIMIC - Companhia Geral CIMIC

CGS - *Cimic Group South*

CIMIC - Cooperação Civil-Militar

CMO - *Civil-Military Operations*

COIN - Counterinsurgency

CSDN - Conselho Superior de Defesa Nacional

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas

Cor – Coronel

DPKO - *Department of PeaceKeeping Operations*

EM - Estado-Maior

EMGFA - Estado-Maior General das Forças Armadas

EPE - Escola Prática de Engenharia

EUA - Estados Unidos da América

FA - Forças Armadas

FDI - Forças de Defesa de Israel

FND - Forças Nacionais Destacadas

FOC - *Full Operational Capability*

IESM - Instituto de Estudos Superiores Militares

IOC - *Initial Operational Capability*

ISAF - *International Security Assistance Force*

JP - *Joint Publication*

KLE - *Key Leader Engagement*

MDN- Ministro da Defesa Nacional

NATO – North Atlantic Treaty Organization

NU - Nações Unidas

OAP - Operações de Apoio à Paz

OLP - Organização de Libertação da Palestina

ONG - Organizações não-governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

QIP - *Quick Impact Project*

RC - Regulamento de Campanha

RE - Regimento de Engenharia

TO - Teatro de Operações

TCor- Tenente-coronel

UE - União Europeia

UnEng – Unidade de Engenharia

UNIFIL - *United Nations Interim Force in Lebanon*

UNCIMIC - *United Nations Humanitarian Civil-Military Coordination*

UNTSO - *UN Truce Supervision Organization*

UXO - *Unexploded Ordnance*

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1 Objetivo

Esta dissertação insere-se no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, iniciado no ano letivo de 2010/2011. Para a realização deste estudo, tive como orientador o Prof. Doutor Manuel Loff, do Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais.

O objetivo desta tese é analisar a Cooperação Civil-Militar (CIMIC) executada pelas unidades de engenharia militar portuguesas, que cumpriram a sua missão no âmbito da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (em inglês, *United Nations Interim Force in Lebanon* (UNIFIL)), no Teatro de Operações do Líbano, de 2006 a 2012, e tentar entender quais foram os contributos da execução deste tipo de atividade para a política externa portuguesa.

1.2 Apresentação do problema

Desde a década de 1990, que o Exército Português tem participado em várias missões no estrangeiro, no âmbito das Operações de Apoio à Paz (OAP), em diversos Teatros de Operações (TO), através das denominadas Forças Nacionais Destacadas (FND). Estas missões têm sido atribuídas, por norma, a unidades cuja constituição tem como núcleo principal, maioritariamente, constituídos por Batalhões de Infantaria, Grupos de Cavalaria, ou Agrupamentos de ambas.

Na sequência dos confrontos que decorreram no Líbano, em agosto de 2006, entre as forças militares de Israel e o Hezbollah, o Exército Português destacou para esse país uma unidade de engenharia militar, com o objetivo de apoiar a UNIFIL, que já existia desde 1978 e que se reformulou nessa data, através de um novo mandato da ONU.

Durante do processo de escolha da unidade militar a ser empenhada neste TO, o Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN) determinou, a 30 de agosto de 2006, o envio desta força de engenharia militar, designada Unidade de Engenharia

(UnEng), com o objetivo de apoiar a UNIFIL, no âmbito do apoio geral de engenharia. As razões desta escolha resultam das capacidades que uma unidade militar deste tipo possui, ao nível de humano e material, bem como, as capacidades de construções verticais e horizontais, que permitiriam efetuar trabalhos de apoio à UNIFIL, mas também de apoio à reconstrução das infraestruturas do país, destruídas durante este conflito. Para o Governo Português, a escolha deste o papel desta força militar teve especial importância devido, precisamente, a esta razão.

É aqui que se enquadra o conceito de CIMIC, que veremos no capítulo 2. Estas ações podem ser efetuadas em apoio da missão das forças presentes num TO, quer em OAP, quer noutra tipo de operações militares.

1.3 Escolha do tema e delimitação do tema

O interesse particular sobre a temática das OAP nasce da minha própria condição de militar do Exército Português, o qual se desenvolveu durante minha participação numa FND, no TO da Bósnia e Herzegovina, integrado do 1º Batalhão de Infantaria, no 2º semestre de 2006. Durante essa missão, onde desempenhei funções, na vertente operacional, como Comandante de Pelotão de Atiradores, apercebi-me do potencial de algumas ações específicas desenvolvidas pelo meu Batalhão, no âmbito da Cooperação Civil-Militar (CIMIC). Este tipo de atividades tem sido desenvolvido em vários TO, destacando-se pela forma como aproxima as unidades militares presentes num contexto de OAP, das populações locais. Este tema da CIMIC foi o ponto de partida para a pesquisa inicial. Mais tarde, delimitou-se o tema conforme descrito no ponto seguinte.

Inicialmente, procurou-se definir um objeto de estudo mais abrangente, tentando observar todo o espectro das OAP desenvolvidas pelo Exército Português, nos diversos TO, na Bósnia e Herzegovina, Kosovo, Timor-Leste, Afeganistão e Líbano. Essa tarefa pareceu hercúlea, uma vez que a pesquisa por um tão vasto leque de teatros e áreas do globo se torna insustentável.

O interesse pela atividade CIMIC desenvolvida no TO Líbano tem as seguintes delimitações:

a. Número de unidades militares

A escolha pelas UnEng no Líbano delimitou o estudo a onze unidades militares, o que permitiu uma análise de um universo mais pequeno, comparativamente com outros TO, como a Bósnia e Herzegovina, ou o Kosovo.

b. Temporal

O contingente português cumpriu a sua missão, de 24 de novembro de 2006 a 13 de julho de 2012. A presença neste país foi de quase seis anos, e para onde o Exército enviou 11 unidades Força Nacional Destacada (FND). A opção por este TO permite que se efetue a análise de todas as unidades que cumpriram missão nesse TO, o que comparativamente com os TO já referidos, permite uma análise mais sintetizada e completa.

c. Por tipo de unidades

As características das unidades de engenharia militar são diferentes das unidades empenhadas noutros TO (normalmente, Batalhões ou Agrupamentos de Infantaria ou Cavalaria), em particular, pela sua capacidade de construção de infraestruturas. Outra razão para esta escolha é o facto de ser a primeira vez que unidades de engenharia militar são projetadas de forma isolada (isto é não integradas em Batalhões, Grupos ou Agrupamentos) como FND, para fora do país.

d. Enquadramento da Missão da Organização das Nações Unidas (ONU)

A UNENG participa numa missão sob a égide da ONU, onde o papel desempenhado pela CIMIC tem características próprias. As razões que nos levam a optar pela análise das atividades de CIMIC no Líbano resultam também do facto de serem OAP, sob a égide da ONU.

e. Geográfica/ geoestratégica

O Médio Oriente é uma região com importância estratégica mundial, havendo uma especial atenção, por parte da União Europeia e de Portugal, na intervenção militar no Líbano, em 2006. A participação portuguesa na missão da UNIFIL, permitiu o reforço da visibilidade de Portugal nessa região, mas também nas organizações internacionais em que está integrado, sendo de destacar a eleição de

Portugal como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, durante o biênio 2011-2012.

1.4 Questão principal

As unidades militares podem executar ações de CIMIC, ao nível estratégico, operacional e tático. Normalmente, as FND portuguesas desenvolvem estas atividades apenas no nível tático ou, eventualmente, operacional, como é exemplo, o caso dos Batalhões/ Agrupamentos que prestaram serviço na Bósnia e Herzegovina, Timor ou, ainda no Kosovo. Neste âmbito, as ações de CIMIC desenvolvidas contribuíram para a missão dessas próprias FND. Por outro lado, uma das finalidades da CIMIC é contribuir para os objetivos da política externa portuguesa.

A questão principal que se coloca é saber se o trabalho desenvolvido pelas UnEng no Líbano contribuiu de algum modo, para os objetivos da política externa portuguesa durante os anos de 2006 a 2012.

No desenvolvimento desta questão, teremos que determinar quais os objetivos da política externa portuguesa durante esses anos e de que forma a escolha de uma unidade de engenharia militar contribuiu para o duplo objetivo de integração na missão da UNIFIL e de apoiar as populações libanesas na reconstrução do país. Como veremos no capítulo 3 esta seria a grande razão para o envio de uma unidade deste tipo, para o TO do Líbano.

Por outro lado, é pertinente abordar de que forma as UNENG realizaram ações de CIMIC, analisando as seguintes questões:

Quais as linhas de atividade desenvolvidas e que projetos foram realizados?

Qual o benefício para a população local?

Como se relacionaram as tropas portuguesas com as populações locais?

Como cumpriu a CIMIC as suas finalidades, imediatas, a médio e a longo prazo?

Qual a imagem de Portugal que foi projetada?

Qual o benefício para o Exército Português e para as Forças Armadas Portuguesas?

1.5 Fontes

a. Fontes primárias

Durante a pesquisa inicial, verificou-se que a informação para a descrição das atividades desenvolvidas pelas Unidades de Engenharia (UnEng) estaria contida nos Relatórios de Fim de Missão que os Comandantes dessas unidades entregam no final da respetiva missão ao Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) e nas diversas entidades do Exército, sendo que estão arquivados, de modo centralizado, no Comando das Forças Terrestres (CFT), em Oeiras.

Dessa pesquisa, constatou-se que os referidos relatórios estão classificados com o grau de classificação de *Confidencial*, pelo que não poderiam ser utilizados nesta investigação. No entanto, efetuou-se um requerimento, endereçado à entidade responsável (Tenente-General Comandante do CFT), para se proceder a um processo de desclassificação parcial das páginas relativas à CIMIC. Inicialmente, o processo foi realizado no sentido das entidades do Exército, que são responsáveis pela desclassificação destes documentos, darem parecer favorável ao deferimento, relativo ao requerimento apresentado. No entanto, em última instância, o mesmo foi indeferido, pelo que se verificou um enorme revés nas fontes a utilizar nesta dissertação.

Ao mesmo tempo que decorria este processo, foram realizadas entrevistas com os comandantes das UnEng que cumpriram missão no Líbano. Estas entrevistas tiveram o objetivo de complementar a informação que consta nos seus Relatórios de Fim de Missão. Como consequência da não desclassificação destes documentos, as entrevistas realizadas a estes militares passaram a constituir as fontes primárias essenciais para a realização deste estudo.

Deste modo, grande parte do capítulo relativo à descrição das atividades de CIMIC desenvolvidas no Líbano resulta de fonte oral, conservada em arquivo pessoal. No entanto, não houve a possibilidade de entrevistar pessoalmente todos os comandantes das UnEng. Daí que se tenha procedido ao envio do questionário via

correio eletrónico, que foi respondido pelos restantes comandantes que, por diversas razões, não puderam ser entrevistados pessoalmente. Quer num caso, quer no outro, usou-se de especial cuidado na recolha e tratamento da informação que poderia ser considerada confidencial.

O trabalho de recolha desta informação foi um processo dinâmico, entre o investigador e os militares que se disponibilizaram a responder às questões propostas, tendo como base uma bateria de questões que foram, de um modo geral, comuns. Esta recolha dinâmica teve como objetivo a busca de informação que permitisse responder às questões apresentadas, nesta dissertação, sendo que a grande preocupação foi evitar que se tocassem matérias, que poderiam ser suscetíveis de ferir a confidencialidade das informações militares.

Além destas foram utilizados artigos de jornal como fontes de informação, relativas a membros do Governo e os programas de governo de 2005, 2009 e 2011.

As fontes utilizadas para o enquadramento doutrinário e conceptual, baseiam-se nos regulamentos vigentes na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), em Portugal e as Nações Unidas. E os diapositivos do curso de CIMIC ministrado no Instituto de Estudos Superiores Militares.

b. As fontes secundárias

As fontes secundárias que suportam este estudo têm origem diversa, de acordo com os objetivos de cada capítulo.

Foram também utilizadas fontes de investigadores nacionais e estrangeiros, que produziram estudos académicos relativos à importância que a CIMIC, nos atuais TO, com o objetivo de entendermos, qual a sua influência para militares e civis, em cenários de conflito.

Para a descrição política externa portuguesa e do conflito Israel-Líbano, de 2006, as fontes utilizadas foram as constantes em revistas especializadas na área das relações internacionais.

1.6 Dificuldades e limitações

Este estudo teve como principal dificuldade, como já foi referido, o facto de não ter sido autorizada a desclassificação dos Relatórios de Fim de Missão dos comandantes das UnEng. Essa dificuldade constituiu-se como a principal limitação à investigação, uma vez que, inicialmente, se pretendia que o estudo incidisse com maior pormenor relativamente aos dados sobre os recursos utilizados por cada unidade (meios humanos, meios materiais, combustíveis e, eventualmente, meios financeiros, entre outros). Essa intenção foi posta de lado e optou-se por perceber a foi a evolução da CIMIC no Líbano, bem como as unidades portuguesas se inseriram na área de operações da sua responsabilidade e os resultados que tiveram na melhoria das condições de vida das populações locais.

Por outro lado, importa referir que a CIMIC é apenas uma parte da atividade operacional que as UnEng desempenhavam no Líbano. Aliás, a missão principal da força não é a execução da CIMIC, como veremos no capítulo 5. A atividade operacional a que nos referimos é genericamente de apoio de engenharia à UNIFIL, no âmbito da mobilidade, proteção, e melhorias das suas instalações e de construções específicas para a UNIFIL. Estas, foram também um grande contributo para a missão geral da UNIFIL. No entanto, o estudo destas atividades não seria possível, uma vez que, seria muito mais difícil solicitar às entidades competentes desclassificação da informação relativa à mesma, devido ao sigilo da confidencialidade dos documentos onde está descrita.

1.7 Estrutura da dissertação

Esta dissertação está dividida em seis capítulos, sendo que no capítulo 2 (A Cooperação Civil-militar (CIMIC) e as Operações de Apoio à Paz), faremos o enquadramento conceptual relativo à CIMIC e as OAP, bem como perceber a importância que esta atividade tem, para as atuais operações militares.

No capítulo 3 (O conflito Israel-Líbano e a UNIFIL), desenvolveremos os pontos principais relativos ao conflito Israel-Líbano de julho/ agosto 2006, bem como a intervenção da UNIFIL, neste conflito.

No capítulo 4 (A política externa portuguesa e a opção pela engenharia militar), abordaremos as questões essenciais à política externa portuguesa relativamente ao Médio Oriente e, em particular, a visão dos membros do governo que levaram à decisão de enviar uma unidade de engenharia militar para apoio à UNIFIL.

Em relação ao Capítulo 5 (A CIMIC portuguesa no Líbano), faremos uma descrição das atividades de CIMIC desenvolvidas por UNENG e analisaremos as entrevistas realizadas aos Comandantes das UnEng.

Por último, o capítulo 6 (Conclusões) será destinado às conclusões, onde se pretende responder às questões levantadas neste estudo.

CAPÍTULO 2 – A COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR (CIMIC) E AS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ

Neste capítulo iremos abordar os principais conceitos que envolvem a CIMIC, partindo do entendimento das vertentes da sua definição. As definições adotadas pelas organizações e forças armadas internacionais podem sofrer algumas variações, de acordo com o tipo de operação que se desenvolve e pelo seu enquadramento. Nesse sentido, importa observar os conceitos adotados em Portugal, pela NATO, pelos EUA e, de forma muito particular, o conceito presente nos documentos da ONU.

No âmbito das Operações de Apoio à Paz, será realizada uma abordagem a alguns conceitos relacionados com o enquadramento concetual relacionado com as operações de apoio à paz, com o universo do relacionamento civil-militar e com os antecedentes da CIMIC, em particular os que se enquadram no âmbito da ONU.

2.1 Definições de CIMIC

a. Portugal

Segundo o Regulamento de Campanha – Operações, que é a base doutrinária portuguesa, no que respeita a operações terrestres, a CIMIC é definida como a coordenação e a cooperação, **em apoio da missão**, “entre o comandante de uma força militar e os atores civis, nos quais se incluem a população civil local e as suas autoridades representativas, bem como as organizações não-governamentais internacionais e nacionais e ainda as agências”.¹

b. NATO

A definição portuguesa de CIMIC tem como principal referência doutrinária, a definição produzida na NATO, constante na sua publicação *AJP-9 NATO Civil-Military Co-Operation (CIMIC) Doctrine*, que a define como: “A coordenação e cooperação, em apoio da missão, entre o Comandante NATO e os atores civis onde se inclui a população civil local e as suas autoridades representativas assim como as

¹ EXÉRCITO PORTUGUÊS, *Regulamento de Campanha – Operações*, EME, Lisboa, 2005, pág. 8-1

organizações não-governamentais internacionais e nacionais e ainda as agências”². No caso da Aliança Atlântica, o âmbito de aplicação da CIMIC engloba quer ao nível do art.º 5 (Operações de Defesa Coletiva) do Tratado, quer ao nível de operações não-art.º 5º (Operações de Resposta a Crises).³

c. Estados Unidos da América

No caso das Forças Armadas dos Estados Unidos da América, o manual *Joint Publication 3-57.1 - Joint Doctrine for Civil Affairs*, vulgarmente conhecido por JP 3-57, não apresenta o conceito de CIMIC tal como o conhecemos na NATO. Este engloba as tarefas de CIMIC num conceito mais alargado, o de *Civil Affairs* (ou Assuntos Cíveis), através do conceito de *Civil Military Operations* (CMO), não rejeitando a definição NATO, uma vez que as tarefas de CIMIC se enquadram dentro do que são as suas atribuições de CMO. Define então o JP 3-57 que as *Civil Military Operations* (CMO) são “atividades de um comandante para estabelecer manter, influenciar ou explorar as relações entre as forças militares, organizações civis governamentais e ONG, autoridades e a população, numa área operacional amigável, neutral ou hostil, com a finalidade de facilitar as operações militares e consolidar e alcançar os objetivos operacionais dos EUA”.⁴

d. ONU

Importa, pois, referir uma outra definição, a da ONU, uma vez que, as operações conduzidas no Líbano se realizam sob a égide desta organização, o conceito adotado pelas Nações Unidas aborda muitas vezes esta temática como *United Nations Humanitarian Civil-Military Coordination* (UNCIMIC). Para o *Department of Peace Keeping Operations* (DPKO) a definição adotada é a seguinte: “A UNCIMIC é o sistema de interação, envolvendo a negociação, apoio mútuo, planeamento conjunto e troca de informação, entre elementos militares e organizações humanitárias, organizações de desenvolvimento ou a comunidade civil, para alcançar os objetivos das Nações Unidas”.⁵

² NATO, *AJP-9 NATO Civil-Military Co-operation (CIMIC) Doctrine*, 2003, pág 1-1

³ EXÉRCITO PORTUGUÊS, *Regulamento de Campanha – Operações*, EME, Lisboa, 2005, pág. 8-5 a 8-6

⁴ JOINT CHIEFS OF STAFF, *Joint Publication 3-57.1 Joint Doctrine for Civil Affairs*, 2008, pág. 1-2

⁵ DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS - UNITED NATIONS, *Civil-Military Coordination Policy*, New York, 2002, pág.2

O DPKO adotou no entanto o acrónimo CIMIC para as suas missões desde 2000, estando a ser utilizado em várias missões das Nações Unidas, como é o caso do Líbano, sendo muitas vezes utilizado o acrónimo UN CIMIC, para diferenciar do termo utilizado pela NATO.

Por outro lado, nas operações de paz da ONU, a Coordenação Civil-Militar ocorre entre a componente militar e todas as componentes civis da missão da ONU, outros membros pertencentes às Nações Unidas e ainda todos os outros atores, internos ou externos na área da missão.

No que respeita à CIMIC nas Nações Unidas, esta insere-se em missões que são estruturadas nas seguintes componentes: Representante Especial do Secretário-Geral; Força de Manutenção de Paz; Coordenador Humanitário; Polícia das Nações Unidas (CIVPOL), Unidade de Direitos Humanos e Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD).

De modo a assegurar que todas estas componentes trabalham de forma integrada, são necessários mecanismos de coordenação entre civis e militares, bem como, estruturas que facilitem e conduzam o apoio, o planeamento conjunto e a troca de informações permanente entre todos os atores civis e militares envolvidos no conflito.

O DPKO designa por CMCOORD a coordenação entre civis (organizações humanitárias) e militares, e define-a como um sistema de interação que inclui a troca de informação, negociação e apoio mútuo a todos os níveis, tendo como princípios: a interdependência, evitar a duplicação e a utilização de esforços combinados.

2.2 Finalidades da CIMIC

O mesmo Regulamento de Campanha – Operações define, a nível nacional, três finalidades da CIMIC, que deverão ser complementares:

a. Finalidade Imediata

A finalidade imediata consiste em “estabelecer, proporcionar e manter a cooperação entre o Comando de uma força militar, as autoridades civis,

organizações, agências e a população que estão presentes na área de operações, de modo a criar condições que proporcionem ao comandante, as maiores vantagens para o cumprimento da missão”.

b. Finalidade de Médio Prazo

Esta finalidade está diretamente ligada com objetivo final da missão, ou seja, a CIMIC “deverá contribuir para criar e manter as condições que possibilitem atingir o estado final desejado para a operação”.

c. Finalidade de Longo Prazo

“A CIMIC deverá contribuir para serem atingidos, de um modo contínuo no tempo e na ação, os objetivos da política externa de Portugal”.⁶

2.3 Níveis de condução da CIMIC

Complementarmente, os níveis de condução da CIMIC são três: o nível tático, o nível operacional e o nível estratégico.

Ao nível tático, observamos a interação entre os meios militares e civis, devendo ser uma preocupação de todos os militares intervenientes no terreno, pois os reflexos da sua atuação têm efeitos imediatos⁷.

Ao nível operacional, as ligações são estabelecidas entre o comandante no TO e os elementos que lideram no terreno os atores não militares, sendo responsável pela celebração de acordos específicos e a promoção da cooperação entre todos os atores presentes.

No nível estratégico, a responsabilidade do estabelecimento das ligações é entre o comando estratégico das forças e as direções superiores das organizações presentes, de modo a facilitar a obtenção de recursos e também a obtenção de informação a esse nível estando em consonância com os objetivos políticos e o estado final estratégico-político desejado para essa missão.

⁶ EXÉRCITO PORTUGUÊS, *Regulamento de Campanha – Operações*, EME, Lisboa, 2005, pág. 8-1

⁷ DUARTE, Luis, *Os desafios colocados à CIMIC na conduta das operações militares. TII CEMC*, IESM, Lisboa, 2008, Pág. 8 e 9

2.4 Funções principais

As principais funções da CIMIC são: A ligação Civil-militar; o apoio à Estrutura Civil; o apoio à Força, apoio interno; o apoio à política externa de Portugal.⁸

a. A ligação civil-militar

“A intenção da ligação civil-militar é a de providenciar a coordenação tida como necessária, de modo a facilitar e a suportar o planeamento e a conduta de operações.”
É referido também que esta função contribui para:

- “A criação de um clima de confiança;
- Assegurar efetiva comunicação;
- Garantir a legitimidade da missão;
- Garantir o apoio da população.

Esta atividade requer o apoio de um conjunto de políticas de Informação, Relações Públicas e Operações Psicológicas apropriadas”.⁹

b. O apoio à estrutura civil

Esta função tem como característica o facto de abarcar um largo espectro de atividades CIMIC, bem como um diversificado e vasto leque de recursos militares, de que se destacam a informação, material e equipamento, comunicações, treino e especialistas, que deverão ocorrer onde e quando for requerido de modo a criar as condições necessárias para o cabal cumprimento das missões, e/ou porque as organizações civis não têm capacidade para levar a cabo essas tarefas que vão desde a ajuda humanitária até reparações e reconstrução de infraestruturas¹⁰.

c. Apoio à força

O comandante militar, poderá necessitar de apoio civil significativo na sua área de operações, principalmente no que respeita ao apoio das populações, ao nível dos recursos e informações e das autoridades civis para a segurança, verificando-se,

⁸ EXÉRCITO PORTUGUÊS, *Regulamento de Campanha – Operações*, EME, Lisboa, 2005, pág. 8-2

⁹ MDN/IESM – *Sessão 4- A CIMIC nas operações*, apresentação em diapositivos, Pedrouços:2011, diapositivo nº35

¹⁰ Idem, diapositivo nº24

também, a necessidade desse apoio e cooperação para obter liberdade de movimentos.¹¹ Com este apoio os comandantes podem obter por parte das entidades civis um maior reforço da legitimidade de atuação e maior liberdade de ação.

d. Apoio interno

“Também em território nacional, existe um conjunto de atividades que podem ser levadas a cabo para o apoio da população, em situações especiais, tais como o estado de emergência ou de sítio”.

e. Apoio à política externa de Portugal

Preconiza o mesmo Regulamento que “a CIMIC é uma função que engloba um vasto conjunto de atividades, conduzidas pelas forças militares nacionais, em território estrangeiro, para apoiar e auxiliar a consecução da política externa de Portugal”.¹²

2.5 Fases do emprego operacional

O emprego da CIMIC pode variar conforme o tipo de operação, devido a fatores relacionados com o ambiente civil existente e a natureza diferenciada das relações a estabelecer entre os militares e os atores civis, sendo consideradas três fases:

- a Fase pré-operacional: compreende os trabalhos a executar antes do início das operações, como forma de preparação do comandante da força e que corresponde ao planeamento e à instrução do pessoal.

- a Fase operacional: referente à aplicação dos planos definidos na fase anterior e que conjuga o estabelecimento de comunicação ao nível mais alargado com os organismos presentes no local.

- Fase de transição: esta fase baseia-se nas relações estabelecidas na fase anterior e tem como finalidade permitir que haja uma transferência suave das responsabilidades que até aqui foram suportadas pela força militar, para as

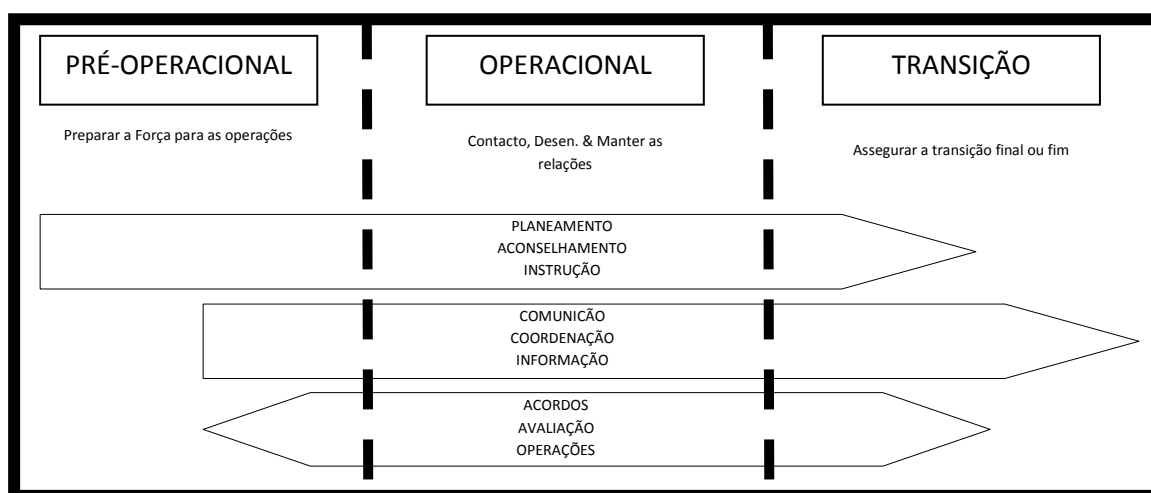
¹¹ EXÉRCITO PORTUGUÊS, *Regulamento de Campanha – Operações*, EME, Lisboa, 2005, pág. 8-2

¹² Idem pág. 8-3

autoridades locais, tendo como preocupação o encerramento das operações sem que a vida civil seja perturbada¹³.

O quadro que se segue, sistematiza as tarefas desenvolvidas em cada uma das fases.

Gráfico nº 1: Tarefas a desempenhar pelos elementos de EM CIMIC nas fases de uma operação



Fonte: HING, Telmo, *Cooperação Civil – Militar e os assuntos civis na doutrina militar nacional*. TII CEMC, IESM, Lisboa, 2008, pág. 2

2.6 Princípios da CIMIC

A CIMIC abarca um conjunto de princípios essenciais, que influenciam a conduta das operações, ao longo de todo o espectro dos conflitos, dividindo-se em princípios de natureza militar e princípios de relacionamento civil-militar.

Os princípios de natureza militar são: primado da missão, comando, economia, priorização, concentrações de recursos e os princípios relacionados com as obrigações legais e considerações humanitárias. Estes são considerados estritamente militares e orientam os processos militares internos ao nível da operacionalização de planos de CIMIC, regulando a sua execução.

Os princípios de relacionamento civil-militar são os princípios que servem de orientação para o estabelecimento e manutenção de um efetivo relacionamento civil-

¹³HING, Telmo, *Cooperação Civil – Militar e os assuntos civis na doutrina militar nacional*. TII CEMC, IESM, Lisboa, 2008, pág. 2

militar com as autoridades civis, agências, organizações e populações, sendo os seguintes: consciência cultural, objetivos comuns, responsabilidade partilhada, consentimento, transparência e comunicação.¹⁴

2.7 A Organização e o Comando e Controlo dos recursos CIMIC

O Regulamento de Campanha – Operações estabelece que a organização e o Comando e Controlo da componente CIMIC de uma Força, deverá depender do tipo de situação devendo ser, no entanto, flexível o suficiente para se adaptar, continuamente à operação a decorrer num determinado TO, sendo que a componente física da capacidade CIMIC, se divide em três elementos:

- **Elementos de Estado-Maior de CIMIC na Força**

Elementos que executam o planeamento, aconselham e efetuam assessoria ao Comandante da Força;

- **Elementos CIMIC**

São elementos que executam propriamente as operações CIMIC no terreno, normalmente aliados a uma componente de comando terrestre e que apoiam os comandos subordinados, efetuando aconselhamento e a execução de projetos denominados de *Quick Impact Project*¹⁵(QIP).¹⁶

- **Especialistas funcionais**

As forças podem utilizar especialistas, militares ou civis, numa determinada área, que podem atuar individualmente ou em equipa, reforçando o papel dos elementos anteriores.¹⁷

¹⁴ EXÉRCITO PORTUGUÊS, *Regulamento de Campanha – Operações*, EME, Lisboa, 2005, pág. 8-3 a 8-5

¹⁵ Um QIP é uma tarefa ou uma atividade específica empreendida pela força militar isolada ou em conjunto com uma ou mais entidades civis (autoridades nacionais e/ou regionais, populações civis, ONG, OI), sempre em apoio da missão.

¹⁶ HING, Telmo, *Cooperação Civil – Militar e os assuntos civis na doutrina militar nacional. TII CEMC*, IESM, Lisboa, 2008, pág. 21

¹⁷ EXÉRCITO PORTUGUÊS, *Regulamento de Campanha – Operações*, EME, Lisboa, 2005, pág. 8-5 e 6

2.8 Objetivos últimos de CIMIC

Os objetivos últimos de CIMIC são:

- A ligação com as organizações/entidades civis a todos os níveis;
- A integração das atividades com civis aos diversos níveis de planeamento;
- A integração com outras atividades operacionais;
- A promoção da avaliação da situação, em termos do ambiente operacional e das necessidades;
- A supervisão as atividades a desenvolver;
- A promoção de uma transição gradual e em segurança para as autoridades civis.¹⁸

Ao nível militar a CIMIC é considerada uma função de apoio de combate, isto é, as atividades desenvolvidas contribuem para a missão principal da unidade a que pertencem. Importa salientar que, no caso do Líbano, a CIMIC é uma atividade que está ligada, essencialmente, no nível tático, às subunidades da *United Nations Interim Force in Lebanon* (UNIFIL), com particular incidência sobre as unidades de engenharia e, no nível operacional, à UNIFIL, através da coordenação por parte do J9/UNIFIL (CIMIC)¹⁹.

No caso do Líbano, a CIMIC tem como finalidades principais, o apoio à UNIFIL para garantir: a liberdade de movimentos, a segurança pública, a reparação de infraestruturas, a melhoria da saúde pública e o apoio à administração civil²⁰. A CIMIC deverá contribuir para que se cumpra a missão da Força e não se confundir com “a missão” da força militar. “Os objetivos das atividades CIMIC efetuadas pelas forças portuguesas foram, de acordo com a definição da Doutrina Militar Portuguesa e por esta ordem: 1º - Aumentar e consolidar os níveis de aceitação da Força pela

¹⁸ MDN/IESM, *Sessão 1- Introdução à CIMIC, apresentação em diapositivos*, Pedrouços:2010, diapositivo nº 40

¹⁹ Neste caso, o J9/UNIFIL é o órgão de Estado-maior que apoia o Comandante da UNIFIL, nos assuntos relacionados com a CIMIC

²⁰ Entrevista ao TCor Rodrigues dos Santos, Comandante da UnEng 2, cedida autor desta dissertação, 1 junho de 2012, Lisboa

população e pelos outros atores em TO; 2º - Melhorar a qualidade de vida das populações”.²¹

2.9 Capacidades físicas da CIMIC

- **NATO**

Importa referir algumas das estruturas que são importantes para a formação dos quadros militares. Referimo-nos, em primeiro lugar, às capacidades físicas existentes nesta organização, uma vez que têm grande influência nas Forças Armadas Portuguesas, sendo de destacar dois grupos CIMIC: o *CIMIC Group North* (CNG) e o *CIMIC Group South* (CGS). O primeiro está localizado na Holanda, tendo sido reformulado recentemente tendo a atual designação de *CIMIC Centre Of Excellence* (CCOE). Desde 2007, este centro dedica-se ao treino e produção de doutrina. Quanto ao segundo grupo, que tem a sua sede em Motta di Livenza, perto de Veneza, na Itália, conta com a participação, para além deste país, da Grécia, de Portugal, da Turquia e da Hungria e é considerado o principal encargo operacional de CIMIC da NATO, ou seja, é responsável pelo emprego dos seus meios em missões que podem ser do Artº 5 (Defesa Coletiva) ou de não-Artº 5 (Operações de Resposta a Crises). Este centro tem como tarefas gerais: guarnecer os comandos subordinados da componente terrestre de elementos de apoio CIMIC, disponibilizar apoio de especialistas funcionais, estabelecer um ou dois centros de CIMIC, conforme a situação, conduzir atividades CIMIC, manter um relacionamento pró-ativo com as diversas organizações civis; estimar de custos de projetos, atividades, operações e missões CIMIC e estudos e avaliações de situação.²²

- **Centro de CIMIC**

Uma outra capacidade física que se pode encontrar é a existência de centros de CIMIC. Estes têm a função de executar ligação civil-militar com a finalidade de “assegurar a coordenação necessária para facilitar o planeamento e a execução das operações militares, tendo como objetivos: a criação e um clima de confiança;

²¹ Questionário enviado ao TCor João Almeida e recebido em correio eletrónico, 25 de agosto de 2012

²² DUARTE, Luis, *Os desafios colocados à CIMIC na conduta das operações militares. TII CEMC*, IESM, Lisboa, 2008, Pág. 8

garantir liberdade de ação; coordenar as ações civis a decorrer; assegurar efetiva comunicação; garantir a legitimidade da missão; garantir o apoio da população”. Estes podem estar localizados “dentro ou fora do perímetro de segurança de um QG, ou ser móveis, mas em local acessível e conhecidos dos civis”.²³

- **Nas Forças Armadas Portuguesas**

As Forças Armadas Portuguesas possuem uma unidade de CIMIC própria, às ordens do EMGFA, que possui um núcleo permanente, que está sediado no Regimento de Engenharia nº 1, na Pontinha e a restante força está em ordem de batalha, sendo ativada para exercícios, ou em caso de necessidade em atividade operacional. Esta unidade denomina-se Companhia Geral CIMIC e foi ativada em 16 de outubro de 2001, recebendo contribuições para a sua formação da Itália e de outras nações, tendo sido dado o início de atividade em março de 2003, ficando com operacionalidade efetiva no final desse mesmo ano.

2.10 A importância da CIMIC

As recentes alterações doutrinárias adotadas por diversas organizações internacionais, como a NATO ou a ONU, refletem a importância que estas atividades têm no contexto atual da gestão de crises. Como consequência deste ambiente, verificou-se que a NATO procedeu a uma revisão concetual, no sentido de se regulamentar os procedimentos para facilitar a cooperação entre as unidades militares e as organizações civis nos teatros de operações.²⁴

Para Thomas Mockaitidis, a importância da cooperação entre civis e militares ficou demonstrada em teatros de operações como a Somália (1993-95), a Bósnia (1995 a 2004) e o Kosovo (desde 1999), e que neste caso lhe deu motivo para uma importante reflexão. Mockaitidis sublinha a importância que a CIMIC possui na criação de pontes entre as diferentes culturas existentes, ou seja, como a realização de ações de CIMIC contribui para que haja uma menor fosso cultural entre as

²³ MDN/IESM – *Sessão 1- Introdução à CIMIC*, apresentação em diapositivos, Pedrouços:2010, diapositivos nº 8 e 58

²⁴ MOCKAITIDIS, Thomas, *Civil-Military Cooperation in Peace Operations: The Case of Kosovo*, Strategic Studies Institute, Carlisle, PA, 2004, pág. 1

unidades militares, as organizações civis, as ONG's e organizações internacionais, presentes no teatro de operações e, também, em relação às populações locais²⁵.

Na opinião de Volker Franke, ao nível do processo de construção da paz, a coexistência de atores militares e civis não-governamentais que prestam ajuda humanitária em cenários onde recentemente existiram conflitos, poderá observar-se um constante dilema que resulta da distância existente entre estes dois tipos de atores e que foi diminuindo consideravelmente durante as missões nos TO dos Balcãs. O rápido aumento de guerras civis e conflitos étnicos e a necessidade desesperada de ação para ajuda às populações vítimas de limpezas étnicas demonstravam a necessidade que a comunidade internacional tinha de ir mais além e autorizar a aplicação dos mecanismos de imposição de paz, sob o capítulo VII da Carta das Nações Unidas, de modo a manter ou restaurar a paz e apoiar os esforços diplomáticos, com vista ao estabelecimento de acordos de paz a longo termo. Em meados dos anos 1990, a ideia de que os problemas humanitários estavam intrinsecamente ligados aos problemas de segurança e de paz levou a que a ONU desenvolvesse aproximações ao *peacebuilding* integrando ação militar e humanitária²⁶.

Para Volker Franke, as diferenças existentes entre as intenções dos *Civil Affairs* e as da CIMIC também contribuem para o referido dilema enquanto a CIMIC se concentra nas necessidades humanitárias, fornecendo orientações sobre como interagir com os atores civis (autoridades civis, população locais, organizações internacionais governamentais e não governamentais), de modo a atingir completamente os objetivos das missões humanitárias. Os *Civil Affairs* focalizam-se nas necessidades militares e fornecem sugestões de como ganhar o apoio dos civis para a missão militar, sendo que para o *US Department of Defense Doctrine*, as operações no âmbito dos *Civil Affairs* procuram influenciar o ambiente civil em apoio das Forças Armadas e considera, contudo, que estas duas vertentes partilham várias compatibilidades.²⁷

²⁵ MOCKAITIDIS, Thomas, *Civil-Military Cooperation in Peace Operations: The Case of Kosovo*, Strategic Studies Institute, Carlisle, PA, 2004, pág 30

²⁶ Franke, Volker, "The peacebuilding dilemma: civil military cooperation in stability operations, in *International Journal of Peace Studies*" nº2, 2006, pág 7

²⁷ Idem, pág 8

Um outro aspeto da CIMIC, é a sua capacidade de poder promover a designada Proteção da Força (*force protection*).

A Proteção da Força é um sistema integrado de medidas, atitudes e meios, que visam a manutenção do potencial de combate de uma força, face aos efeitos da ação de um adversário, da própria força ou das características do meio ambiente, para permitir o seu emprego no local e momentos oportunos e tem como componentes: a segurança e proteção, a defesa ativa, a defesa passiva e a recuperação.²⁸

Desse modo, a realização de projetos de CIMIC permite cativar e desenvolver o apoio local. Esta potencialidade da CIMIC é ainda mais essencial, em teatros de operações, onde a aceitação da força militar, presente no terreno é mais difícil. Para o Major Jacinto, o desenvolvimento dos *Quick Impact Projects* (QIP), é um dos pilares essenciais para a guerra de contra-subversão, sendo um dos meios mais rápidos e fáceis para responder às necessidades das populações locais e também para conquistar os “corações e as mentes” (“win the hearts and minds”), permitindo a resolução de problemas graves e a preparação do terreno para projetos de médio ou longo prazo, devendo-se decompor a estratégia conduzida pelas forças internacionais em duas etapas. A primeira, que procura transformar a perceção que a população tem dos militares, atribuindo-lhes um papel social que ultrapasse a sua função coerciva, existindo, também, os meios de Operações Psicológicas ou de Operações de Informação; e a segunda etapa, que procura efetuar uma sincronização entre as expectativas locais criadas e as realizações concretizadas no terreno.²⁹

Mockaitidis, aponta quatro recomendações para forma como os militares americanos abordam a sua visão de CIMIC, os assuntos civis (CA), no âmbito das operações de paz:

- o ênfase exagerado no que respeita à Proteção da Força;
- a necessidade de uma maior integração entre CIMIC/CA com as missões militares;
- haver uma maior descentralização ao nível do Comando e Controlo;

²⁸ EXÉRCITO PORTUGUÊS, *Regulamento de Campanha – Operações*, EME, Lisboa, 2005, págs. 7-2 e 7-7

²⁹ JACINTO, Adelino, *A função CIMIC nas COIN: implicações no emprego das capacidades do sistema de forças nacional*, TII CEMC, IESM, Lisboa, 2008, pág. 18

- tomar medidas para colmatar a falta de educação cultural dos soldados americanos.

Este autor observa que, os militares americanos se preocupam demasiado com os procedimentos de Proteção da Força e que estes muitas vezes são inibidores do relacionamento entre militares e civis. Ao contrário de outras forças, como as britânicas, que utilizam a CIMIC como forma de alcançar essa proteção, os americanos acabam por intimidar os diversos atores civis intervenientes devido ao seu “excesso” de armamento. Desse modo, as organizações internacionais preferem negociar com outras forças que não utilizam procedimentos de Proteção da Força tão rígidos.³⁰

Por outro lado, sugere a necessidade de haver uma maior integração entre CIMIC/CA e as missões militares, destacando, o exemplo do oficial de CIMIC da Áustria, que tinha maior capacidade de adquirir material do que o seu congénere americano, que enfrentava uma grande quantidade de burocracia. Por outro lado, o *American Civil Affairs Battalion*, parecia estar desfasado da realidade da sua unidade (*Task Force Falcon*), uma vez que não conseguia os apoios necessários em material para as suas atividades, dado que esta unidade não os fornecia, devido ao facto de apenas estarem disponíveis para a atividade operacional e também pelo excesso de burocracia, situação que se traduzia na perda de oportunidade de utilizar esses materiais. Uma outra sugestão é a de uma maior descentralização ao nível do Comando e Controlo sendo que, estes procedimentos são rigorosos e hierárquicos. No entanto, reforça a ideia que no caso de CIMIC/CA, deverá ser dada maior iniciativa aos comandantes de escalões mais baixos, uma vez que grande parte da cooperação realiza-se localmente e permitirá maior abrangência de ações.

Em suma, Thomas Mockaitidis refere a importância das forças militares não exagerarem nos procedimentos de proteção da força, criando maior confiança entre as unidades e as organizações civis e a população, pois se essa confiança for conseguida, a força sairá beneficiada, também ao nível da sua proteção. Por outro lado, a ligação entre as atividades desenvolvidas pela CIMIC deverá ser mais

³⁰ MOCKAITIDIS, Thomas, *Civil-Military Cooperation in Peace Operations: The Case of Kosovo*, Strategic Studies Institute, Carlisle, PA, 2004, pág 33

integrada com as atividades operacionais de modo a haver maior colaboração por parte das forças operacionais.³¹

2.11 Operações de Apoio à Paz

Atualmente, o uso da expressão *operações de apoio à paz* está bastante generalizado no contexto internacional, mas no entanto, ela é relativamente recente. Estas operações, apenas obtiveram uma maior importância a partir do final da Guerra Fria, através de uma maior atividade desenvolvida, no seio da ONU e de outras organizações internacionais, como a NATO, sendo que no caso da ONU, a expressão *operações de apoio à paz*, não foi utilizada até à Queda do Muro de Berlim, referindo-se até, então, de forma genérica, às missões de *peacekeeping*.³²

O conceito que a NATO consagrou e que se pode encontrar no Regulamento de Campanha - Operações, define as Operações de Apoio à Paz como: “Operações multifuncionais conduzidas imparcialmente, normalmente em apoio de uma organização internacionalmente reconhecida, como a ONU ou OSCE, envolvendo Forças Militares e Agências Diplomáticas e Humanitárias e desenhadas para se atingir um acordo político de longo prazo ou outras condições específicas”.³³

A primeira operação de paz da ONU ocorreu em 1948, denominada UNTSO³⁴, missão de observação militar na sequência da 1ª guerra israelo-árabe. As operações de paz que se seguiram sofreram as consequências do clima existente durante a Guerra Fria, estando grandemente influenciadas pela relação existente entre as superpotências, verificando-se a sua maior incidência no âmbito da gestão de

³¹ MOCKAITIDIS, Thomas, *Civil-Military Cooperation in Peace Operations: The Case of Kosovo*, Strategic Studies Institute, Carlisle - PA, 2004, pág 34

³² BRANCO, Carlos Martins, *O que são operações de paz? Conceitos e taxinomia, Portugal e as Operações de paz. Uma visão multidisciplinar*, Lisboa, Prefácio, Fundação Mário Soares, 2009, pág. 118

³³ EXÉRCITO PORTUGUÊS, *Regulamento de Campanha – Operações*, EME, Lisboa, 2005, pág. 14-5

³⁴ A UNTSO - United Nations Truce Supervision Organization é uma missão de observadores militares que ainda se mantém ativa no Médio Oriente, para monitorizar os acordos de paz entre Israel e os estados árabes vizinhos, bem como o cessar-fogo, supervisionar acordos de armistício, prevenir incidentes isolados de escalada e ajudar outras operações de paz da ONU na região para cumprir seus despectivos mandatos.

conflitos violentos, sendo essencialmente compostas pela componente militar, sendo que a componente civil era extremamente reduzida e sem significado.³⁵

Com a queda do Muro de Berlim, o número de operações de apoio à paz aumentou em consequência de um melhoramento das relações entre os EUA e a URSS, a aprovação de mandatos da ONU tornou-se mais comum.

Em 1992, o secretário-geral da ONU, Boutros-Ghali difunde a *Agenda para a Paz*, verificando-se um maior comprometimento da ONU com o domínio concetual que viria a chamar-se *Operações de Paz*. Esta Agenda resulta dos desafios colocados à ONU em consequência de um novo contexto internacional criado pelo final da Guerra Fria e pelos conflitos que deflagraram no início da década de 1990, em particular na ex-Jugoslávia. Determinava, então, esse documento, que a ONU passaria a intervir em 4 áreas de ação: diplomacia preventiva, *peacemaking*, manutenção de paz (*peacekeeping*) e a consolidação da paz pós-conflito (*post-conflict peacebuilding*), verificando-se que, desde os anos de 90 do século XX até ao presente, o número operações de paz se multiplicou.

Desde então, a relação entre civis e militares alterou-se radicalmente. O ambiente operacional passou a contar com diversos atores civis, fazendo com que os militares se tivessem de adaptar à sua presença.

2.12 O relacionamento civil-militar. Diferenças culturais/ organizacionais

a. As relações entre civis e militares

Os atuais conflitos caracterizam-se pela presença de vários atores, desde militares, organizações governamentais e ONG's. Podemos recuar até 1925, data quando é publicado, nos Estados Unidos da América, o primeiro manual de assuntos civis: *Military aid to the civil power*³⁶, refletindo uma preocupação americana emergente no sentido de reforçar as ligações entre civis e militares.

³⁵ BRANCO, Carlos Martins, "O que são operações de paz? Conceitos e taxinomia", *Portugal e as Operações de paz. Uma visão multidisciplinar*, MOREIRA, Adriano, (direção) Lisboa, Prefácio, Fundação Mário Soares, 2009, pág. 120

³⁶ MDN/IESM – Sessão 1- Introdução à CIMIC, apresentação em diapositivos, Pedrouços:2010, diapositivo nº9

Já durante a Segunda Guerra Mundial, deu-se a criação do *Corpo de Assuntos Cíveis* e dá-se a produção de vários manuais doutrinários. Os anos de 1945 a 1991, representam um período clássico do relacionamento civil-militar, onde a separação entre as atividades militares e cíveis foi mais vinculada, sendo que, os cíveis não deveriam interferir com as operações militares e o relacionamento e cooperação entre ambos seria pouco evidente. A queda do Muro de Berlim traz uma alteração na ordem mundial que também se refletiu no relacionamento entre cíveis e militares, daí que, se possa considerar que os anos de 1992 a 1996, sejam vistos como um período de tomada de consciência desta realidade, verificando-se uma valorização da vida humana no contexto dos conflitos, que até aí era menos visível. Os teatros de operações são inundados de várias organizações, trabalhando ao lado das operações militares, registando-se um aumento muito significativo da presença de jornalistas nas áreas de operações militares. O período que se segue, designadamente os anos de 1999 a 2001, é marcado pelo estudo e surgimento de novas doutrinas, no que se refere aos Assuntos Cíveis e à CIMIC. Em 1999, verifica-se o surgimento de um novo conceito no seio da Aliança Atlântica, baseado na experiência que as forças armadas dos países da NATO obtiveram em diversos teatros de operações, confirmando-se que a conjugação das forças militares com o ambiente civil tem uma grande importância no sucesso das operações militares. Estes estudos, são primariamente iniciados e aprofundados nos EUA, no sentido de se conciliar a doutrina clássica de Assuntos Cíveis, com as problemáticas resultantes de um novo ambiente civil em operações militares, aprovando-se em 14 de Abril de 2003 o manual *Joint Doctrine for Civil Affairs* (JP 3-57), que regulamenta a sua doutrina de Assuntos Cíveis. Por seu lado, a NATO naturalmente seguiu essa tendência produzindo a sua nova doutrina de CIMIC, aprovando a sua publicação *Allied Joint Publication 9* (AJP-9).³⁷

b. Diferenças culturais

Os perigos associados ao facto das forças militares operarem em teatros de operações, onde não existe um consentimento muito generalizado por parte das

³⁷ MDN/IESM, *Sessão 1- Introdução à CIMIC, apresentação em diapositivos*, Pedrouços:2010, diapositivo nº 40

populações, poderá acarretar alguns riscos para estes atores civis³⁸, verificando-se que muitos dos problemas que os militares americanos observam no esforço de estabilização e reconstrução do Iraque (20 de março de 2003 a 15 de dezembro de 2011), se devem à falta de elementos que falem árabe fluentemente e que interpretem os hábitos e costumes das comunidades locais, questão que se torna um requisito bastante importante para os objetivos de estabilização dos teatros de operações.³⁹ Nesse sentido, os militares são o parceiro lógico dos atores civis principalmente no que respeita ao apoio de logística, para providenciar segurança, estabelecimento de campos de deslocados, escoltas de segurança de colunas, apoio de engenharia em projetos de reconstrução. No caso do Afeganistão (desde dezembro de 2011), vários observadores acreditam que as relações estabelecidas pela CIMIC estão a criar um precedente para o futuro destas atividade e desempenham um papel essencial no que é descrito como o *win the hearts and minds*.⁴⁰ Por outro lado, enquanto os militares dão grande ênfase às necessidades de complementaridade nesta nova situação, os grupos humanitários têm-se preocupado com o seu impacto nas suas capacidades de permanecer imparciais, neutrais e independentes. A invasão do que se tem considerado ser o “espaço humanitário” por parte dos militares nem sempre é bem vista pelos atores civis.⁴¹ A tabela abaixo, sistematiza bem, quais os fatores que Volker Franke considera serem capazes de influenciar a CIMIC, no dilema existente entre ONG e militares, nas operações de estabilização:⁴²

Para Volker Franke, a distância que os militares mantinham tradicionalmente com os atores civis foi diminuindo consideravelmente durante as missões nos TO dos Balcãs, desde meados da década de 1990. O referido dilema existente entre as ONG e os militares, relaciona-se com o facto dos atores civis que prestam ajuda humanitária, se preocuparem com o impacto que a CIMIC possa ter no seu desempenho. Por outro lado, os perigos associados ao facto de haverem forças

³⁸ Franke considera que os atores civis ou humanitários são elementos que pertencem a organizações internacionais (incluindo agências da ONU) ou organizações não-governamentais (ONG) de carácter internacional ou regional.

³⁹ Idem, pág 6

⁴⁰ Idem, pág 9

⁴¹ Idem, pág 12

⁴² Idem, pág 16

militares em teatros onde o consentimento nem sempre existe, poderá acarretar alguns riscos para estes atores civis.⁴³

Quadro nº 1: fatores que influenciam as ONG e os militares

	NGO	Military
Cultural	- non-violent - long-term - high-culture - transparent	- management of violence - short-term, quick-impact - low-culture - limited transparency
Organizational	- decentralized - fluid - horizontal - wide accountability	- centralized - hierarchical - vertical - narrow accountability
Operational	- “camaraderie of command” - participatory - often vague scope of action	- unity of command - directive and coercive - clearly defined rules of engagement
Normative	- neutral - impartial - independent	- politically legitimated - partial - mandate-dependent

Fonte: FRANKE, Volker, *The peacebuilding dilemma: civil military cooperation in stability operations*, in *International Journal of Peace Studies* nº2, 2006, pág 16

2.13 Organização das forças militares

Já no tempo da guerra colonial portuguesa, que as preocupações relacionadas com as questões do relacionamento civil-militar eram levadas em grande consideração. A componente de Estado-Maior (5ª Repartição) era responsável pelos assuntos político-administrativos, económicos, sociais e psicológicos das operações e compreendia as áreas de Assuntos Cívicos, Relações Públicas e Operações Psicológicas, com o objetivo de apoiar os comandantes militares no cumprimento da sua missão, havendo responsáveis por estas atividades até aos escalões mais baixos como ao nível de Batalhão e Companhia, de modo semelhante ao que atualmente existe com os elementos de CIMIC das FND.⁴⁴

⁴³ Franke, Volker, *The peacebuilding dilemma: civil military cooperation in stability operations*, in *International Journal of Peace Studies* nº2, 2006, pág 6

⁴⁴ HING, Telmo, *Cooperação Civil – Militar e os assuntos civis na doutrina militar nacional. TII CEMC*, IESM, Lisboa, 2008, pág. 18

A orgânica das FND sofreu também algumas alterações ao longo do tempo, em consonância com a evolução doutrinária registada. A existência de um Oficial de Assuntos Cíveis, com tarefas mais genéricas, nesse âmbito, transformou-se nos últimos anos, na especialização de um outro elemento no Estado-Maior das unidades militares, o Oficial de CIMIC.

Já no que respeita ao contexto do Líbano, verifica-se que desde a reestruturação da UNIFIL em 2006, que a importância dada à CIMIC se traduziu na preparação de militares, com cursos específicos de CIMIC, que desempenharam as funções de Oficiais de CIMIC. Por outro lado, destaca-se o tipo de preparação que estes militares possuem, na área da engenharia militar se traduz numa mais-valia para as suas FND.

2.14 Desafios colocados à CIMIC

Com a emergência das Operações de Resposta a Crises (CRO) e em particular, com o desenvolvimento das OAP, a CIMIC foi ganhando maior relevância constituindo-se um facilitador no apoio aos esforços de assistência, reconstrução e desenvolvimento das sociedades devastadas por conflitos. No entanto, verifica-se que este apoio prestado muitas vezes ultrapassa as atribuições estritamente militares, sendo atribuídas aos militares tarefas de natureza cível, como o restabelecimento da lei e da ordem, o desenvolvimento económico, a reconstrução de infraestruturas, a organização de eleições, a consolidação das instituições, a ajuda humanitária ou o retorno de populações às suas origens. Estas novas tarefas constituem novos desafios para os militares⁴⁵.

A CIMIC como capacidade conjunta, tem cada vez mais relevância e influência no planeamento e condução das operações militares, em resultado de fatores sociais, políticos, culturais, económicos, ambientais e humanitários, que são preocupações bem presentes. Comparando a CIMIC com o modelo americano de *Civil Affairs* (CA) e de *Civil-Military Operations* (CMO), verifica-se que a grande diferença entre o conceito CIMIC e CA está na abrangência da atuação. O CA engloba muitas outras

⁴⁵ DUARTE, Luis, *Os desafios colocados à CIMIC na conduta das operações militares. TII CEMC*, IESM, Lisboa, 2008, Pág. 1

atividades em que a CIMIC é apenas uma das partes. A doutrina americana distingue claramente a natureza das operações, dividindo as suas principais funções em dois tipos: apoio às operações militares e o apoio às operações civis.⁴⁶

Este contexto está presente não só nas operações de paz mas também nas operações de contra-subversão (em inglês: Counterinsurgency (COIN)), como é o caso da *International Security Assistance Force* (ISAF), força militar da NATO no Afeganistão. Neste caso, a questão da legitimidade da ação militar da ISAF relaciona-se, também, com a relação estabelecida com a população civil, que é de facto uma intenção desta força, que procura aliar a população com o governo afegão e com o mandato das ISAF, com o objetivo de eliminar qualquer apoio à subversão sendo este um dos objetivos dos chamados *Key Leader Engagements* (KLE).⁴⁷

É neste contexto que surge uma nova dinâmica, onde existe uma forte presença de atores civis e militares e onde a CIMIC se torna uma ferramenta essencial no planeamento, na conduta e na coordenação das operações militares.⁴⁸

A separação que há uns anos atrás existia entre atores civis e militares, tem aqui uma linha mais ténue, uma vez que, em variadas situações, ambas as partes tendem a complementar-se e a atuar para alcançar objetivos comuns. Por outro lado, nem sempre esta coexistência pode ser fácil, uma vez que as tarefas mais específicas dos militares podem criar dificuldades aos atores civis presentes no TO.

2.15 A formação dos agentes de CIMIC

No que se refere à formação dos agentes de CIMIC, existem cursos nacionais, ao nível tático-operacional, que são ministrados no IESM, com o objetivo de habilitar os militares para o desempenho de funções a este nível, nos Quartéis-Generais da NATO e das forças nacionais.⁴⁹ Os cursos de nível tático são ministrados na Escola Prática de Engenharia e habilitam os militares a desempenhar ações de CIMIC em equipas táticas integradas nos Destacamentos da Companhia Geral CIMIC, em

⁴⁶ Idem, Pág. 13

⁴⁷ JACINTO, Adelino, *A função CIMIC nas COIN: implicações no emprego das capacidades do sistema de forças nacional*, TII CEMC, IESM, Lisboa, 2008, pág. 18

⁴⁸ Idem, pág. v

⁴⁹ Estes cursos são destinados a Oficiais Superiores ou capitães com o Curso de Promoção a Oficial Superior, pertencentes ao Quadro Permanente do Exército

unidades de FND ou forças NATO⁵⁰. Existe um outro curso, na Escola da NATO, em Oberammergau, na Alemanha, que foi frequentado por vários militares portugueses.⁵¹

⁵⁰ Os cursos de nível tático são destinados a oficiais do Quadro Permanente com o posto de Major ou Capitão com mais de três anos.

⁵¹ HING, Telmo, *Cooperação Civil – Militar e os assuntos civis na doutrina militar nacional. TII CEMC*, IESM, Lisboa, 2008, pág.s 23 e 24

CAPÍTULO 3 – O CONFLITO ISRAEL-LÍBANO DE 2006 E A UNIFIL

3.1 Antecedentes históricos

As ações militares no sul do Líbano têm vários antecedentes e inserem-se dentro de um conflito mais alargado que é o conflito israelo-palestiniano. No que respeita ao conflito entre Israel e o Líbano, podemos recuar à expulsão dos palestinianos aquando da criação do Estado de Israel em 1948. Estes refugiaram-se no Líbano, elementos que, mais tarde, a Organização de Libertação da Palestina (OLP) iria recrutar para as suas atividades.

Em 1978, verificou-se um aumento da violência entre palestinianos sediados no Líbano e as Forças de Defesa de Israel (FDI), que culmina num ataque da OLP, ao norte de Israel, proveniente do Líbano. Em resposta a este ataque, as FDI invadem o Líbano através da linha de separação israelo-libanesa (*Blue line*), na operação Litani⁵². Na sequência destes acontecimentos, o Conselho de Segurança da ONU adota a 19 de março de 1978, as resoluções 425 e 426 sendo, deste modo, estabelecida uma força de paz, com a designação de UNIFIL (que passaremos a designar por UNIFIL I, para diferenciar da atual UNIFIL II).

De acordo com as resoluções do 425 e 426 Conselho de Segurança, de 19 de Março de 1978, a UNIFIL I foi criada para:

1. A confirmação da retirada israelita do território do Líbano.
2. A restauração da paz e segurança internacional e a assistência ao governo do Líbano na restauração efetiva da sua autoridade na área.⁵³

Em julho de 1981, Israel bombardeia Beirute e a guerra israelo-palestiniana dá-se junto da fronteira do Líbano, apesar da presença desta força multinacional. A 6 junho de 1982, um conjunto de novos acontecimentos violentos são desencadeados, culminando numa nova invasão do Líbano pelas tropas israelitas, que atingiu a periferia de Beirute onde estava sediada a sede da OLP.

⁵² Em referência ao Rio Litani, a norte da *Blue Line*, que materializava o objetivo da operação.

⁵³ GARCIA, Francisco Proença, *A Participação Portuguesa nas Missões Militares: Iraque, Afeganistão e Líbano*, in “Revista Nação e Defesa” nº121, 2008, pág. 201

Esta fase do conflito prossegue até à retirada de Israel, para o sul do rio Litani, em 1985 e mais tarde, já em 2000, para sul da *Blue Line*.

Internamente, o Líbano também sofreu uma guerra civil que começou a 13 de abril de 1975, na sequência de um ataque a um autocarro que transportava palestinianos e libaneses de um campo de refugiados em Sabra. Duas coligações pouco homogêneas defrontam-se na fase ativa da guerra Frente Libanesa (predominantemente maronita) e o Movimento Nacional (multiconfessional islamita). Entre represálias de parte a parte, este conflito decorreu durante 15 anos. As razões deste conflito relacionam-se com as consequências de uma crise económica e social que resultou em vários movimentos reivindicativos; a afirmação da questão palestiniana no Líbano (após 1971 e desde a sua saída da Jordânia, a resistência palestiniana fez do Líbano o seu santuário); desde 1967 os raids do Exército Israelita no sul, fazem do Líbano um país na linha da frente do conflito e o país é arrastado para o conflito israelo-árabe, apesar da sua neutralidade. Do lado da Frente Libanesa o objetivo era o de expulsar os palestinianos; o Movimento Nacional, tinha como objetivo de aliar-se com a OLP.⁵⁴ A guerra civil termina em 1989.

Durante estes anos, a UNIFIL I permanece no território libanês através da execução da sua atividade de patrulhamento, observação de posições, contacto com a população local, remoção de minas e engenhos explosivos não detonados (na terminologia militar são denominados Unexploded Ordnance (UXO)), bem como fazendo assistência humanitária e, de 2000 a 2006, a situação mantém-se relativamente controlada (apesar de algumas violações ocasionais do cessar-fogo).

3.2 Os acontecimentos de 2006

A 12 de junho de 2006, esta situação de aparente acalmia sofre, mais uma vez, alterações, em resultado do ataque do Hezbollah⁵⁵ a uma patrulha das FDI, que

⁵⁴ GRESH, Alain e VIDAL, Dominique, *Dicionário do Médio Oriente*, Coleção Contemporânea, Lisboa, 2003, pág. 142

⁵⁵ O Hezbollah é uma organização libanesa que surgiu em 1982. O “Partido de Deus” implantou-se na comunidade xiita, juntando diferentes grupos que se opunham à orientação maioritária representada pelo movimento Amal. Três fatores contribuem para a emergência e reforço desta organização: radicalização da comunidade xiita; revolução iraniana; resistência à invasão israelita do

culmina na captura de 2 soldados, 3 mortos e 2 dois feridos israelitas. Este acontecimento iria provocar uma troca de fogo pesado entre as duas partes ao longo da *Blue Line*, que provocaria uma ataque israelita em grande escala, por via aérea, marítima e terrestre, cujo alvo principal seriam as Forças Armadas Libanesas (LAF) e do qual resultaria a destruição de várias infraestruturas, tais como pontes e estradas, do sul do Líbano.⁵⁶

Na sequência deste conflito, o Conselho de Segurança das Nações Unidas reuniu e, a 11 de agosto de 2006, após uma semana intensos debates, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) prova a resolução nº 1701/2006, que determinava a expansão do mandato da UNIFIL. Esta resolução refletia também a preocupação de líderes árabes, que se mostravam favoráveis á troca de prisioneiros entre Israel e o Hezbollah e a existência de um cessar-fogo alargado. Deste modo, seria criada uma zona livre de pessoal armado entre *Blue Line* e o Rio Litani.⁵⁷

3.3 A UNIFIL II

Em agosto de 2006, na sequência dos acontecimentos já descritos, o Conselho de Segurança da ONU decidiu alterar o mandato original, ratificado pelos governos de Israel e do Líbano, através da Resolução nº 1701 do CSNU, de 11 de Agosto de 2006, aprovada por unanimidade.

Esta resolução previa que a Força multinacional existente, passasse de 2000 para 15 000 militares, com o objetivo de facilitar a entrada das Forças Armadas Libanesas na região e reafirmava a intenção das Nações Unidas em reforçar aquelas forças armadas com o equipamento indispensável para o desempenho das suas funções⁵⁸.

A UNIFIL II pode adotar todas as ações necessárias, entre as quais o uso da força para garantir o mandato, para:

1. Garantir que não existiriam atividades hostis na área de operações, ou seja, restabelecer no Sul do Líbano uma área livre de pessoal armado e equipamento que não pertencessem à UNIFIL ou ao Governo libanês, entre a

Líbano. GRESH, Alain e VIDAL, Dominique, *Dicionário do Médio Oriente*, Coleção Contemporânea, Lisboa, 2003, pág. 142

⁵⁶ Idem, pág. 19

⁵⁷ Idem, pág. 20

⁵⁸ GARCIA, Francisco Proença, *A Participação Portuguesa nas Missões Militares: Iraque, Afeganistão e Líbano*, in "Revista Nação e Defesa", nº121, 2008, pág. 201

Blue Line (linha azul) e o Rio Litani, no sentido de garantir a extensão da autoridade e exercício pleno da soberania do mesmo a todo o seu território⁵⁹.

2. Acompanhar e apoiar as Forças Armadas Libanesas na retirada das Forças Armadas de Israel do seu território.
3. Coordenar as atividades referidas com o Governo do Líbano e com o Governo de Israel.
4. Estender a assistência de modo a criar condições para ajudar e garantir o acesso humanitário às populações civis e o retorno voluntário e em condições de segurança dos deslocados.
5. Prestar auxílio ao Governo libanês, a seu pedido, de modo evitar a entrada de armas ou material relacionado dentro das suas fronteiras e outros pontos de entrada no país sem o seu consentimento⁶⁰.

“A UNIFIL tem como Missão assistir o Governo libanês no exercício da soberania no seu território e apoiar as Forças Armadas Libanesas na estabilização da paz e segurança na área de operações, para garantir que esta não é utilizada para atividades hostis de qualquer tipo.

Esta missão foi planeada em cinco fases:

Fase 1 – Reforço das capacidades militares existentes, mantendo-se especial atenção na segurança da área da retaguarda e das linhas de comunicações;

Fase 2 – Retirada das FDI das áreas ocupadas no sul do Líbano, sendo as mesmas regiões ocupadas pelo Exército Libanês apoiado pela força de interposição;

Fase 3 – O Exército Libanês passa a ter um controlo efetivo da área a Sul do Líbano;

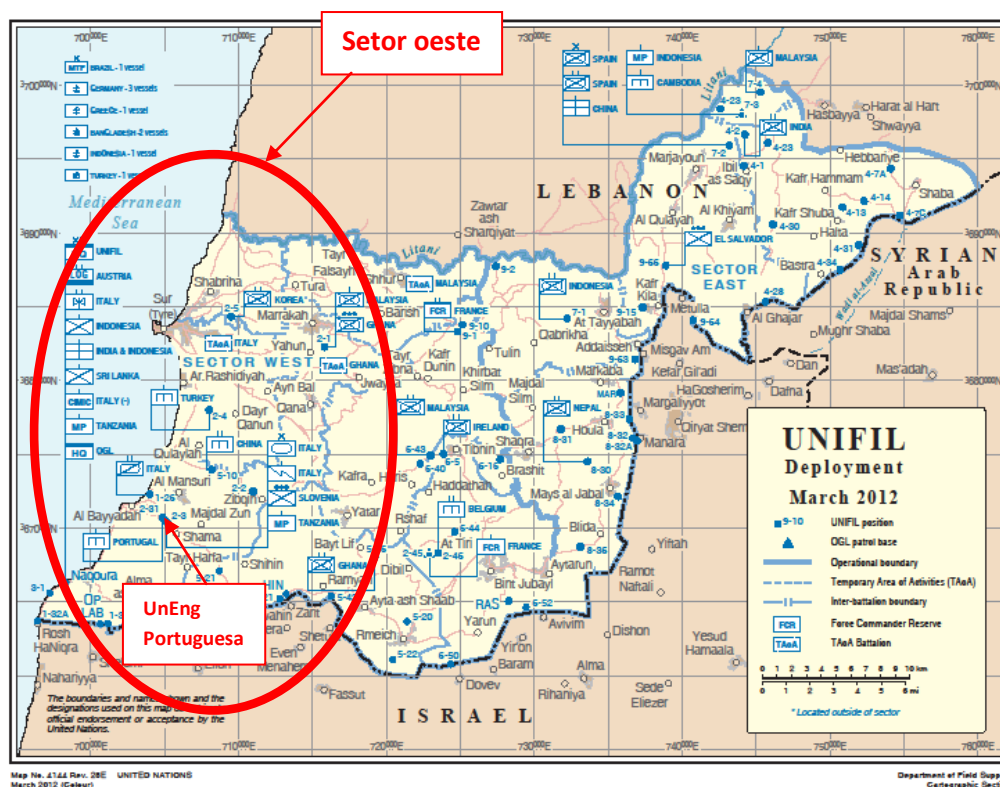
Fase 4 – Verificação e monitorização do cumprimento, pelas partes, do mandato das Nações Unidas;

Fase 5 – Transferência de responsabilidade operacional para o exército libanês e autoridades libanesas no Sul do Líbano.”⁶¹

⁵⁹ Idem, Pág. 202

⁶⁰ EMGFA, <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/missoes/fnd-libano/> consultado a 17 de setembro de 2012

Mapa nº 1 – Dispositivo da UNIFIL na Área de Operações



Fonte: <http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/dpko/unifil.pdf>

⁶¹ GARCIA, Francisco Proença, *A Participação Portuguesa nas Missões Militares: Iraque, Afeganistão e Líbano*, in "Revista Nação e Defesa" nº121, 2008, pág. 204

CAPÍTULO 4 – A POLITICA EXTERNA PORTUGUESA E A OPÇÃO PELA ENGENHARIA MILITAR

4.1 A política externa portuguesa e o Médio Oriente

Desde muito cedo, que Portugal pautou a sua política externa no sentido de criar pontes entre os diversos povos do mundo, através da criação de alianças tratados e acordos, como por exemplo, aquele que é considerado, o mais antigo da História, o Tratado de Windsor, com a Inglaterra, que é a mais antiga aliança diplomática do mundo ainda em vigor. Com a expansão marítima portuguesa, as relações externas portuguesas diversificaram-se à medida que o império tocou nos antípodas, obrigando a que Portugal se adaptasse às realidades multiculturais existentes em cada ponto do globo. Segundo Henrique Carvalho (1964), a política externa portuguesa assentava de modo “transtemporal”, em 4 bases ou aquilo que este autor considerava como “características permanentes da política externa portuguesa”: a aliança com a Inglaterra, a ligação ao Brasil, o entendimento com a Espanha e a “política de boa vizinhança em África e no Oriente”. Estas 4 bases seriam para este historiador, a razão pela afirmação portuguesa no mundo, num contexto onde Portugal ainda possuía colónias em África e na Ásia. Após o 25 de Abril de 1974 e o processo de descolonização, estas 4 bases poderão ter algumas diferenças, uma vez que, existem, naturalmente, outros atores em cena, como a União Europeia. Também no quadro da ONU ou da NATO se viu alterado o grau de importância em relação à importância de afirmação de Portugal dentro dessas organizações.⁶²

Para Nuno Severiano Teixeira, sendo Portugal um país pequeno, semiperiférico, atlântico e com apenas uma fronteira terrestre que viveu, na sua História, um equilíbrio instável entre a pressão continental e a procura de uma alternativa marítima. Reconhece três modelos de inserção internacional:

- O modelo medieval assente no quadro de relações ibéricas;

⁶² CARVALHO, Henrique Martins, *Política Externa Portuguesa*, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Lisboa, 1964, pag. 18

- O modelo clássico, vivido do séc. XV até aos anos de 1974 e 1986, voltado para o Atlântico, com um afastamento em relação à Europa e a afirmação do seu vetor marítimo, onde as relações e aliança com a Inglaterra, mais tarde com os Estados Unidos da América, foram preponderantes, bem como a adesão à NATO;

- E por fim, o modelo democrático, que foi muito marcado inicialmente pela transição para a democracia, e pela questão da descolonização.⁶³

O modelo de inserção internacional que Portugal vive atualmente, é simultaneamente atlântico e europeu. O vetor atlântico significou para Portugal a permanência das características históricas da sua política externa, havendo um reforço das relações bilaterais com os Estados Unidos da América e com um novo tipo de empenhamento nos compromissos militares com a NATO. Por outro lado, a opção europeia constitui uma novidade da política externa do Portugal democrático. Além destes vetores, há que referir as relações com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e a restante Comunidade dos Países de Língua (CPLP). Nuno Severiano Teixeira, referencia ainda, um quarto eixo, respeitante à importância da participação portuguesa na produção de segurança internacional, através da presença de militares nas operações de apoio à paz (OAP), da NATO, União Europeia e ONU. As Forças Armadas Portuguesas tornam-se, assim, um importante instrumento da política externa.⁶⁴

Para Nuno Severiano Teixeira este novo modelo democrático conduziu Portugal a um novo modelo de inserção internacional, assente em elementos permanentes e em elementos de mudança. No que se refere às permanências, que decorrem de fatores estruturais e geopolíticos que não se alteraram, estas referem-se, fundamentalmente, às áreas de interesse estratégico de Portugal que se mantêm em relação à Europa, ao Atlântico e às relações com as ex-colónias. Em relação aos elementos que se alteraram, verifica-se que existe uma mudança na perceção que existia anteriormente no que respeita à Europa e ao vetor atlântico, uma vez que, atualmente, estes elementos são vistos como sendo complementares e não contraditórios, ou seja, há uma valorização de ambas as vertentes (podendo Portugal servir de charneira, nas relações entre a Europa e as antigas colónias). Por outro lado,

⁶³ TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Política externa: as relações internacionais em mudança*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011, pág. 279

⁶⁴ Idem, pág. 280

as prioridades estratégicas também se invertem, uma vez que agora se pensa como um país europeu, que valoriza a sua posição atlântica e as relações pós-coloniais, ao contrário do modelo anterior, verificando-se também uma maior aproximação à Espanha. Observa-se que hoje existe um novo triângulo multilateral (ao contrário do anterior Lisboa, Madrid e potência marítima), correspondente à presença de Portugal nas organizações internacionais da sua área de interesse estratégico (União Europeia na Europa, NATO no Atlântico e a CPLP nas relações pós coloniais). Uma outra mudança que se verificou, relaciona-se com a política externa dos valores dado que, os valores da democracia e do Estado de Direito, estão na matriz genética da política externa dos regimes democráticos. Nuno Severiano Teixeira refere que a presença das Forças Armadas Portuguesas em missões de paz, sob a égide da ONU confirma essa diplomacia de valores (que teve na independência de Timor um dos seus maiores sucessos).

No que respeita à abordagem da visão portuguesa em matéria de segurança e defesa para o Médio Oriente, Paulo Vizeu Pinheiro, à data da publicação do artigo em referência (2008) Diretor-geral de Política de Defesa Nacional, refere que Portugal, se constitua como um produtor, ou pelo menos um contribuinte de segurança no panorama internacional. Considera que Portugal nunca procurou pôr em prática uma política externa com incidência específica nessa região, especialmente no que se refere ao emprego de forças militares ou noutra vertente em matéria de segurança e defesa.⁶⁵

O século XX marca sobremaneira a região Médio Oriente devido à ocorrência de alguns acontecimentos que a afetaram sobremaneira: emergência do nacionalismo árabe e a criação de um estado judaico na Palestina em 1948, alteraram o impacto que o Médio Oriente regista na cena internacional. Estes acontecimentos tiveram também impacto em Portugal, aliados a um aumento de importância da estratégica região, principalmente no que respeita à importância crescente do petróleo. Após o 25 de Abril de 1974, a política externa portuguesa passou a dar nova atenção ao mundo árabe, mas com maior incidência na região do Magreb. No entanto, em relação ao Médio Oriente, houve tentativas de intervenção mediadora no conflito

⁶⁵ PINHEIRO, Paulo Vizeu, *Portugal e o Médio Oriente – Uma Visão Portuguesa em Matéria de Segurança e Defesa*, in “Revista Nação e Defesa”, nº121, 2008, Pág. 164

israelo-árabe, em consequência do estabelecimento de relações diplomáticas com Israel e com a maioria dos países árabes.

Em 1975 verificou-se que Portugal era o mais recente parceiro europeu nessa região da era pós-colonial, tendo estabelecido relações com árabes e israelitas. Segundo Paulo Vizeu Pinheiro, o esforço de consolidação política, económica e social que se verificou internamente e o aprofundamento das questões da integração europeia, conjuntamente com uma aposta nos países lusófonos (de que destacam os processos de paz em Angola e Moçambique), acabariam por tornar secundária a aposta das potencialidades da diplomacia de paz portuguesa no Médio Oriente. De destacar as ações desenvolvidas no âmbito da visita a Portugal do líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) Yasser Arafat, em 1979 e das diligências levadas a cabo pelo então primeiro-ministro Mário Soares, no sentido de serem estabelecidas aproximações entre Israel e os palestinianos. Por outro lado, a entrada na Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, aproximou Portugal dos países mediterrânicos, através das iniciativas da CEE. Em 1991 é criado o Fórum para o Mediterrâneo, na sequência de uma iniciativa por parte do Egito, integrando este fórum, para além deste país, a Argélia, a França, a Grécia, a Itália, Malta, Marrocos, Portugal, a Espanha, a Tunísia e a Turquia.⁶⁶

Mais tarde, em 1995, surgiu o Processo de Barcelona⁶⁷, com objetivos de união para o Mediterrâneo, onde têm assento também a Autoridade Palestiniana e Israel.

⁶⁶ PINHEIRO, Paulo Vizeu, *Portugal e o Médio Oriente – Uma Visão Portuguesa em Matéria de Segurança e Defesa*, in Revista “Nação e Defesa” nº 121, 2008, pág. 165

⁶⁷ Este processo resulta da Conferência de Barcelona (27 e 28 de novembro de 1995), que criou uma parceria euro-mediterrânica entre os 15 estados que à data pertenciam à União Europeia e os 12 estados do Mediterrâneo (Argélia, Chipre, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Síria, Tunísia, Turquia e Autoridade Palestiniana. O principais objetivos são o apoio à transição económica através da criação de uma zona de comércio livre até ao ano de 2020, bem como o apoio a um maior equilíbrio socioeconómico na região. Retirado de http://www.luso-arabe.org/pt/artigos/Processo_de_Barcelona.pdf consultado a 22 de setembro de 2012

No âmbito da NATO, apesar de Portugal não ter tido uma participação muito visível na Iniciativa de Istambul⁶⁸, participa na Operação *Active Endeavour*⁶⁹ contribuindo com meios aéreos e navais para impedir que grupos terroristas consigam apoio logístico através linhas de comunicação mediterrâneas.

Foram estabelecidos acordos, nas áreas de cooperação militar e programas técnicos com países do Magreb. Paulo Vizeu Pinheiro considera que o envolvimento português com o Médio Oriente tem ficado aquém das potencialidades, quer ao nível multilateral quer ao nível bilateral até tempos mais recentes.⁷⁰

Uma outra abordagem é a que nos remete para as “linhas de fratura de cariz étnico-religioso, existente nesta região do globo:

- entre Judeus e Árabes, na Palestina;
- entre moderados e fundamentalistas, dentro da comunidade muçulmana;
- entre muçulmanos sunitas e xiitas, presente no Iraque e no Líbano;
- entre cristãos e muçulmanos sunitas, também no Líbano, onde estas comunidades possuem disposições legais que fazem com que haja um equilíbrio frágil que, em resultado da rutura originada pelo êxodo palestino (entre 1948 e 1982), deu origem a uma prolongada guerra civil (1975-1990).”

A importância do controlo da instabilidade da segurança desta região é muito relevante e interfere com a segurança da própria Europa devido aos perigos de efeito

⁶⁸ A Iniciativa de Cooperação de Istambul tem como objetivo o reforço da segurança e a estabilidade na região mediterrânica através dum novo envolvimento transatlântico com o Grande Médio Oriente, no âmbito da NATO. Retirado de http://www.nato.int/docu/review/2004/issue3/portuguese/art4_pr.html consultado a 22 de setembro de 2012

⁶⁹ “A Operação *Active Endeavour* é uma operação marítima da NATO no Mediterrâneo Oriental, como parte da campanha internacional contra o terrorismo. A sua missão é conduzir operações marítimas na área de operações atribuídas e demonstrar a determinação da NATO para ajudar a dissuadir, defender, impedir e proteger contra o terrorismo.” Retirado de <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/missoes/oae-mediterraneo>, consultado a 22 de setembro de 2012

⁷⁰ PINHEIRO, Paulo Vizeu, *Portugal e o Médio Oriente – Uma Visão Portuguesa em Matéria de Segurança e Defesa*, in Revista Nação e Defesa, 2008, pág. 166

de contágio que possam ocorrer no espaço mediterrânico, muito associado à questão israelo-palestiniana.⁷¹

A elevada importância geoestratégica associada ao Médio Oriente, relaciona-se com o petróleo e os impactos deste na economia europeia e, consequentemente, para Portugal que tem desenvolvido um conjunto de relações com países extra europeus, de modo a evitar o que se considera como sendo a “ameaça vinda do Sul”, tendo privilegiado os mecanismos preventivos estratégicos de modo a evitar o despoletar de conflitos, através do incentivo à cooperação regional. Desse modo, a gestão de crises, prevenção de conflitos e gestão de diferendos, ampliam a paleta de mediação, fazendo convergir um largo espectro de modelos de cooperação.⁷²

No âmbito da Segurança e Defesa da Política Externa Portuguesa, considera Paulo Vizeu Pinheiro que “existe uma série de vantagens para Portugal, no que respeita à convergência em termos de um quadro negocial de segurança e de estabilidade no Médio Oriente:

- Não constitui uma ameaça, sob o ponto de vista estratégico;
- Não constitui uma ameaça, sob o ponto de vista estratégico;
- Não vê refletidos os diferendos e tensões sociais relacionados com a imigração proveniente dessa região”.⁷³

Já no que respeita ao Líbano, o empenhamento multilateral internacional, que se verifica através da UNIFIL, resulta das consequências do conflito armado que eclodiu entre Israel e o Hezbollah e que prolongou esta missão internacional, que já existia desde 1978, reforçando os seus poderes. Desse modo, a UNIFIL passou a ter como missão, não só a verificação da retirada das forças de Israel do território do Líbano, o restabelecimento da paz e da segurança na área e o apoio ao Governo Libanês na reposição da autoridade do Estado, mas também a realização de outro conjunto de tarefas, sendo de referir a monitorização do fim das hostilidades, o acompanhamento e o apoio às Forças Armadas Libanesas a retoma do controlo do país e a assistência humanitária às populações civis, em particular, os deslocados.

⁷¹ PINHEIRO, Paulo Vizeu, *Portugal e o Médio Oriente – Uma Visão Portuguesa em Matéria de Segurança e Defesa*, in “Revista Nação e Defesa”, nº121, pág. 169

⁷² Idem, pág. 170

⁷³ Idem, Pág. 171

Para Paulo Vizeu Pinheiro, há um manifesto interesse na paz, segurança e estabilidade desta região do globo, uma vez que os riscos de contágio ao Norte de África seriam prejudiciais ao nosso país e considera também que a essa nossa fronteira estratégica mais alargada que é o Magreb e que pode ser influenciada, pela instabilidade no Médio Oriente, daí a importância do caráter preventivo que a presença militar de Portugal no Líbano possui neste contexto de segurança internacional. Reforça a ideia da importância de um investimento político, quer em termos diplomáticos, quer em termos de defesa, que possa reforçar a paz e estabilidade nessa região, para evitar contágios para o Magreb que nos é mais próximo e possui maior importância estratégica para Portugal.⁷⁴

4.2 A política externa portuguesa e a política de defesa nacional dos Governos de Portugal entre 2005 e 2011

Analisemos agora os programas dos governos do partido Socialista (PS) liderados por José Sócrates (2005-2009 e 2009-2013), bem como o programa do Governo de coligação entre o Partido Social Democrata (PSD) e o Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP), encabeçado por Pedro Passos Coelho, para a legislatura de 2011-2015, no que respeita aos objetivos da Política Externa e da Defesa Nacional.

a. Objetivos da política externa portuguesa

- **Programa do XVII Governo Constitucional 2005-2009, no âmbito da política externa**

Começamos por analisar as intenções do primeiro Governo do Partido Socialista (PS) ao nível da sua política externa que se centravam, entre outros, nos objetivos que se destacam:

- **A participação ativa nos centros de decisão da vida e das instituições mundiais**, norteados “a participação de Portugal na União Europeia pelos objetivos de: Consolidar o aprofundamento do projeto europeu e fortalecer a coesão europeia; aumentar o contributo da União a favor da segurança, da paz e do desenvolvimento;

⁷⁴ Idem, pág. 175 e 176

assegurar condições adequadas para a modernização e afirmação de Portugal no mundo contemporâneo”.⁷⁵ Neste âmbito, existiu uma intenção política do governo em que “a união reative o diálogo euro-atlântico” e no curto prazo, o Governo desse prioridade à ratificação do Tratado Constitucional europeu, importando “melhorar o processo de decisão interno em matéria europeia”.⁷⁶

- A internacionalização da economia portuguesa

- A responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacional
no sentido em que Portugal devesse assumir um papel mais ativo na preparação de uma nova agenda global, designadamente no âmbito do debate sobre a reforma das Nações Unidas e na promoção de “uma nova parceria para a paz e para o desenvolvimento”, valorizando assim o relacionamento especial que mantém com importantes regiões em África, na América Latina e na Ásia. Portugal deve assumir um multilateralismo ativo, reforçando a sua participação nas principais instituições do desenvolvimento, na União Europeia e nos sistemas das Nações Unidas. Portugal deve assumir a sua quota de responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacional, bem como nos programas da ajuda humanitária, no pleno acatamento do direito internacional e com empenhamento coerente dos vetores político, diplomático, militar, policial e de reabilitação institucional ou económica e deve fazê-lo no âmbito de mandatos claros por parte da ONU ou da OSCE, nomeadamente, integrado em operações aliadas da NATO e/ou da União Europeia.”⁷⁷

Refere ainda este Programa de Governo que “a concretização de uma componente de política externa, segurança e defesa no âmbito da União Europeia deve prosseguir de forma compatível com a preservação do elo transatlântico, instrumento fundamental de partilha de responsabilidades na prevenção de conflitos e no reforço da segurança coletiva (designadamente no quadro da Aliança Atlântica)”.⁷⁸

⁷⁵ PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, *Programa do XVII Governo Constitucional 2005-2009*, pág. 151 e 152

⁷⁶ Idem, pág. 153

⁷⁷ PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, *Programa do XVII Governo Constitucional 2005-2009*, pág. 155

⁷⁸ Idem pág. 156

- **Programa do XVIII Governo Constitucional 2009-2013, no âmbito da política externa**

As eleições legislativas de 27 de setembro de 2009 deram uma nova vitória ao Partido Socialista, o seu Programa de Governo renovava, em grande parte, os mesmos objetivos já salientados, sendo de realçar o seguinte:

- **A Intenção de candidatura ao Conselho de Segurança das Nações Unidas:** “A Carta das Nações Unidas continua a ser a principal referência do multilateralismo e é nesse pressuposto que assentará a nossa candidatura ao Conselho de Segurança, como membro não-permanente, para o biénio 2011-2012. Nesta perspetiva, Portugal deve continuar a assumir a sua quota nas operações de paz e de segurança internacionais no contexto das várias organizações que integra, como as Nações Unidas, a NATO, a União Europeia, a OSCE ou CPLP”.

- No que respeita ao papel de **Portugal na construção europeia**, salienta-se a intenção constante no programa deste Governo de, no plano externo, continuar “a defender o estrito respeito pelos compromissos assumidos no âmbito do consenso europeu em torno do alargamento.”⁷⁹

- **Programa do XIX Governo Constitucional 2011-2015, no âmbito da política externa**

Com a tomada de posse de um novo governo de PSD/CDS, que resultou das eleições legislativas antecipadas ocorridas a 5 de junho de 2011, as orientações da política externa portuguesa manteve os seus objetivos, conforme o descrito no seu Programa de Governo:

“Sendo a política externa assente em opções europeias, atlânticas e lusófonas que reúnem largo consenso e têm merecido acordo político consistente.”⁸⁰

Nesse sentido este programa tem como objetivos: “Redobrar a importância do relacionamento com os países de expressão portuguesa, tendo sempre presente a relevância da língua que nos une, que no quadro da CPLP se revela estratégica e economicamente relevante; Afirmar a nossa lealdade à aliança atlântica, no

⁷⁹ PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, *Programa do XVIII Governo Constitucional 2009-2011*, pág. 122

⁸⁰ PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, *Programa do XIX Governo Constitucional 2011-2015*, pág. 104

compromisso pela segurança e estabilidade internacional, assim como a defesa perante as novas ameaças; Ter em especial atenção o exercício do mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas, reforçando a imagem do País como um Estado empenhado na paz e na resolução dos conflitos internacionais; Acompanhar de forma empenhada as mudanças no Magrebe, o processo de paz do Médio Oriente e o esforço de diálogo e cooperação na região do mediterrâneo”.

Portugal tem procurado manter uma relação privilegiada com os Estados Unidos da América, bem como: “assumir e manifestar aos nossos parceiros da NATO uma participação ativa na estrutura da Aliança Atlântica”.

Outras intenções do Governo de Passos Coelho são as de dar prioridade a: “Cumprir o mandato de Portugal no Conselho de Segurança nas Nações Unidas; Preparar a candidatura de Portugal ao Conselho de Direitos Humanos 2014-17; Valorizar o multilateralismo baseado na cultura, como plataforma para a internacionalização das empresas e comunidades portuguesas”.⁸¹

b. Objetivos da política de Defesa Nacional

• Programa do XVII Governo Constitucional 2005-2009, no âmbito da Defesa Nacional

Ao nível da Defesa Nacional, Programa de Governo, para a legislatura de 2005 a 2009, preconizava que Portugal deveria “ter como objetivos fundamentais, não só capacidade para garantir a Segurança do Estado e dos Cidadãos mas também capacidades para projetar segurança no plano externo e cooperar no quadro dos sistemas de alianças em favor da segurança internacional e da Paz”.⁸²

Refere ainda que se constituem objetivos da política de defesa:

“**A participação ativa na produção de segurança internacional** e, em particular, em missões internacionais de gestão de crises, de carácter humanitário e de apoio à paz” e o “empenhamento no desenvolvimento da Política Externa e de Segurança Comum e quer estar na primeira linha da construção da Política Comum

⁸¹ Idem pág. 108

⁸² PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, *Programa do XVII Governo Constitucional 2005-2009*, pág. 158

de Segurança e Defesa, incluindo a sua participação nas missões militares sob comando da União Europeia”.⁸³

“No plano bilateral, o Governo **manterá as relações com os seus aliados** tradicionais, em primeiro lugar com os Estados Unidos da América a que o liga um Acordo de Cooperação e Defesa, mas também com os parceiros europeus da NATO e da União Europeia.

As Forças Armadas deverão participar, prioritariamente, em **missões internacionais de natureza militar, nomeadamente no sistema de defesa coletiva da Aliança Atlântica e na Política Europeia de Segurança e Defesa (PESC)**. E em **missões internacionais de apoio à política externa**, designadamente, de gestão crises, de natureza humanitária e de manutenção de paz, no quadro das organizações internacionais de que Portugal é membro, nomeadamente a ONU, União Europeia, OTAN, a OSCE e a CPLP”.⁸⁴

- **Programa do XVIII Governo Constitucional 2009-2013, no âmbito da Defesa Nacional**

A Defesa Nacional deveria ter como objetivos fundamentais “a capacidade para projetar segurança no plano externo e cooperar no quadro dos sistemas de alianças em favor da segurança internacional e da Paz”.⁸⁵ Preconiza ainda este Programa que “a experiência das Forças Armadas portuguesas em missões internacionais contribui para a credibilidade internacional do País, incluindo a sua participação nas missões militares sob comando da União Europeia, bem como a sua participação na cooperação estruturada permanente em matéria de Defesa prevista pelo Tratado de Lisboa”.⁸⁶

- **Programa do XIX Governo Constitucional 2011-2015, no âmbito da Defesa Nacional**

⁸³ Para além dos seguintes objetivos: a garantia da independência nacional, da integridade do espaço territorial, da liberdade e da segurança dos cidadãos e da salvaguarda dos interesses nacionais, como também, no quadro de uma segurança cooperativa. Idem, pág. 159

⁸⁴ Idem, pág. 160

⁸⁵ PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, *Programa do XVIII Governo Constitucional 2009-2013*, pág. 118

⁸⁶ PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, *Programa do XVIII Governo Constitucional 2009-2013*, pág. 119

Salienta-se o seguinte aspeto preconizado no Programa do Governo do PSD, para a legislatura de 2011-2013, as seguintes medidas: “Reconhecer o carácter estratégico e a consequente prioridade das questões relacionadas com o Mar, em particular no que concerne à extensão da plataforma continental nacional; “Reforçar o relacionamento com a NATO e com as estruturas europeias com responsabilidade de implementação da Política Europeia de Segurança e Defesa; “Aprofundar a participação ativa do nosso País em missões internacionais de carácter humanitário e de manutenção da paz, quer no quadro nacional quer no contexto das organizações internacionais de que somos parte”.⁸⁷

4.3 A opção pela Engenharia Militar

Dada a importância que o Governo Português atribuiu à região do Médio Oriente, o então ministro dos Negócios Estrangeiros Luís Amado, desloca-se ao Egito e à Jordânia, em Agosto de 2006, tendo na sua agenda, entre outras, a questão do Líbano, tendo afirmado o mesmo que a participação da União Europeia numa força de estabilização da ONU no Líbano, teria sempre o apoio Governo Português. O ex-Ministro acreditava então, que a União Europeia podia “assumir um papel muito mais importante, na relação com esta região e contribuir para minimizar esta ideia tão perigosa do choque de civilizações”.⁸⁸

Para Carlos Gaspar, a UE teria três boas razões para uma intervenção militar no Líbano. A primeira resulta das relações especiais entre a França e o Líbano e entre a Alemanha e Israel. A segunda referir-se-ia aos interesses destes países e da Grã-Bretanha em impedir que o Irão exerça a sua influência na região no âmbito nuclear. A terceira razão prender-se-ia com a oportunidade que a União Europeia teria para resolver algumas divisões internas e também para mostrar a sua capacidade em resolver uma crise decisiva, através de uma intervenção militar, sendo este facto, importante também, nas questões relacionadas com a política europeia de segurança e defesa, podendo ser um passo importante para que tal aconteça. Nesse contexto, o

⁸⁷PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, *Programa do XIX Governo Constitucional 2011-2015*, pág. 109

⁸⁸http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=565729&page=-1, consultado a 5 de setembro de 2012

Médio Oriente passou a ser o centro da política internacional e a União Europeia quis estar presente nesse centro, evitando estar num lugar marginal ou periférico.⁸⁹

A 20 de agosto de 2006, Luís Amado (à data Ministro dos Negócios Estrangeiros) declarava que “o mundo precisa de uma Europa mais forte” e que, “a vontade de Portugal seria a de intensificar o diálogo com os países árabes”. A 21 de Agosto de 2006 afirmava que, a União Europeia deveria assumir um “papel significativo” nas forças da ONU no Líbano e deveria fazê-lo com a maior rapidez possível, afirmando também que “A União Europeia tem uma dimensão tão importante para a intervenção nesta região, nos domínios humanitário, assistencial e de desenvolvimento, que tem necessariamente que assumir também do ponto de vista estratégico, político e militar, um papel mais destacado”.⁹⁰

A 25 de agosto de 2006, Luís Amado compromete-se em Bruxelas, durante a reunião extraordinária dos 25 chefes da diplomacia europeus, em participar na UNIFIL, assumindo a responsabilidade política de acompanhar os seus parceiros europeus na resolução desta crise.⁹¹

Por seu lado, a ONU orientou os seus esforços para uma resolução do problema, no sentido em que a União Europeia intervisse decisivamente neste país. Em 18 de agosto de 2006, as Nações Unidas (através do seu Secretário-Geral Kofi Annan), lançavam um apelo urgente aos países europeus para contribuírem com militares para constituir o reforço da missão de paz no Líbano isto é, através do reforço de meios militares da UNIFIL. Kofi Annan afirmava, no final de uma reunião que decorreu em Bruxelas a 28 de agosto de 2006, que “a Europa vai constituir o núcleo desta força”, confirmando ter pedido ao Governo Francês que assumisse o comando da UNIFIL, seguindo-lhe nessa tarefa a Itália.⁹²

Tendo em conta as intenções do Governo Português, o Presidente da República Cavaco Silva, convoca o Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), que se reuniu a 30 de agosto de 2006, decidindo o envio de uma Companhia de Engenharia

⁸⁹ GASPAR, Carlos, *A intervenção militar da União Europeia na guerra do Líbano podia ser o primeiro passo da política europeia de segurança e defesa*, in *Jornal Público*, 27 julho 2006

⁹⁰ <http://www.publico.pt/Mundo/luis-amado-ue-deve-assumir-papel-significativo-nas-forcas-da-onu-no-libano-1267820>, consultado a 28 Maio 2006

⁹¹ GOMES, Carlos, in *Jornal Notícias*, 26 de agosto de 2006

⁹² <http://www.publico.pt/Mundo/paises-da-uniao-europeia-vaio-enviar-6900-militares-para-o-libano-1268241>, consultado a 5 de setembro de 2012

Militar, com o máximo de 140 militares, para integrar a UNIFIL. O porta-voz do CSDN, General Goulão de Melo, declarou no final deste Conselho que esta Companhia iria colaborar nas ações de reabilitação das infraestruturas destruídas durante o conflito. A projeção de uma FND, para o Líbano poderia ter como consequência, tal como se veio a verificar, na saída de uma outra, na Bósnia e Herzegovina.⁹³

A 24 de novembro de 2006, o ministro da Defesa Nacional, Nuno Severiano Teixeira, dirigindo-se ao primeiro contingente (UnEng 1) que iria iniciar a missão da UNIFIL, destacava que a participação de soldados portugueses em missões internacionais se mostrava “uma oportunidade impar de afirmação de Portugal no seio dos seus aliados e amigos”, designando mesmo este tipo de missões como um “objetivo nacional”⁹⁴. A 2 de agosto de 2007 o mesmo afirmava no Líbano, junto dos militares portugueses da UNIFIL que “a defesa dos interesses nacionais se faz projetando segurança e estabilidade para fronteiras, por vezes, longínquas do país”.⁹⁵

Já em 2009, o novo ministro da Defesa Nacional, Augusto Santos Silva, durante uma visita ao aquartelamento português no Líbano, assinalava a “utilidade extrema” da presença de militares portugueses no Líbano na reconstrução de infraestruturas e no apoio às populações libanesas, sendo um contributo para a estabilização daquele país. Referia também, nessa data, o seguinte: “ Temos aqui uma força com uma utilidade dupla, participamos no âmbito da UNIFIL, como força de interposição nesta zona e para contribuir para uma solução duradoura, entre as duas partes (envolvidas no conflito israelo-palestiniano) e também aproveitamos a nossa presença para fazer desenvolvimento comunitário”.⁹⁶

Em suma, podemos referir que, a participação portuguesa no Teatro de Operações do Líbano, insere-se no modelo de afirmação portuguesa no seio das organizações internacionais em que participa, em especial na ONU e na União Europeia. O Governo Português sentiu a necessidade de se integrar nesta estrutura

⁹³ http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=566876, consultado a 5 de setembro de 2012

⁹⁴ <http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/ministro-da-defesa-admite-riscos-e-dificuldades-da-missao-no-libano-1277663>, consultado a 5 de setembro de 2012

⁹⁵ SILVA, Miguel, <http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/ministro-diz-que-defesa-nacional-se-faz-com-projeccao-de-seguranca-fora-de-portugal-1301238>, consultado a 5 de setembro de 2012

⁹⁶ GAUDÊNCIO, Rui, <http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/ministro-da-defesa-sublinha-utilidade-extrema-dos-militares-portugueses-no-terreno-1414096>, consultado a 5 de setembro de 2012

européia que foi mobilizada, com a afetação de grande volume de meios militares, mas muito principalmente ao nível político. A União Europeia procurou, neste campo, constituir-se como uma potência internacional, com capacidade de se tornar um agente de segurança internacional.

A escolha de uma unidade de engenharia militar deve-se à necessidade de ser projetada uma FND com capacidade de se constituir como um elemento de auxílio reconstrução do país e de ajuda humanitária, algo que para seria importante também, para a aceitação por parte da opinião pública portuguesa do envio de uma força militar nacional para um teatro de operações com alguns riscos. Nesse âmbito, a importância da CIMIC é evidente.

Antes de mais, importa entender o porquê do envio de uma unidade de engenharia militar portuguesa para o Líbano, em detrimento de outras opções que se colocaram.

Desde muito cedo que as Forças Armadas Portuguesas acompanharam os acontecimentos no Líbano, tendo planeado as possibilidades da participação militar nacional nesta missão da ONU, de acordo com as solicitações do Governo Português. Este processo decorreu de forma concorrente com o planeamento operacional internacional, que foi liderado pela França. Ponderando todos os elementos essenciais para o envio de uma nova força militar portuguesa para um novo Teatro de Operações, verificando a missão, a ameaça, o *draft* do conceito de operações e outros elementos disponíveis, foram identificadas três opções de emprego operacional, de acordo com as necessidades indicadas pela ONU. Estas três opções levantadas foram as seguintes: emprego de um Agrupamento Mecanizado do Exército; o envio de uma Fragata da Armada Portuguesa; ou o emprego de uma Companhia de Engenharia Militar, a opção escolhida pelo Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN) que se reuniu a 30 de agosto de 2006, uma vez que as capacidades deste tipo de unidade, seriam as ideais para o apoio à reconstrução do país, permitindo uma constituição mais flexível, de acordo com as valências requeridas em função da missão, da área de operações e de complementaridade, que poderia apresentar, com o escalão superior da engenharia da UNIFIL. Além disso deveria ser capaz de ser

autossuficiente, em termos logísticos e de comunicações ao nível do TO, e com um efetivo aproximado de 140 militares.⁹⁷

A argumentação defendida sobre esta opção baseou-se nas capacidades de versatilidade para a realização de trabalho em apoio da UNIFIL e em apoio às populações libanesas, e nas características técnicas, militares e humanas dos soldados de engenharia militar portuguesa. Outras valências que suportam esta argumentação, baseiam-se na capacidade e executar trabalhos relacionados com a mobilidade (das quais se destacam, a remoção de escombros, reparação de itinerários e pontes de pequeno vão) de apoio à proteção (trabalhos de organização do terreno e da Proteção da Força), de apoio geral de engenharia, purificação de água, apoio à reconstrução, ajuda humanitária, em articulação com as ONG e as autoridades locais e no desenvolvimento de ações no âmbito da CIMIC. O cumprimento da missão desta força, através da execução de um vasto conjunto de atividades, é importante para a população, para satisfazer as suas próprias necessidades, principalmente no que respeita à recuperação de infraestruturas básicas, destruídas durante a guerra. Por outro lado, envolvimento nesta operação no Líbano traduziu-se num acréscimo de atividade operacional do Exército e das Forças Armadas Portuguesas, devido à participação militar em diversos TO, como o Kosovo, Bósnia e Herzegovina, Afeganistão, etc. Desse modo, o General Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), Almirante José Manuel Mendes Cabeçadas, recomendou a opção do envio de uma Companhia de Engenharia Militar, por ser a mais económica sob o ponto de vista militar, a mais adequada e a que apresenta maiores vantagens, em termos de visibilidade e riscos. No dia 12 de outubro de 2006, por portaria do ministro da Defesa Nacional Nuno Severiano Teixeira, o Governo autoriza o CEMGFA a aprontar e empregar uma missão militar no esforço da UNIFIL, constituída pela referida Companhia de Engenharia e por militares a integrar o Estado-Maior do Quartel-General da UNIFIL.⁹⁸

Esta forma de participação portuguesa foi decidida no Conselho Superior de Defesa Nacional, de 30 de Agosto de 2006, tendo sido estabelecido o envio de uma Companhia de Engenharia que viria a designar-se de UnEng 1, tendo sido aprontada

⁹⁷ ESCOLA PRÁTICA DE ENGENHARIA, *Ao serviço da paz. A Engenharia Militar Portuguesa na UNIFIL*, Tancos, 2012, pág 26

⁹⁸ ESCOLA PRÁTICA DE ENGENHARIA, *Ao serviço da paz. A Engenharia Militar Portuguesa na UNIFIL*, Tancos, 2012, pág. 30

na Brigada Mecanizada em Santa Margarida, tendo como base a Companhia de Engenharia dessa Brigada e inserida no apoio de combate da UNIFIL. Para além desta a participação portuguesa na UNIFIL II contava ainda com 5 militares no QG da UNIFIL. Importa também referir que esta companhia ficaria sob Comando Operacional do General CEMGFA, tendo como principal missão executar trabalhos de apoio geral de engenharia, de apoio à proteção e de apoio à mobilidade, na sua área de responsabilidade, contribuindo para a reconstrução e desenvolvimento das infraestruturas no TO do Líbano, em apoio da UNIFIL e do Governo libanês. Além das atribuições no âmbito do apoio geral de engenharia, a UnEng apoiava a UNIFIL, na área da sobrevivência (construção de abrigos para proteção pessoal e trabalhos de fortificação), tendo ainda capacidades (meios e treino) para desenvolver apoio a organizações internacionais e organizações não-governamentais, sendo aqui de destacar o apoio sanitário e a proteção ambiental e a capacidade de destacar forças por tempo limitado para cumprimento de tarefas específicas de engenharia⁹⁹.

Paralelamente, durante este período de tempo, decorreram negociações na ONU, entre o representante de Portugal na ONU e esta organização, que culminaram no estabelecimento de um Memorando de Entendimento que definiu desse modo, os termos em que se iria processar a participação militar portuguesa, o seu formato, organização, efetivos, equipamento, sustentação, missão e transporte, bem como as questões financeiras inerentes a este tipo de operação, conduzida sob a égide das Nações Unidas. A representação portuguesa junto das Nações Unidas, para além dos representantes do Governo, contou também com militares do Exército e do EMGFA. Do lado da ONU, as negociações foram lideradas pelo *Force Generation Service* do DPKO. Esta equipa integrava membros do *Financial Management Support Service* da *Engineering Section*, sendo que a negociação foi estruturada, de acordo com o Memorando, em três áreas fundamentais: requisitos de força, área logística e financeira.¹⁰⁰

⁹⁹ GARCIA, Francisco Proença, *A Participação Portuguesa nas Missões Militares: Iraque, Afeganistão e Líbano*, in "Revista Nação e Defesa", nº121, 2008 Pág. 206

¹⁰⁰ ESCOLA PRÁTICA DE ENGENHARIA, *Ao serviço da paz. A Engenharia Militar Portuguesa na UNIFIL*, Tancos, 2012, págs. 30 e 31

CAPÍTULO 5 – A CIMIC PORTUGUESA NO LÍBANO

5.1 As Unidades de Engenharia Militar portuguesa no Líbano

Neste capítulo iremos analisar a forma como foi executada a CIMIC no Teatro de Operações do Líbano, tendo como referência as entrevistas realizadas aos comandantes das Unidades de Engenharia Militar enviadas para a região e nos livros de fim de missão das UnEng, bem como numa publicação lançada pela Escola Prática de Engenharia, no dia 13 de julho de 2012, referente às 11 unidades de engenharia militar portuguesa que cumpriram missões no Líbano entre os anos de 2006 e 2012.

a. Descrição das UNENG

A participação portuguesa no TO do Líbano iniciou-se a 24 de novembro de 2006, com a UNENG 1. Todos os onze contingentes portugueses estiveram aquartelados na localidade de Shama (no Setor oeste da área de operações do líbano), no quartel denominado, *Ubique Camp*, até à data da retirada da 11ª e última unidade de engenharia, a 27 de junho de 2012.

A integração da UNENG na UNIFIL deu-se a 24 de novembro de 2006, sendo que, o tempo de projeção da força para o TO foi faseado, integrando voos comerciais, militares, bem como transporte terrestre e marítimo.

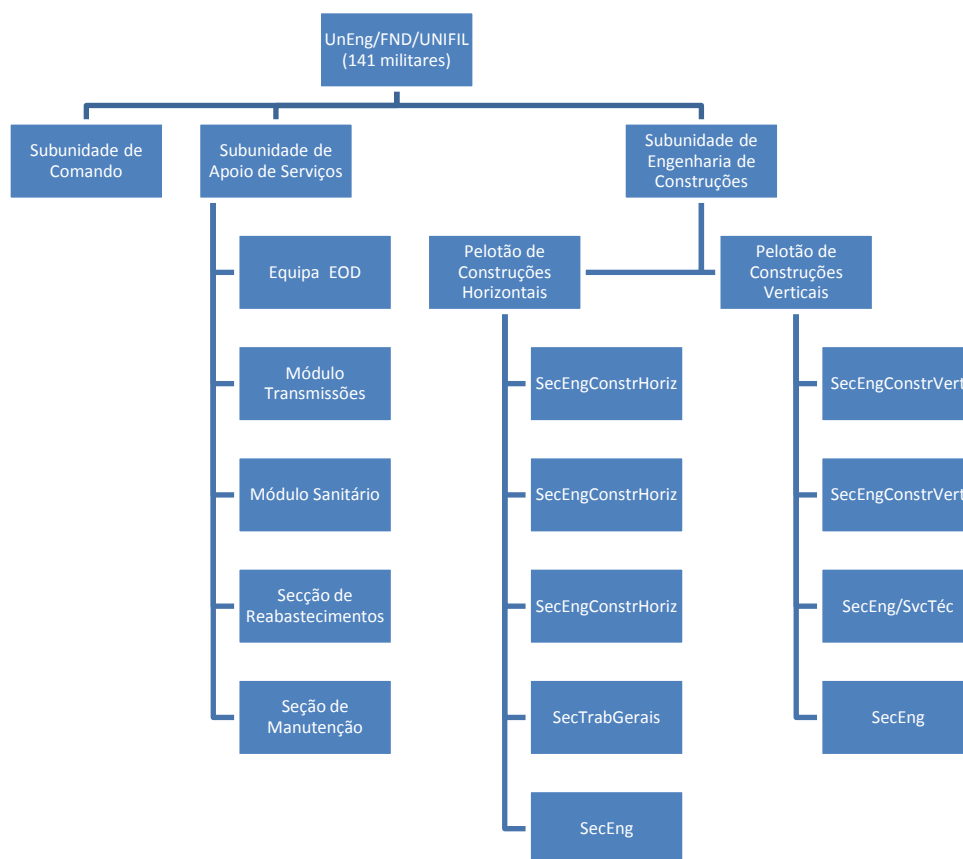
De modo resumido, os principais passos dessa projeção foram os seguintes:

- A 15 de outubro de 2006, chega ao TO, uma Equipa de Ligação, por via aérea;
- Nos dias 1 e 3 de novembro, chegam as duas levas do Destacamento Avançado, por via aérea;
- O grosso da força chega a Shama a 24 de novembro, por via marítima;
- A 29 de novembro, chegam a Shama os equipamentos, viaturas e contentores;
- De 4 a 7 de dezembro, decorre no QG da UNIFIL um treino para os Comandos de Estados-Maiores de todas as forças, denominado *Induction Training*;

A 5 de dezembro é declarada a *Initial Operational Capability* (a Força a partir desta data tinha capacidade para desempenhar a sua missão de forma minimamente eficaz) e no dia 20 de dezembro, a *Full Operational Capability*, ou seja, a partir desta data, a Força está pronta para poder apoiar totalmente a UNIFIL com todos os seus meios em, pelo menos dois locais distintos, fora do aquartelamento, tal como consignado no Memorando de Entendimento entre Portugal e a ONU.

b. Efetivo e Orgânica

A Unidade de Engenharia contava com um efetivo aproximado de 140 elementos e a seguinte organização: Comando, Unidade de Apoio de Serviços, um pelotão de Engenharia de Construção Horizontal e um Pelotão de Engenharia de Construção Vertical.¹⁰¹



Fonte: ESCOLA PRÁTICA DE ENGENHARIA, *Ao serviço da paz. A Engenharia Militar Portuguesa na UNIFIL*, Tancos, 2012

Legenda:

¹⁰¹ ESCOLA PRÁTICA DE ENGENHARIA, *Ao serviço da paz. A Engenharia Militar Portuguesa na UNIFIL*, Tancos, 2012, pág. 205

EOD –Explosive Ordnance Disposal (destruição de material explosivo)

SecEng - Secção de Engenharia

SecEngConstrHoriz - Secção de Engenharia de Construções Horizontais

SecEngConstrVert - Secção de Engenharia de Construções Verticais

SecEng/SvcTéc - Secção de Engenharia e Serviços Técnicos

SecTrabGerais - Secção de Trabalhos Gerais

No quadro que se segue, estão expostos os dados relativos aos comandantes das UnEng, quais as unidades que realizaram o aprontamento (preparação da força em território nacional) e o período de atividade no Teatro de Operações do Líbano.

Quadro nº 2: Unidades de Engenharia militar portuguesa que prestaram serviço no Líbano

Designação	Comandante	Unidade aprontadora	Período de atividade no TO
UnEng 1	TCor Alves Gaspar	Brigada Mecanizada de Santa Margarida	24 de novembro de 2006 a 25 de maio de 2007
UnEng 2	TCor Rodrigues dos Santos	Regimento de Engenharia nº 1 da Pontinha	25 de maio a 27 de novembro de 2007
UnEng 3	TCor Rebelo de Carvalho	Regimento de Engenharia nº 3 de Espinho	27 de novembro de 2007 a 29 de maio de 2008
UnEng 4	TCor Alves Caetano	Regimento de Engenharia nº 3 de Espinho	29 de maio a 29 de novembro de 2008
UnEng 5	TCor Soares Pereira	Brigada Mecanizada de Santa Margarida	29 de novembro de 2008 a 30 de maio de 2009
UnEng 6	TCor João Pires	Regimento de Engenharia nº 1 da Pontinha	30 de maio a 2 de dezembro de 2009
UnEng 7	TCor João Almeida	Regimento de Engenharia nº 3 de Espinho	2 de dezembro de 2009 a 3 de junho de 2010
UnEng 8	TCor Monteiro Fernandes	Companhia de Engenharia da Brigada Mecanizada de Santa Margarida	3 de junho a 7 de dezembro de 2010
UnEng 9	TCor Vale do Couto	Brigada Mecanizada de Santa Margarida	7 de dezembro de 2010 a 15 de Junho 2011
UnEng 10	TCor Barros Sepúlveda	Regimento de Engenharia nº 3 de Espinho	15 de Junho 2011 a 16 de janeiro de 2012
UnEng 11	TCor Martins Costa	Brigada Mecanizada de Santa Margarida	16 de Janeiro de 2012 a 24 de junho de 2012

Fonte: ESCOLA PRÁTICA DE ENGENHARIA, *Ao serviço da paz. A Engenharia Militar Portuguesa na UNIFIL*, Tancos, 2012, págs. 34 a 37

5.2 Características específicas da CIMIC no Líbano

a. Missão da UNENG

A UnEng tinha a seguinte missão: “efetuar melhorias nas suas instalações; conduzir tarefas de construção horizontal e vertical em apoio da UNIFIL em toda a Área de Operações (AOR); estar preparada para apoiar a liberdade de movimentos em toda a AOR; apoiar as Forças Armadas Libanesas e a população civil bem como as atividades humanitárias, sempre dentro das suas capacidades e de acordo com as diretivas do Comandante da UNIFIL”¹⁰².

b. A CIMIC em apoio da missão

Como podemos observar do parágrafo anterior, a missão das unidades de engenharia portuguesa é, genericamente, a de apoiar o *Force Commander* da UNIFIL em trabalhos de engenharia. Nesse sentido, a realização de ações de CIMIC resulta diretamente da sua missão, no que respeita às suas tarefas de apoiar a liberdade de ação e de apoio às populações. A realização de ações no âmbito de CIMIC, é considerada, também, uma parte desse apoio ao *Force Commander*. Os meios utilizados foram os orgânicos da Força: Secção Sanitária, Secção de Alimentação, Destacamento de Construções.

c. A CIMIC no Líbano

Desde 2006, que a execução de projetos no âmbito da CIMIC, ganhou maior relevância, quer no contexto da UNIFIL quer ao nível dos contingentes portugueses. A partir dessa mesma data, a UnEng constitui-se também como uma entidade produtora de planos de CIMIC do *Civil Affairs Branch da UNIFIL*, sob coordenação do QG da UNIFIL, e desenvolvendo ações utilizando o que se considera como sendo meios orgânicos pontualmente excedentes, aquilo que se denomina vulgarmente de *capacidade sobrança da força*.¹⁰³

¹⁰² EMGFA, <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/missoes/fnd-libano/>, consultado a 17 de setembro de 2012

¹⁰³ ESCOLA PRÁTICA DE ENGENHARIA, *Ao serviço da paz. A Engenharia Militar Portuguesa na UNIFIL*, Tancos, 2012, pág. 112

As ações de CIMIC executadas no Líbano pela UNIFIL constituem ações localizadas que complementam os grandes empreendimentos que têm em vista o desenvolvimento local e que, normalmente, são desenvolvidos pelas agências das Nações Unidas e por outros atores civis no TO. A coordenação destas atividades é realizada pelo *United Nations Development Group* (UNDG) e pelo *UN Resident Coordinator's Sub Office*, localizado em Tiro e permite que haja partilha de informação para que se distribua o esforço de ações CIMIC. Por outro lado, permite que se possa avaliar o impacto no curto e médio prazo, bem como os critérios de equidade pelas comunidades, de acordo com a representatividade religiosa de cada município.

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito da CIMIC da UNIFIL tinham como intenção o desenvolvimento de pequenos projetos (denominados *Quick Impact Projects* (QIP)), de impacto no curto ou médio prazo, com o fim último de aumentar a aceitação da Força no TO, sendo financiados pela UNIFIL. Estes projetos podem ser propostos pelos vários contingentes ao comandante da UNIFIL, através do elemento do Estado-Maior da UNIFIL responsável pela CIMIC (J9/UNIFIL), que é quem possui a capacidade de fazer a avaliação e seleção dos projetos a realizar (ou eventualmente pelo responsável dos *Civil Affairs* (Assuntos Cívicos)). O J9/UNIFIL pode também solicitar a execução de projetos de CIMIC às unidades adequadas, de entre as quais se incluíam as UNENG portuguesas.

Complementarmente, e com aprovação do Comandante da UNIFIL, os contingentes nacionais executam também CIMIC utilizando verbas dos respetivos países. Se compararmos com Portugal, os contingentes de outros países possuem mais meios, principalmente ao nível financeiro, como se compreende. No entanto, nem sempre se cumpre o critério da equidade (entre municípios), uma vez que estes projetos deveriam ter a coordenação do *Civil Affairs Branch*. Verifica-se, também, que o impacto de algumas ações nem sempre é relevante, quer por incorreta definição do seu uso, quer pela execução inacabada. Por outro lado, a subcontratação de empresas locais foi vista pelas UnEng como algo que tornaria o impacto a curto prazo não tão evidente.¹⁰⁴

¹⁰⁴ ESCOLA PRÁTICA DE ENGENHARIA, *Ao serviço da paz. A Engenharia Militar Portuguesa na UNIFIL*, Tancos, 2012, pág 113

As ações de CIMIC desenvolvidas pelas UnEng portuguesas tinham dois tipos de financiamento: um vindo da UNIFIL, vulgarmente denominado de CIMIC UNIFIL e o financiamento oriundo de fundos do EMGFA, que se registou a partir da UnEng 7, com a designação de Plano de CIMIC Nacional. Como consequência da atividade desenvolvida pelos primeiros contingentes, o EMGFA determinou a aprovação de uma verba específica, ao dispor dos comandantes das UnEng para a execução deste tipo de operações no Líbano.

d. Levantamento de necessidades da população e elaboração de projetos de CIMIC

O levantamento de necessidades foi realizado através da realização de reuniões de coordenação entre os comandantes das UnEng (e respetivos Oficiais de CIMIC) e autoridades locais, onde se verificavam as necessidades das populações locais.¹⁰⁵

Esta ligação que se verificou desde o primeiro contingente foi importante para o estabelecimento de relações muito boas entre as tropas portuguesas e as diversas entidades locais, como é apontado pelo Cor Caetano, Comandante da UnEng 4, que menciona “ter havido em todas as intervenções o cuidado de procurar manter um contacto prévio com as autoridades locais (presidentes das autarquias, etc.), no sentido de serem elaborados protocolos, de modo a procurar satisfazer as necessidades das populações”.

Estes protocolos eram assinados com o propósito de se fazer um “levantamento das necessidades das comunidades locais e para obter responsabilização no âmbito da segurança”. Este procedimento assemelha-se ao que se executa em território nacional, no que respeita à realização das frentes de trabalho¹⁰⁶ que são desenvolvidas frequentemente pelos Regimentos de Engenharia daí que, este tipo de atividades não sejam totalmente novidade para os militares de engenharia militar,

¹⁰⁵ Entrevista ao TCor Rodrigues dos Santos, Comandante da UnEng 2, cedida autor desta dissertação, 1 junho de 2012, Lisboa

¹⁰⁶ As frentes de trabalho são serviços que as unidades de engenharia prestam, em território nacional, a empresas privadas ou entidades públicas.

existindo algumas semelhanças no seu procedimento com a realização das referidas frentes de trabalho em Portugal.¹⁰⁷

Por outro lado, procurava-se com o estabelecimento destes protocolos que fosse acordado, pelas partes intervenientes, um conjunto de cláusulas, onde contavam os deveres e eventuais contrapartidas da execução, para cada uma das partes, da realização de cada um dos projetos de CIMIC.

Para o TCor Pires, Comandante da UNENG 6, o procedimento adotado, durante o seu comando, foi semelhante, tendo sido realizadas reuniões com os *Mayors*(ou *Mukthar*)¹⁰⁸ durante as primeiras semanas da sua unidade no TO. “Nessas reuniões, eram referidas as intenções que a UnEng 6 tinha para os 6 meses de presença no TO. Do lado das entidades locais eram também manifestadas as suas intenções relativas às necessidades mais prementes a satisfazer. Desse modo, foram também estabelecidos protocolos de modo a oficializar a realização dos projetos”.¹⁰⁹

Uma outra preocupação que existiu por parte dos comandantes dos contingentes portugueses, foi a tentativa de serem estabelecidos contactos “em primeiro lugar, com os municípios de maior importância (maior área e população), bem como, nos municípios onde recorrentemente estavam equipas a executar trabalhos de apoio de engenharia, à UNIFIL. Este contacto era estabelecido entre o comandante da Força e o *Mayor* local, sendo que a ligação com as restantes comunidades, mais pequenas e com menor população, foi também realizada pelo oficial de CIMIC. Os contactos com essas entidades eram simples sendo que, muitas vezes, havia um convite para a almoçar no aquartelamento português, para criar maior proximidade com os representantes locais. Verificou-se também a intenção de tentar equilibrar a distribuição dos apoios prestados entre religiões, procurando que houvesse alguma

¹⁰⁷ Entrevista ao TCor Alves Caetano, Comandante da UnEng 4, entrevista cedida autor desta dissertação, 16 de Maio de 2012, Espinho

¹⁰⁸ Muitas vezes designados por *Mayors* ou *Mukthar* que significa “o escolhido” e refere-se ao chefe da vila ou localidade. Assemelham-se aos Presidentes de Câmara ou das Juntas de Freguesia, sendo eleitos através de um processo de escolha participativo, por eleição ou consenso.

¹⁰⁹ Entrevista ao TCor João Pires, Comandante da UnEng 6, cedida autor desta dissertação, 1 de junho de 2012, Lisboa

rotatividade entre esses municípios, segundo os critérios de seleção de trabalhos (que veremos no ponto seguinte)”.¹¹⁰

Foi amplamente reconhecido, durante as entrevistas realizadas pelo investigador aos comandantes das UnEng que estes contactos entre as unidades portuguesas e as entidades locais foi extremamente importante para o levantamento das necessidades locais. Por outro lado, as relações que se criaram, entre os militares portugueses e os líderes locais, estabeleceram-se ao nível pessoal e foram também referidas como sendo muito importantes para a aceitação das tropas portuguesas nesses mesmos municípios.

e. Critério de avaliação e seleção dos projetos

“Os critérios que foram estabelecidos, pela UNIFIL, para a avaliação e seleção dos projetos, de modo a garantir maior equidade na distribuição de projetos de CIMIC, foram os seguintes:

1. O número de apoios já prestados ao município ou organizações com sede nesse município;
2. Número de pessoas que retirariam mais-valias do projeto;
3. Como critério de exclusão, o facto de o município ter sido apoiado nos últimos 24 meses anteriores.

De um modo geral, as UnEng portuguesas tinham mais um outro critério, que seria o da distribuição, pelas diferentes povoações perto do aquartelamento português, de acordo com a sua maioria religiosa, para que pudesse haver uma rotatividade pelas localidades de maioria religiosa cristã maronita, muçulmana xiita ou sunita”.¹¹¹

¹¹⁰ Entrevista ao TCor Monteiro Fernandes, Comandante da UnEng 8, cedida autor desta dissertação, 1 de junho de 2012, Lisboa

¹¹¹ Entrevista ao TCor Monteiro Fernandes, Comandante da UnEng 8, cedida autor desta dissertação, 1 de junho de 2012, Lisboa

5.3 Linhas de atividade UNIFIL (LOA)

As Linhas de Atividade, ou *Lines of Activity* (LOA)¹¹² que foram estabelecidas pela UNIFIL têm como base o desenvolvimento de atividades de reconstrução de infraestruturas, apoio médico-sanitário e a ligação intercultural. No que respeita à linha de atividade de reconstrução de infraestruturas, esta apoiou-se nas capacidades de emprego dos meios de engenharia ao nível das construções. Em relação à linha de atividade relativa ao apoio médico-sanitário, esta assenta no trabalho desenvolvido em função da capacidade sanitária da UnEng, através da formação de primeiros socorros, em ações de sensibilização em escolas e na prestação de cuidados médicos continuados.¹¹³ A ligação intercultural é resultado do estabelecimento contínuo de relações com as entidades locais, civis e religiosas, suportada por reuniões, encontros, visitas, convívios e atividades desportivas.¹¹⁴

“A ligação intercultural tem, também, a intenção de dar a conhecer o contingente, as suas capacidades, projetando a sua cultura, tendo-se realizado inúmeras reuniões, encontros visitas e ações desportivas e convívios. A Ligação intercultural, foi uma função que procurou o estabelecimento contínuo de relações com as entidades locais, civis e religiosas, através de reuniões, encontros, visitas, atividades desportivas e convívios. Por outro lado, após o restabelecimento de necessidades básicas das comunidades locais, as forças da UNIFIL viram-se com o problema das consequências das atividades operacionais que, muitas vezes, provocavam impactos negativos diminuindo o apoio da população à Força, como os patrulhamentos no interior das localidades com viaturas pesadas, os danos causados nas estradas e acessos rurais e acidentes entre viaturas pertencentes à UNIFIL e viaturas civis, causaram efeitos negativos à permissividade e aceitação da força da UNIFIL”.¹¹⁵

¹¹² Designação doutrinariamente adotada pela NATO quando um conjunto de tarefas concorre para uma área específica. São exemplos de LOA's: a Ajuda Humanitária, a Reconstrução, o Apoio à Liberdade de Movimentos, o Apoio Médico-Sanitário, a Ligação civil-militar, entre outras.

¹¹³ Este apoio é considerado de nível *Role 1* (de quatro níveis), isto é, o apoio médico é integral ou imputado a uma Pequena Unidade (neste caso a UNENG) e inclui as capacidades para a prestação de primeiros socorros, medidas de salvamento imediatas (ressuscitação e estabilização) e a triagem, e, também, a prestação de cuidados para a saúde e bem-estar da Unidade a que pertencem. ESCOLA PRÁTICA DE ENGENHARIA, *Ao serviço da paz. A Engenharia Militar Portuguesa na UNIFIL*, Tancos, 2012, pág 114

¹¹⁵ Entrevista ao TCor Monteiro Fernandes, Comandante da UnEng 8, cedida autor desta dissertação, 1 de junho de 2012, Lisboa

5.4 Planos de CIMIC UNIFIL

a. Coordenação com a estrutura da UNIFIL

O levantamento das necessidades poderia ser realizado pela UNIFIL ou pela UnEng. Após esse o levantamento e aplicação dos critérios de seleção dos projetos, os trabalhos eram realizados após aprovação dos mesmos por parte do *Force Commander* da UNIFIL, que também poderia executar pedidos à UNENG através do seu J9/UNIFIL.

No caso da UnEng 2, o TCor Santos referiu a ideia de que “obteve total liberdade para desenvolver ações CIMIC, em coordenação com a UNIFIL, apesar de não haver empenhamento nacional, havia uma intenção nacional do desenvolvimento de ações de auxílio às populações locais”.¹¹⁶

b. Descrição dos planos

Da entrevista com o TCor Santos, Comandante da UnEng 2, podemos retirar que “foi realizado, ainda durante o aprontamento, um estudo de situação para CIMIC, que foi completado e atualizado no TO através dos contactos realizados através do desenvolvimento dos chamados *Village Assessments*. Nessas reuniões com as autoridades locais, foram delineadas quais as linhas de ação CIMIC que deveriam ser desenvolvidas e que, posteriormente, foram propostas ao Comandante da UNIFIL, durante as reuniões semanais de coordenação com o J9/UNIFIL, bem como o Oficial de CIMIC do Setor oeste da UNIFIL”.¹¹⁷

Não havendo ainda um plano nacional, as ações realizadas estiveram relacionadas com o estudo de situação de CIMIC realizado, com propostas nas reuniões já citadas, havendo coordenação com a UNIFIL, através do J9/UNIFIL.

Os quadros que se seguem, resumem o tipo de atividade desenvolvida por cada uma das unidades de engenharia no Líbano.

¹¹⁶ Entrevista ao TCor Rodrigues dos Santos, Comandante da UnEng 2, cedida autor desta dissertação, 1 junho de 2012, Lisboa

¹¹⁷ Entrevista ao TCor Rodrigues dos Santos, Comandante da UnEng 2, cedida autor desta dissertação, 1 junho de 2012, Lisboa

c. Resumo das atividades desenvolvidas no âmbito dos Planos de CIMIC UNIFIL, por UNENG portuguesas

• Unidade de Engenharia nº 1 (24 de novembro de 2006 a 25 de maio de 2007)

De acordo com o 2º Comandante da UnEng 1, sendo este o primeiro contingente português destacado no Líbano, “todas as atividades CIMIC foram coordenadas entre a Unidade e as entidades civis solicitadoras diretamente, no entanto, foi sempre dado conhecimento de tal facto ao J9/UNIFIL e os apoios só foram prestados depois da anuência deste órgão de Estado-Maior. Os primeiros contactos com as entidades civis ocorreram por iniciativa das mesmas e foram essencialmente das povoações mais próximas do aquartelamento da UnEng 1”.¹¹⁸

Quadro nº 3: Ações de CIMIC UNIFIL realizadas pela UnEng 1

Município	Atividade	Data
Tayr Harfa	Limpeza de vias de comunicação urbanas	17 e 18 janeiro de 2007
Al Jibbayn	Compactação de caminhos agrícolas	23 e 24 abril 2007
Alma Ash Shab	Desmatção e construção de plataforma para um parque infantil	10 a 28 fevereiro 2007
Naqoura	Ações de formação na área dos primeiros socorros	3 sessões realizadas de durante os 6 meses de missão

Fonte: Questionário enviado ao Major Domingues, 2º Comandante da UnEng e recebido em correio eletrónico a 7 de setembro de 2012

• Unidade de Engenharia nº 2 (25 de maio a 27 de novembro de 2007)

Quadro nº 4: Ações de CIMIC UNIFIL realizadas pela UnEng 2

Município	Atividade	Data
Naqoura	Construção de um parque público na vila de Naqoura	20 de junho a 13 de julho de 2007
	Esta missão foi atribuída pela UNIFIL, tendo anteriormente sido levantada essa necessidade nas reuniões realizadas (<i>village assessments</i>). O trabalho consistiu nas movimentações de terras (<i>terraplanagens</i>), tendo havido coordenação com uma ONG que instalou o equipamento do parque público.	
Zibqin	Construção de parque infantil da escola de Zibqin	20 de outubro a 27 de outubro de 2007
	Este trabalho foi um pedido direto do J9 da UNIFIL e enquadrava-se na linha de ação de melhoramento da liberdade de movimentos uma vez que havia uma certa reação hostil às forças da UNIFIL, devido ao grande movimento de viaturas blindadas na região, que deteriorava as vias de comunicação, criando alguma animosidade. A execução deste trabalho foi	

¹¹⁸ Questionário enviado ao Major Domingues, 2º Comandante da UnEng e recebido em correio eletrónico a 7 de setembro de 2012

	importante, no sentido de mostrar a outra face das atividades da UNIFIL, melhorando as condições de vida das populações locais. Os resultados obtidos foram positivos, uma vez que o número de ações hostis à UNIFIL e o nível de tensão entre a Força e as populações locais baixou consideravelmente, em consequência do trabalho desenvolvido em prol da população de Zibqin.
--	--

Fonte: Entrevista ao TCor Rodrigues dos Santos, Comandante da UnEng 2, cedida autor desta dissertação, 1 junho de 2012, Lisboa

• Unidade de Engenharia nº 3 (27 de novembro de 2007 a 29 de maio de 2008)

Recorda o TCor Carvalho que “durante a presença deste contingente, viveu-se um acréscimo do grau de insegurança no território, que se traduziu no acréscimo de preocupação com a Proteção da Força. Nesse sentido, os planos de CIMIC da UNIFIL foram condicionados por este facto. De referir, no entanto, que as ligações estabelecidas com as localidades de Shama, Naqoura, Alma Ash Shab, Tayr Harfa e Al-Mansuri e a presença de uma delegação da UNENG 3 em Qana, nas cerimónias comemorativas do Natal, organizadas pelo J9/UNIFIL da UNIFIL, no dia 23 de dezembro de 2007.”¹¹⁹

Quadro nº 5: Ações de CIMIC UNIFIL realizadas pela UnEng 3

Município	Atividade	Data
Naqoura	Reabilitação de Edifício de Escola e Construção de Campo de Jogos	Data não disponibilizada
	Para a execução deste projeto, foram levantadas as dificuldades da escola e das patologias que a mesma apresentava. O grande problema que foi diagnosticado foi a falta de impermeabilização de alguns parâmetros enterrados que resultavam na origem das frequentes inundações. Foi realizado um trabalho de nivelamento do recreio, que permitiu a prática desportiva. Realizou-se também a reparação do mobiliário urbano do parque infantil (baloços, carrossel e escorrega).	
Zibqin	Inauguração do Parque Infantil da escola primária da vila de Zibqin	Data não disponibilizada
	Presença de uma delegação, liderada pelo Comandante da UnEng 3	
Qana	Presença de uma delegação da UNENG 3 em Qana, nas cerimónias comemorativas do Natal, organizadas pelo J9/UNIFIL da UNIFIL – CIMIC	Data não disponibilizada

Fonte: Questionário enviado ao TCor Rebelo de Carvalho, Comandante da UnEng 3 e recebido em correio eletrónico, 2 de setembro de 2012

• Unidade de Engenharia nº 4 (29 de maio a 29 de novembro de 2008)

¹¹⁹ Questionário enviado ao TCor Rebelo de Carvalho, Comandante da UnEng 3 e recebido em correio eletrónico, 2 de setembro de 2012

As ações desenvolvidas pela UnEng 4, “foram elaboradas pelos elementos de construções verticais e horizontais, e também pelo apoio sanitário, através de campanhas de sensibilização para os cuidados de higiene e colheitas de sangue. Um dos objetivos dessas ações era o aprofundamento e reforço dos laços de amizade com as populações locais”.¹²⁰

Quadro nº 6: Ações de CIMIC UNIFIL realizadas pela UnEng 4

Município	Atividade	Data
Alma Ash Sha`b	Ação de sensibilização para a higiene oral na escola primária	Data não disponibilizada
	Apropriação de uma estrada pública com cerca de 1000m de extensão e 5m de largura	Data não disponibilizada
	Construção de telheiro na escola secundária	Data não disponibilizada
	Construção de telheiro	Data não disponibilizada
Shama	Rastreio cardiológico	Data não disponibilizada

Fonte: REGIMENTO DE ENGENHARIA Nº3, *De Espinho para o Líbano. Um ano ao serviço da paz*, págs. 88 e 89

• Unidade de Engenharia nº 5 (29 de novembro de 2008 a 30 de maio de 2009)

Refere o TCor Pereira que “a UnEng 5, estabeleceu contactos com os municípios na área de influência do *Ubique Camp*: Shama, Tayr Harfa, Majda Zun, Al Mansury e Alma Ash Sha`b, com o objetivo de efetuar, de forma equitativa, uma atividade pelo menos em cada um dos municípios. Os contactos foram realizados, de forma bilateral, entre a força portuguesa e as entidades libanesas apoiadas”.¹²¹

Quadro nº 7: Ações de CIMIC UNIFIL realizadas pela UnEng 5

Município	Atividade	Data
Shama	Ligação com as autoridades locais e participação em cerimónias nesta localidade, bem como vistas desas autoridades a <i>Ubique Camp</i> .	Durante os seis meses de missão
Tair Harfa	Apoio médico- sanitário: formação em primeiros socorros a operadores de ambulância do município, formação de cuidados médicos de saúde a prestadores de cuidados a doentes acamados, bem como ações de sensibilização na escola local para aspetos relacionados com a saúde, e também consultas médicas ao domicílio.	Data não disponibilizada
	Abertura de estrada de acesso aos campos de	Data não

¹²⁰ ESCOLA PRÁTICA DE ENGENHARIA, *Ao serviço da paz. A Engenharia Militar Portuguesa na UNIFIL*, Tancos, 2012, págs. 88 e 89

¹²¹ Questionário enviado ao TCor Soares Pereira, Comandante da UnEng 5 e recebido em correio eletrónico, 2 de setembro de 2012

	cultivo, numa extensão de 700 m, com assinatura do correspondente protocolo.	disponibilizada
Majda Zun	Apropriação ¹²² de uma estrada de acesso a uma barragem e a campos de cultivo, numa extensão de 1500 m, resultado de protocolo estabelecido.	Data não disponibilizada
Al Mansury	Ligação com as autoridades locais e participação em cerimónias nesta localidade, bem como vistas a <i>Ubique Camp</i> .	Data não disponibilizada
Alma Ash Sha'b	Participação em cerimónias e eventos, realização de jogo de basquetebol feminino com distribuição de equipamentos desportivos obtidos durante a fase de aprontamento da unidade junto da Federação Portuguesa de Futebol, do Sport Lisboa e Benfica e do Futebol Clube do Porto.	Data não disponibilizada

Fonte: Questionário enviado ao TCor Soares Pereira, Comandante da UnEng 5 e recebido em correio eletrónico, 2 de setembro de 2012

• **Unidade de Engenharia nº 6 (30 de maio a 2 de dezembro de 2009)**¹²³

Segundo o TCor Pires “as atividades CIMIC desenvolvidas pela UnEng 6 foram planeadas ainda em território nacional, de modo a que fossem executadas de 5 a 6 ações, durante os 6 meses no TO. Estas ações seriam desenvolvidas nos municípios que ficam nas imediações do aquartelamento português de *Ubique Camp*. Cada um dos apoios prestados deveria ter uma duração de 3 a 4 semanas. Houve também, ainda em Portugal, a recolha de vestuário e material desportivo, escolar e produtos alimentares, que depois foram distribuídos pelas diversas organizações existentes, principalmente na parte final da missão”.

Quadro nº 8: Ações de CIMIC UNIFIL realizadas pela UnEng 6

Município	Atividade	Data
Atividades desenvolvida através da <i>capacidade sobran</i> te da Força:		
Shama	Enchimento dos espaços entre lintéis de fundação de uma futura igreja e Transporte de inertes sobran	15 a 24 de julho de 2009
	tes a aterro, e regularização do espaço envolvente	
	Limpeza e nivelamento de uma plataforma em aterro, para posterior construção de parque (500m ²)	12 a 20 de agosto de 2009
Shama (Al Bayyadah)	Limpeza e regularização do cemitério da localidade, numa área de 400 m ²	12 a 24 de agosto de 2009
Tayr Harfa	Beneficiação de dois itinerários com 1.000m e 500m	20 de julho a 8 de agosto de 2009
	Construção de uma plataforma para expansão do	

¹²² Apropriação de uma estrada ou itinerário traduz-se em criar condições para que a estrada seja traficável

¹²³ Entrevista ao TCor João Pires, Comandante da UnEng 6, cedida autor desta dissertação, 1 de junho de 2012, Lisboa

	cemitério local (500m ²); Regularização de plataforma com cerca de 300m ² , para acesso a depósito de água	
Majda Zun e Shihin	Trabalhos de beneficiação de um itinerário com 5.400m que liga estes dois municípios através de terras agrícolas.	17 de agosto a 14 de setembro de 2009
Alma Ash Sha'b	Beneficiação/construção de um itinerário com 1.000m, e de um outro com 500m	14 de setembro a 3 de outubro de 2009
Al Mansuri	Trabalhos de beneficiação de um itinerário com 1.000m	20 a 30 de outubro de 2009
Atividade desenvolvida no âmbito do plano de CIMIC UNIFIL:		
Naqoura	Construção de uma plataforma com 3.000m ² para o futuro cemitério local	3 a 26 de novembro de 2009
	Esta atividade foi integrada no âmbito das ações de CIMIC da UNIFIL. Este cemitério ficava dentro do Quartel-general daí que o interesse em o construir no exterior do mesmo fosse muito grande por parte da UNIFIL, uma vez que a entrada de civis para as cerimónias fúnebres dentro do QG da UNIFIL trazia problemas de segurança e confidencialidade das instalações	

Fonte: Entrevista ao TCor João Pires, Comandante da UnEng 6, cedida autor desta dissertação, 1 de junho de 2012, Lisboa

• **Unidade de Engenharia nº 7 (2 de dezembro de 2009 a 3 de junho de 2010)** ¹²⁴

Quadro nº 9: Ações de CIMIC UNIFIL realizadas pela UnEng 7

Município	Atividade	Data
Al Duhayra	Abertura de um arruamento	Data não disponibilizada
	Ligação da escola e o depósito de água à estrada principal, por itinerário alternativo, melhorando o acesso a terrenos agrícolas, habitações, depósito de água e à escola, numa extensão de 300m com uma largura de 3m: desmatção, alargamento do caminho existente e regularização do traçado; Colocação da camada de base e camada desgaste em <i>tout venant</i> ; nivelamento e compactação	
Naquora	Conclusão da construção da plataforma do cemitério municipal	Data não disponibilizada
	Conclusão da construção de uma plataforma com 3.000m ² para o futuro cemitério local (Trabalho iniciado pela UnEng 6 e concluído pela UNENG UnEng 7)	Data não disponibilizada
	Transporte de material de enchimento, regularização da plataforma junto aos muros de sustentação de terras, nivelamento e compactação	Data não disponibilizada

Fonte: Questionário enviado ao TCor João Almeida e recebido em correio eletrónico, 25 de agosto de 2012 UnEng 7

¹²⁴ Questionário enviado ao TCor João Almeida e recebido em correio eletrónico, 25 de agosto de 2012

- **Unidade de Engenharia nº 8 (3 de junho a 7 de dezembro de 2010)**

Quadro nº 10: Ações de CIMIC UNIFIL realizadas pela UnEng 8

Município	Atividade	Data não disponibilizada
Ayta Ash Sha'b	Reparação de três caminhos agrícolas	Data não disponibilizada
	Este trabalho consistiu nos seguintes procedimentos: remoção da camada vegetal, colocação de drenagem (enterrados), acerto da diretriz dos caminhos; espalhamento e compactação de <i>tout-venant</i> e construção do sistema de drenagem superficial	
	Limpeza e regularização do pátio da escola	Data não disponibilizada
	Este trabalho consistiu na limpeza da área a intervir, transporte de entulho e vazadouro, nivelamento do pátio e trabalhos de espalhamento, nivelamento e compactação de <i>tout-venant</i> .	Data não disponibilizada

Fonte: Entrevista ao TCor Monteiro Fernandes, Comandante da UnEng 8, cedida autor desta dissertação, 1 de junho de 2012, Lisboa

- **Unidade de Engenharia nº 9 (7 de dezembro de 2010 a 15 de junho de 2011)**

Quadro nº 11: Ações de CIMIC UNIFIL realizadas pela UnEng 9

Município	Atividade	Data
Yarin	Reparação de um troço de 500m de estrada	Dezembro de 2010 a junho de 2011

Fonte: Entrevista ao TCor Vale do Couto, Comandante da UnEng 9, entrevista cedida autor desta dissertação, 04 de Maio de 2012, Oeiras

- **Unidade de Engenharia nº 10 (15 de junho de 2011 a 16 de janeiro de 2012)**

Quadro nº 12: Ações de CIMIC UNIFIL realizadas pela UNENG 10

Município	Atividade	Data
Ayta Ash Sha'b e Naqoura	Reparação de uma estrada agrícola com a extensão de 1000m	Agosto a Outubro de 2011

Fonte: Entrevista ao TCor Alves Sepúlveda, Comandante da UnEng 10, entrevista cedida autor desta dissertação, 16 de Maio de 2012, Espinho

- **Unidade de Engenharia nº 11 (16 de janeiro a 24 de junho de 2012)**

Quadro nº 13: Ações de CIMIC UNIFIL realizadas pela UnEng 11

Município	Atividade	Data
Al Duhayra	Reparação de bomba submersível	25 de abril a 16 de maio de 2012
Ubique Camp	Estágio de culinária para alunos libaneses de um	7 a 10 de maio de

	curso profissional	2012
--	--------------------	------

Fonte: Questionário enviado ao TCor Martins Costa e recebido em correio eletrónico, 9 de setembro de 2012

Para além dos projetos acima descritos, a UnEng 11 efetuou a doação de diversos materiais e equipamentos a várias escolas e instituições (em resultado da retração da força).¹²⁵

5.5 **Planos de CIMIC Nacional**

a. Descrição dos planos

As primeiras seis Unidades de Engenharia não tiveram um enquadramento que lhes permitisse realizar CIMIC de acordo com um plano nacional. No entanto, desenvolveram ações junto das populações libanesas no âmbito da UNIFIL, bem como, em projetos próprios, através do que se considera a capacidade sobrança da força.¹²⁶

O Comandante da UnEng 5, TCor Pereira, julgou “ser necessário que o País fosse capaz de disponibilizar fundos”, para a realização de projetos CIMIC, mesmo que sejam de forma limitada”. Defende ainda que, apesar de poderem existir bons recursos financeiros para a execução de CIMIC, “este não substitui o contacto e a ligação com as populações”, também considera que o contacto de proximidade é muito importante. Se o fator determinante fosse o financeiro, então as tropas portuguesas não tinham capacidade para poder “competir” com outros países com maiores recursos a esse nível. Nesse sentido, considera que o segredo para ter sucesso e ombrear com os outros países, no cumprimento de missões deste tipo, é “envolver toda a unidade, na medida do possível”, e que, apesar de esta não ser a missão principal da unidade de engenharia, “a existência de uma boa ligação, bom planeamento, imaginação, coerência e imparcialidade”.¹²⁷

¹²⁵ Questionário enviado ao TCor Martins Costa e recebido em correio eletrónico, 9 de setembro de 2012

¹²⁶ Entrevista ao TCor Alves Caetano, Comandante da UnEng 4, entrevista cedida autor desta dissertação, 16 de Maio de 2012, Espinho

¹²⁷ Questionário enviado ao TCor Soares Pereira, Comandante da UnEng 5 e recebido em correio eletrónico, 2 de setembro de 2012

O TCor Pires destaca que “no âmbito nacional, apesar de ainda não existir plano, foram desenvolvidas algumas ações através de um plano da Força (UnEng 6), com o objetivo de alcançar uma almofada de segurança em relação às populações”. Os trabalhos que foram planeados e executados pela UnEng 6 tiveram como ponto de partida o “levantamento das reais necessidades das comunidades locais, em estreita ligação com os *mayors* desses municípios, havendo reuniões os seus presidentes dos respetivos municípios, no sentido de auscultar as suas aspirações. Foram disponibilizados meios humanos e equipamentos, através da capacidade sobrança de trabalho da Força. Estes trabalhos eram descritos nos relatórios enviados ao EMGFA e ao CFT, não se registando objeções, por parte dessas entidades, ao cumprimento das intenções da Força em matéria de CIMIC, uma vez que resultavam de atividade sem encargos adicionais, que não sejam os meios humanos e equipamentos”. Afirma, também que, “enquanto não existiu um plano nacional, as atividades CIMIC, dependiam muito, da intenção de cada comandante da UnEng”. Após a conclusão dessas ações, estava previsto o envio de relatórios semanais, onde se fazia o registo do trabalho realizado, em duas áreas: atividades em desenvolvimento e atividades planeadas a curto prazo (antecipação dos trabalhos a realizar, em particular no âmbito da CIMIC).¹²⁸

Os planos de CIMIC nacional iniciaram-se com a UnEng 7, que no seu caso, foi elaborado entre a chegada do destacamento avançado e do grosso da Força ao TO, tendo sido ajustado e submetido a aprovação ao EMGFA, aquando da chegada da mesma, sendo que, após a aprovação e atribuição de verbas por esta entidade, foi iniciada a execução dos projetos planeados.¹²⁹

Os planos de CIMIC nacional são executados através de fundos e responsabilidades nacionais. A coordenação é realizada com o EMGFA que aprova o respetivo plano. O primeiro contingente a executar este tipo de planos foi a UnEng 7. Este tipo de projetos não se enquadra dentro dos QIP, mas estão subordinados ao mesmo tipo de objetivos, sendo que os projetos se desenvolvem de modo autónomo pelos contingentes, através dos contactos efetuados com as entidades locais,

¹²⁸ Entrevista ao TCor João Pires, Comandante da UnEng 6, cedida autor desta dissertação, 1 de junho de 2012, Lisboa

¹²⁹ Questionário enviado ao TCor João Almeida e recebido em correio eletrónico, 25 de agosto de 2012

principalmente com os *Mukhtar*, no que é referido como sendo a área de responsabilidade em redor do aquartelamento português de Shama, que não tem um carácter formal, mas é vista como a área de 35 km em redor de *Ubique Camp* isto é, os municípios que rodeiam este aquartelamento e onde se encontram afinidades.¹³⁰

O TCor Pires refere que as intenções por si demonstradas junto do General CEMGFA Almirante José Manuel Mendes Cabeçadas, no que respeita à execução de ações de CIMIC, foram bastante apoiadas por este. Foi também apontado que, “a falta de verbas específicas para a execução destas atividades limitava a execução das mesmas, situação que foi revista nas UnEng que se seguiram”.¹³¹

Esta seria mesmo a última UnEng a não dispor de verba nacional para a execução de planos de CIMIC, e a partir da UnEng 7 verifica-se o planeamento, aprovação e realização, deste tipo de planos.

O TCor Sepúlveda refere a ideia de que “existia uma forte relação com o EMGFA. As propostas de alteração (dos planos de CIMIC), foram rapidamente aprovadas” e que “havia um grande interesse” do EMGFA na realização destes projetos.¹³²

b. Resumo das atividades desenvolvidas no âmbito dos Planos de CIMIC Nacional

• Unidade de Engenharia nº 7

Esta foi a primeira unidade a possuir verba própria para a execução de projetos de CIMIC nacional.¹³³

¹³⁰ Entrevista ao TCor Vale do Couto, Comandante da UnEng 9, entrevista cedida autor desta dissertação, 04 de Maio de 2012, Oeiras

¹³¹ Entrevista ao TCor João Pires, Comandante da UnEng 6, cedida autor desta dissertação, 1 de junho de 2012, Lisboa

¹³² Entrevista ao TCor Alves Sepúlveda, Comandante da UnEng 10, entrevista cedida autor desta dissertação, 16 de Maio de 2012, Espinho

¹³³ Questionário enviado ao TCor João Almeida e recebido em correio eletrónico, 25 de agosto de 2012

Quadro nº 14: Ações de CIMIC Nacional realizadas pela UnEng 7

Município	Atividade	Data
Shihin	Construção de um arruamento	Data não disponibilizada
Alma Ash Sha'B	Reabilitação geral do Salão da Câmara Municipal	Data não disponibilizada
	Reparação e asfaltagem de um troço de caminho rural de acesso a propriedades agrícolas, junto ao centro da aldeia, numa extensão de 50m e largura de 3m	Data não disponibilizada
	Fornecimento de equipamento para uma escola (Parte de laboratório de Química e Física e kit de projeção)	Data não disponibilizada
	Apoio sanitário: apoio continuado a 2 doentes durante toda a primeira fase da missão e na segunda fase a 1 doente e ações de sensibilização oral nas 3 escolas do município, a um total de 440 alunos	Data não disponibilizada
Shama	Reabilitação de um local destinado a vazadouro através da instalação de um miradouro com parque infantil e parque de merendas, com espaço para estacionamento.	Data não disponibilizada
	Este projeto foi efetuado na modalidade de <i>No Cost Project</i> , tendo como base recursos não utilizados noutras atividades e em parceria com a Câmara de Shama.	
Tayr Harfa	Apoio sanitário continuado a 2 doentes	Data não disponibilizada
	Sensibilização Oral na escola pública onde estiveram presentes 75 alunos, com idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos	
Al Mansuri	Sessão de sensibilização oral na escola pública onde estiveram presentes 200 alunos, com idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos	Data não disponibilizada
Majda Zun	Foi efetuada uma sessão de sensibilização Oral na escola pública onde estiveram presentes 231 alunos, com idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos	Data não disponibilizada

Fonte: Questionário enviado ao TCor João Almeida e recebido em correio eletrónico, 25 de agosto de 2012
UnEng 7

- **Unidade de Engenharia nº 8**

Quadro nº 15: Ações de CIMIC Nacional realizadas pela UnEng 8

Município	Atividade	Data
Ayta Ash Sha'b	Construção de bancos de madeira para a escola local	Data não disponibilizada
Shinin	Remodelação da escola local	Data não disponibilizada
Al Bayaadah	Reparação da estrada de Al Bayaadah	Data não disponibilizada
	Este trabalho incluiu a asfaltagem parcial, tendo-se recorrido à subcontratação de um construtor local	

Fonte: Entrevista ao TCor Monteiro Fernandes, Comandante da UnEng 8, cedida autor desta dissertação, 1 de junho de 2012, Lisboa

- **Unidade de Engenharia nº 9**

Quadro nº 16: Ações de CIMIC Nacional realizadas pela UnEng 9:

Município	Atividade	Data
Marwahin	Construção da plataforma para o campo de futebol	Dezembro de 2010 a junho de 2011
Al Jibbayn	Beneficiação de duas estradas agrícolas, com 1000m e 400m, respetivamente	Dezembro de 2010 a junho de 2011

Fonte: Entrevista ao TCor Vale do Couto, Comandante da UnEng 9, entrevista cedida autor desta dissertação, 04 de Maio de 2012, Oeiras

- **Unidade de Engenharia nº 10**

Quadro nº 17: Ações de CIMIC Nacional realizadas pela UnEng 10

Município	Atividade	Data
Yarin	Serviços de Assistência Médica	Outubro de 2011 a janeiro de 2012
Al Jybbain	Serviços de Assistência Médica	Outubro de 2011 a janeiro de 2012
11 Municípios	Doações de material diverso como esfigmomanómetros e medidores de glicémia	Novembro de 2011 a dezembro de 2011
Naqoura	Sessões de educação para a saúde no âmbito da higiene oral.	Novembro de 2011
Cruz Vermelha de Tiro	Doação de duas cadeiras de rodas e medicação crónica (medidores de tensão e glicémia)	Dezembro de 2011
Al Duhayra	Doação de material escolar e kits de higiene oral na escola de Al Duhayra	Novembro de 2011
Al Duhayra	Inauguração das estradas construídas em Al Duhayra	Novembro de 2011
Al Naqoura	Inauguração de salas de aula construídas na escola de Al Naqoura e doação de computadores, material escolar e medidores de tensão e glicémia na Escola de Naqoura	Dezembro de 2011
Alma Ash Sha'b	Inauguração das pinturas na Escola de Alma Ash Sha'b	Dezembro de 2011

Fonte: Entrevista ao TCor Alves Sepúlveda, Comandante da UnEng 10, entrevista cedida autor desta dissertação, 16 de Maio de 2012, Espinho

A UNENG 10 efetuou ainda a doação de vários computadores, em dezembro de 2011, no município de Tiro.

- **Unidade de Engenharia nº 11**

Quadro nº 18: Ações de CIMIC Nacional realizadas pela UnEng 11

Município	Atividade	Data
Yarin	Consultas médicas	Quinzenalmente
	Reabilitação de escola pública	7 a 31 de maio de 2012
	Consultas médicas	Quinzenalmente
Tiro	Doação de Medicamentos	2 meses após chegada ao TO e no final
	Treino de evacuação sanitária com a cruz vermelha de Tiro	Data não disponível

Fonte: Questionário enviado ao TCor Martins Costa e recebido em correio eletrônico, 9 de setembro de 2012

5.6 Imagem e aceitação da força

A ideia de que as ações de CIMIC contribuíram para uma boa imagem das FND e de Portugal, junto das comunidades locais, é unanimemente aceite, entre os comandantes das unidades de engenharia militar no Líbano.

O TCor Santos (Comandante da UnEng 2) refere que, de um modo geral, a participação do Exército Português, neste TO, contribuiu “para uma imagem muito positiva”.¹³⁴ Esta ideia foi corroborada pelo Cor Caetano (Comandante da UnEng 4), que afirma que “a população local recebia o apoio prestado pelas tropas portuguesas com bastante entusiasmo” e que, “o país saiu muito prestigiado com a execução destas ações, havendo uma maior perceção da utilidade do trabalho desenvolvido e um maior envolvimento das pessoas o executam”, sendo que este tipo de relacionamento com a população contribuiu para um melhoramento da Proteção da Força e o bom relacionamento com as comunidades locais.¹³⁵

Segundo o TCor Fernandes a intenção seria que “as tropas portuguesas desenvolveram trabalhos que permitissem o contacto com as populações. No caso de outras forças estrangeiras com outros meios, muitas vezes eram adjudicadas algumas obras e esse efeito perdia-se. Estas relações criadas entre as tropas portuguesas e a população local facilitava, em primeiro lugar que os locais nos conheçam, nos tratem bem, nos aceitem e que no fundo facilitem o desenvolvimento das tarefas principais da nossa missão.

As características dos nossos soldados são uma mais-valia pois somos capazes de nos relacionarmos bem com qualquer povo. Somos bem considerados”.¹³⁶

Para o TCor Santos a abordagem ao “fator imagem, relacionou-se em boa parte com o denominado *Show the flag*, ou seja, ligar a bandeira portuguesa ao trabalho desenvolvido no apoio às populações. As populações conhecem e sabem diferenciar o país que desenvolveu os trabalhos, apesar de também a imagem da UNIFIL sair

¹³⁴ Entrevista ao TCor Rodrigues dos Santos, Comandante da UnEng 2, cedida autor desta dissertação, 1 junho de 2012, Lisboa

¹³⁵ Entrevista ao TCor Alves Caetano, Comandante da UnEng 4, entrevista cedida autor desta dissertação, 16 de Maio de 2012, Espinho

¹³⁶ Entrevista ao TCor Monteiro Fernandes, Comandante da UnEng 8, cedida autor desta dissertação, 1 de junho de 2012, Lisboa

melhorada, a população libanesa percebe que foram as tropas portuguesas que a realizar trabalhos que conduziram a uma melhoria das suas condições de vida.”¹³⁷

A opinião do TCor Pires é de que “a opinião geral é extremamente positiva, uma vez que a população agradeceu grandemente a nossa colaboração. Este agradecimento foi manifestado também pelas entidades civis e militares (Forças Armadas Libanesas e UNIFIL). A força tinha uma imagem de capacidade de execução de trabalhos abrangente, não só sob o ponto de vista militar, no âmbito da *Force Protection* (Proteção da Força) e no apoio geral de engenharia, mas também no apoio às populações. Os contingentes portugueses estavam completamente integrados na Área de Operações, também nas relações com os outros contingentes e com os Mayors”. Refere ainda que “o nosso país ficou extraordinariamente bem visto, sob todos os aspetos, junto da UNIFIL, das FAL, das entidades locais e junto das populações, principalmente pelo volume de trabalho desenvolvido, que se verificou verticalmente, em relação às organizações presentes e transversalmente, abrangendo os municípios que nos pediam colaboração e que viram satisfeitos os seus anseios e melhoria das suas condições de vida.”¹³⁸

Refere ainda que o “conhecimento pessoal dos líderes locais facilita de várias maneiras o nosso trabalho, podendo ser uma ajuda caso tenhamos algum problema nessas regiões, que foi denominado de Programa de Empenhamento de Líderes Locais. A natureza da força e a missão da mesma é facilitadora desta imagem, em termos de visibilidade e de aceitabilidade por parte da população, uma vez que sendo de engenharia, não utiliza viaturas blindadas nem executa patrulhas armadas, por exemplo. As características desta força, que tem mais facilidade promover trabalhos de beneficiação e melhoria das condições de vida das populações também é um fator que ajuda a esta imagem positiva, uma vez que, a natureza da força e a missão da mesma é facilitadora desta imagem, em termos de visibilidade e de aceitabilidade por parte da população, uma vez que sendo de engenharia, não utiliza viaturas blindadas nem executa patrulhas armadas, por exemplo. As características desta força, que tem

¹³⁷ Entrevista ao TCor Rodrigues dos Santos, Comandante da UnEng 2, cedida autor desta dissertação, 1 junho de 2012, Lisboa

¹³⁸ Entrevista ao TCor João Pires, Comandante da UnEng 6, cedida autor desta dissertação, 1 de junho de 2012, Lisboa

mais facilidade promover em trabalhos de beneficiação e melhoria das condições de vida das populações é também um fator que ajuda a esta imagem positiva”.¹³⁹

Para o TCor Vale do Couto (Comandante da UnEng 9), “as tropas portuguesas são muito apreciadas pela forma aberta de relacionamento com outros povos, o que resulta numa boa aceitação da sua presença nesses territórios. Desse modo, mais do que a imagem do Exército é o próprio país que vê melhorada a projeção da sua imagem, ao mais alto nível”.¹⁴⁰

O bom relacionamento com as comunidades locais, ficou bem realçado durante a entrevista do TCor Sepúlveda (Comandante da UnEng 10), que salientou que esta boa imagem que as forças portuguesas detêm junto das populações locais, foi manifestada pelas entidades locais através de atitudes espontâneas, como por exemplo, aquando da visita no Ministro da Defesa Nacional, antes do Natal, que fizeram questão de estar presentes e manifestando, junto do mesmo, o agradecimento pelo trabalho desenvolvido pelas tropas portuguesas demonstrando também, a sua tristeza pela retirada das tropas do Sul do Líbano, que se registaria alguns meses mais tarde. Independentemente do credo religioso a que pertenciam, as tropas portuguesas foram bem vistas junto dos mesmos. Por outro lado, as ações de CIMIC desenvolvidas, naquela região, contribuem para a segurança da UNIFIL em geral e de forma muito especial das tropas portuguesas, contribuindo para a melhoria da liberdade de movimentos”.¹⁴¹

A melhoria da Proteção da Força é um dos objetivos da execução de projetos de CIMIC. A beneficiação das condições de vida das populações e a boa ligação com as entidades locais, são ações que contribuem sobremaneira para esse objetivo.

¹³⁹ Entrevista ao TCor Monteiro Fernandes, Comandante da UnEng 8, cedida autor desta dissertação, 1 de junho de 2012, Lisboa

¹⁴⁰ Entrevista ao TCor Vale do Couto, Comandante da UnEng 9, entrevista cedida autor desta dissertação, 04 de Maio de 2012, Oeiras

¹⁴¹ Entrevista ao TCor Alves Sepúlveda, Comandante da UnEng 10, entrevista cedida autor desta dissertação, 16 de Maio de 2012, Espinho

5.7 Trabalho de continuidade

Podemos afirmar que terá existido alguma continuidade no que diz respeito às linhas de ação da UNIFIL e das tropas portuguesas (garantir da liberdade de movimentos e a construção e reparação de infraestruturas), que se mantiveram constantes ao longo do tempo.

No que respeita ao levantamento de necessidades das populações foi apontado pelos comandantes de UnEng que os critérios estabelecidos para a seleção dos projetos e municípios a apoiar, se mantiveram ao longo do tempo, principalmente pela tentativa de rotação pelos mesmos. No que respeita ao contacto com os presidentes dos municípios, este relacionamento institucional existiu desde a UnEng 1, havendo neste campo uma continuidade dos contactos desenvolvidos, sendo que estas reuniões de ligação, entre os comandos das forças portuguesas e as entidades locais, contribuíram para um conhecimento mais aprofundado da realidade local e das reais necessidades existentes em cada um dos municípios, permitindo ao contingente no terreno e aos seus sucessores, a atualização de planos de situação de CIMIC. Neste âmbito, poder-se-á falar de um trabalho de continuidade, uma vez que as unidades sucessoras aproveitavam o trabalho de levantamento de necessidades elaborados pelos contingentes que as precediam.

Ao nível da execução dos projetos em si, verificou-se a preocupação em terminar cada um desses de projetos de CIMIC durante os seis meses de missão de cada contingente, tal como é referido pelo TCor Pires (Comandante da UnEng 6) as atividades CIMIC desenvolvidas pela UnEng 6 foram planeadas ainda em território nacional, de modo a que fosse executado um número de 5 a 6 ações, durante os 6 meses no TO. Estas ações seriam desenvolvidas nos municípios que ficam nas imediações do aquartelamento português de *Ubique Camp*. Cada um dos apoios prestados deveria ter uma duração de 3 a 4 semanas, de modo a que todos os municípios fossem apoiados e também para dar garantias que eram terminados, dando credibilidade à força. Os trabalhos sempre dependeram da intenção dos comandantes”.¹⁴²

¹⁴² Entrevista ao TCor João Pires, Comandante da UnEng 6, cedida autor desta dissertação, 1 de junho de 2012, Lisboa

Estas ideias são também confirmadas pelo TCor Fernandes que no seu caso, verificou que embora pudesse ter terminado a pavimentação de uma estrada que ficou por finalizar pelo contingente que a antecedeu, como a sua força não tinha capacidade para executar, não foi proposto ao EMGFA, pois teria que se adjudicado a algum empreiteiro civil local, perdendo-se parte do efeito do “*show the flag*” e os princípios de visibilidade e aceitação da força associados a CIMIC, seriam menores. A intenção geral era a de dar prioridade a uma maior componente de trabalho realizado por parte dos militares portugueses. Refere ainda que no que respeita ao levantamento de necessidades e critérios comuns de atribuição existiu, também, alguma noção de continuidade comum.¹⁴³

O Comandante da UnEng 9 (TCor Vale do Couto) confirma esta ideia, pois segundo este militar terá existido continuidade no sentido em que teria havido uma boa coordenação na passagem dos trabalhos e do planeamento de umas unidades para as suas sucessoras, havendo uma continuidade, no que respeita à coerência das atividades desenvolvidas.

Estas ideias foram confirmadas pelo TCor Sepúlveda, no sentido em que as ações de CIMIC lhe pareceram ser “pequenos trabalhos assumidos por cada uma das forças, sendo que os planos eram muitas vezes complementados já no TO”, tendo em consideração o levantamento das necessidades realizado por cada contingente presente no TO e pelo seu antecessor.¹⁴⁴

Em suma, podemos afirmar que, apesar de cada projeto ser autónomo e da responsabilidade do comandante de cada um dos contingentes, existe um trabalho de continuidade no que diz respeito à ligação com as entidades locais. Desse modo, houve a intenção de procurar que houvesse rotatividade entre municípios e que esses apoios fossem equitativos. A cooperação entre os comandos das unidades no TO e as suas sucessoras permitiu essa rotatividade entre municípios e um maior conhecimento das necessidades reais das populações.

¹⁴³ Entrevista ao TCor Monteiro Fernandes, Comandante da UnEng 8, cedida autor desta dissertação, 1 de junho de 2012, Lisboa

¹⁴⁴ Entrevista ao TCor Alves Sepúlveda, Comandante da UnEng 10, entrevista cedida autor desta dissertação, 16 de Maio de 2012, Espinho

5.8 Cumprimento das finalidades da CIMIC

a. Finalidade Imediata

Podemos afirmar que, no caso das UnEng, a finalidade imediata da execução de CIMIC nesta operação relaciona-se com a missão atribuída ao contingente português, no âmbito da UNIFIL, que consistia no apoio à liberdade de movimentos e da população civil, sempre dentro das suas capacidades e de acordo com as diretivas do Comandante da UNIFIL. Desse modo, a execução de CIMIC contribuiu como, já foi referido para a melhoria da aceitação da força portuguesa e das restantes forças militares da UNIFIL, contribuindo também para baixar a tensão que inicialmente se verificou, resultando, consequentemente, numa melhoria da liberdade de movimentos.

Não se registaram problemas ao nível dos movimentos, nem se registou qualquer animosidade por parte das populações locais, em relação ao contingente português. Houve um enorme contributo para a Proteção da Força, que era o grande objetivo.

No caso da UnEng 3, é referido pelo TCor Carvalho que “a realização das atividades CIMIC dependia da “oferta” da UNIFIL e que, inicialmente, o comando da UNIFIL tinha como principal preocupação a melhoria das infraestruturas, onde as tropas internacionais estavam aquarteladas. Esta preocupação, por parte do Comandante da UNIFIL prendia-se com o facto de se estar ainda numa fase inicial, da UNIFIL (no seu caso, um ano após a entrada do primeiro contingente português) verificando-se não existir ainda, uma grande aceitação, da presença da força militar multinacional no país”.¹⁴⁵

Nesse sentido, o contributo imediato para a missão da UNIFIL, registou-se ao nível do melhoramento das suas instalações e em particular, ao nível da realização de ações de CIMIC.

O TCor Pereira considera mesmo que, “o desenvolvimento de atividades CIMIC, principalmente a Ligação civil-militar, são o principal fator que contribui

¹⁴⁵ Questionário enviado ao TCor Rebelo de Carvalho, Comandante da UnEng 3 e recebido em correio eletrónico, 2 de setembro de 2012

para a proteção e segurança da Força, verificando-se que, em 6 anos de missão, não se registou qualquer incidente com a FND”.¹⁴⁶

Na opinião do TCor Almeida, a “execução de projetos de CIMIC cimentou a manutenção da boa aceitação da Força”. Para melhoria da qualidade de vida das populações, refere que estes projetos foram “melhorando a mobilidade das populações e a sua acessibilidade a recursos e locais críticos como, por exemplo, o acesso a locais de abastecimento de água e à escola em Al-Duhayra, a terrenos agrícolas em Alm Ash Sha’b e o aumento da segurança nas deslocações em Shihin”.¹⁴⁷

b. Finalidade a Médio Prazo

Podemos afirmar que, o cumprimento desta finalidade foi mais complexo, uma vez que criação de condições para a transferência da autoridade e a administração civil para autoridades locais, será ainda uma finalidade mais difícil de alcançar, sendo algo que poderá demorar alguns anos.

Considera o TCor Carvalho Comandante da UnEng 3, que a grande contribuição da sua força para o cumprimento da finalidade de médio prazo da CIMIC, foi para “estreitar excelente o relacionamento com a população local, o que se refletiu também, num grande contributo para o esforço de manutenção da paz no Líbano”.¹⁴⁸

Para o TCor Pires, “o contributo para facilitar a circulação das forças militares, foi muito importante. As forças locais viam as tropas portuguesas como colaboradores e amigas que defendia os interesses das organizações internacionais, mas também os

¹⁴⁶ Questionário enviado ao TCor Soares Pereira, Comandante da UnEng 5 e recebido em correio eletrónico, 2 de setembro de 2012

¹⁴⁷ Questionário enviado ao TCor João Almeida e recebido em correio eletrónico, 25 de agosto de 2012

¹⁴⁸ Questionário enviado ao TCor Rebelo de Carvalho, Comandante da UnEng 3 e recebido em correio eletrónico, 2 de setembro de 2012

interesses das populações, procurando beneficiar as condições de vida das populações locais, bem como, a sua autonomia”.¹⁴⁹

As atividades de melhoramento das condições vida das populações influenciam sempre direta ou indiretamente, pela positiva, a aceitação da Força e de um outro modo de vida, para além do da guerra permanente, contribuindo para a manutenção da paz. Quanto ao estado final da operação, considera o Comandante da UnEng 7, TCor Almeida que “é mais difícil responder a essa questão, uma vez que a passagem da responsabilidade operacional para as Forças Armadas Libanesa, está mais difícil de alcançar”.¹⁵⁰

O TCor Fernandes considera também que há mais dificuldade em avaliar o cumprimento desta finalidade, uma vez que, não se vêm dados palpáveis nem existem critérios para isso. A CIMIC serve provavelmente para atenuar o facto de haver uma força estrangeira, a operar no seu território e que possa ser um incómodo, para o normal dia-a-dia das comunidades locais.¹⁵¹

Na opinião do comandante da UnEng 10, TCor Sepúlveda, é evidente que, neste caso, as UnEng contribuíram para a estabilização do Sul do Líbano tendo em vista a grande obra feita, o trabalho feito pelas tropas portuguesas e também pelas estrangeiras, no que respeita à melhoria das vias de comunicação e, para garantir as necessidades básicas, como por exemplo a captação e distribuição de água, estando assim a contribuir para o mandato das ONU.¹⁵²

c. Finalidade a Longo Prazo

As ações de CIMIC desenvolvidas “contribuíram, de forma importante, para a afirmação de Portugal no contexto internacional, para os objetivos da política externa portuguesa e para a melhoria das condições de vida das populações do sul do Líbano,

¹⁴⁹ Entrevista ao TCor João Pires, Comandante da UnEng 6, cedida autor desta dissertação, 1 de junho de 2012, Lisboa

¹⁵⁰ Questionário enviado ao TCor João Almeida e recebido em correio eletrónico, 25 de agosto de 2012

¹⁵¹ Entrevista ao TCor Monteiro Fernandes, Comandante da UnEng 8, cedida autor desta dissertação, 1 de junho de 2012, Lisboa

¹⁵² Entrevista ao TCor Alves Sepúlveda, Comandante da UnEng 10, entrevista cedida autor desta dissertação, 16 de Maio de 2012, Espinho

sendo unanimemente reconhecido pelas autoridades civis e militares que Portugal possui créditos reconhecidos nessa região, resultantes do trabalho efetuado e que também serviu para beneficiar a imagem das próprias autoridades locais para com a sua população”.¹⁵³

O TCor Pires considera que “o facto das tropas portuguesas terem executado trabalhos que melhoraram efetivamente, as condições de vida das populações, faz com que essas instituições libanesas, tenham uma imagem muito positiva do nosso país. Deste modo, esta imagem pode potenciar o apoio do Líbano às nossas intenções políticas internacionais, podendo ser um aliado na ONU, por exemplo, ou noutras instituições internacionais, colocando-se ao nosso lado, no apoio a posições políticas portuguesas. Junto de outros contingentes, as tropas portuguesas ganharam credibilidade não só em termos militares, mas também pela organização e capacidades demonstradas. A forma como as tropas portuguesas passou a ser vista foi muito positiva, pela demonstração de capacidade e potencial para realizar trabalhos de elevada importância e responsabilidade”.¹⁵⁴

O cumprimento das missões atribuídas às unidades de engenharia militar portuguesa, é sinónimo de um aumento da credibilidade da Força, quer ao nível das ações de CIMIC, quer no que diz respeito às restantes missões, inerentes ao apoio de engenharia à UNIFIL.¹⁵⁵

No âmbito empresarial, o TCor Fernandes destaca a visita de uma delegação de empresários portugueses que esteve presente no Líbano, à UnEng 8. Esta delegação esteve presente no país, “na tentativa de explorar negócios na área das energias renováveis, mas contou com poucos apoios das embaixadas”. Por outro lado, “não havia nenhuma empresa que estivesse por detrás dos trabalhos de CIMIC, como por exemplo nas forças de outros países, com relações comerciais e económicas mais duradouras”.

¹⁵³ Entrevista ao TCor Rodrigues dos Santos, Comandante da UnEng 2, cedida autor desta dissertação, 1 junho de 2012, Lisboa

¹⁵⁴ Entrevista ao TCor João Pires, Comandante da UnEng 6, cedida autor desta dissertação, 1 de junho de 2012, Lisboa

¹⁵⁵ Questionário enviado ao TCor João Almeida e recebido em correio eletrónico, 25 de agosto de 2012

Por outro lado, constata-se “não existe embaixador no Líbano, pois está em Chipre, em Beirute existe um cônsul honorário (libanês), não vêm grandes interesses da política externa portuguesa no Líbano”.¹⁵⁶

Um outro aspeto apontado pelo TCor Couto (Comandante da UnEng 9), é de que “do ponto de vista dos objetivos genéricos da Política Externa Portuguesa, uma força com estas características contribui de forma notável, sendo de referir o facto de neste período, Portugal ter assento no Conselho de Segurança da ONU”.¹⁵⁷

5.9 Projeção da imagem

Na opinião do TCor Santos, “a aceitação junto da opinião pública portuguesa, do apoio prestado pelas forças portuguesas às populações locais é positiva, sendo de salientar que a CIMIC não deverá ser utilizada propositadamente com o objetivo de apoiar a população, mas sim, como é definido doutrinariamente, segundo um elemento de “apoio de combate”, complementar ao cumprimento da missão principal da força militar”.

Na opinião do TCor Carvalho, o Exército Português “projeta uma excelente imagem, apesar dos poucos recursos disponíveis e empregues, que resulta do excelente relacionamento que as tropas portuguesas conseguiram estabelecer com as populações e forças militares apoiadas, tendo em consideração a missão principal da UnEng. O TCor Carvalho considera também que, as atividades CIMIC melhoram a imagem da participação, não se esquecendo a missão principal que à Unidade está atribuída (apoio à UNIFIL) nem as condições que caracterizam o TO. Contudo, é complexa a passagem de uma boa imagem das atividades CIMIC que traduzam a excelência do CIMIC, e do emprego das forças nacionais no estrangeiro. No Exército, todas as valências valorizam o reforço e a projeção de forças”.¹⁵⁸

¹⁵⁶ Entrevista ao TCor Monteiro Fernandes, Comandante da UnEng 8, cedida autor desta dissertação, 1 de junho de 2012, Lisboa

¹⁵⁷ Entrevista ao TCor Vale do Couto, Comandante da UnEng 9, entrevista cedida autor desta dissertação, 04 de Maio de 2012, Oeiras

¹⁵⁸ Questionário enviado ao TCor Rebelo de Carvalho, Comandante da UnEng 3 e recebido em correio eletrónico, 2 de setembro de 2012

É opinião do TCor Pereira que “tal como nas restantes atividades operacionais, as atividades CIMIC permitem revelar Portugal, como um país com apetências para o estabelecimento de pontes interculturais, tal como foi no passado. A realização de ações de CIMIC revela um país imbuído de verdadeiro espírito de missão, em prol da paz, equidistante das forças envolvidas, respeitado com competências técnicas e militares, disciplinadas e que não se comportam como tropa de ocupação. No que respeita ao cumprimento das restantes missões desenvolvidas pelas UnEng, no apoio à UNIFIL, considera o TCor Pereira que as tropas portuguesas estão consideradas no alto nível de tecnicidade, tendo sido atribuídas tarefas de maior risco, necessidade de coordenação e planeamento, sendo que os métodos de trabalho utilizados, foram referência para a estrutura da UNIFIL. Para tal contribui, o nível de formação quer dos oficiais quer dos sargentos das subunidades da UnEng (os oficiais que comandam os pelotões têm licenciatura em Engenharia Civil e os sargentos que comandam secções tem formação de especialidade bem como na área das Construções e Instalações”.¹⁵⁹

O TCor Pires afirma “não existir uma grande divulgação das atividades CIMIC desenvolvidas, provavelmente, por falta de interesse dos órgãos de comunicação social. No caso das entidades governamentais, aconteceram visitas do Sr. Presidente da República e dos Ministros da Defesa Nacional, que receberam por parte do QG e das entidades locais, as melhores opiniões relativas ao desempenho, disciplina e relacionamento com as populações”.¹⁶⁰

Para o TCor Fernandes “a opinião pública portuguesa tem a perceção de que a CIMIC é ajuda humanitária, no entanto, essa perceção é errada. Mas essa perceção é apesar de tudo benéfica, pois a opinião pública vê de melhor modo, uma ajuda a outros países e o apoio ao desenvolvimento local. No entanto as UnEng são unidades que prestam apoio de engenharia à UNIFIL, ou os outros contingentes, a segunda prioridade é que será o apoio à população local. Mas o discurso oficial foi em parte invertido pois a opinião pública aceita melhor este tipo de intervenção militar. As ações CIMIC ajudam a melhorar a imagem da opinião pública portuguesa que vê

¹⁵⁹ Questionário enviado ao TCor Soares Pereira, Comandante da UnEng 5 e recebido em correio eletrónico, 2 de setembro de 2012

¹⁶⁰ Entrevista ao TCor João Pires, Comandante da UnEng 6, cedida autor desta dissertação, 1 de junho de 2012, Lisboa

com bons olhos o envio de tropas para o estrangeiro com propósitos de ajuda humanitária”.¹⁶¹

Na opinião do TCor Sepúlveda, quer neste TO quer noutros onde Portugal conta com FND, a imagem que é projetada “do apoio prestado à paz das regiões, mas também na melhoria das condições de vida da população, é bastante evidente, sendo que esse trabalho é bem visto pela opinião pública portuguesa, pese embora pouca divulgação nos OCS”.

Afirma o TCor Almeida que “a forma aberta e transparente como essas atividades são desenvolvidas e as interações que elas ajudam a criar com a população assim como a excelente qualidade do produto final, criam laços de solidariedade e de respeito mútuo cujo impacto se faz sentir para além no local em que as atividades são efetuadas”.¹⁶²

Na opinião do TCor Costa, “os militares portugueses são vistos como pessoas interessadas, dadas, sem preconceitos, amistosas e extremamente competentes e profissionais. Como alguns libaneses afirmavam: “chegaram como amigos, saem como irmãos” ou “os outros têm o dinheiro mas vocês têm coração”. Quanto à opinião pública portuguesa, creio que continua a existir um desconhecimento generalizado do que andamos a fazer “lá fora” por falta de divulgação.”¹⁶³

Segundo o TCor Costa, o Exército Português “ficou valorizado de todas as formas. Há que ter em atenção que estamos a falar de uma Unidade de Engenharia que tinha excelentes capacidades ao nível das construções quer verticais quer horizontais, com meios que a maioria das forças não tem. Todos conseguem ter dinheiro (alguns até bastante) para efetuarem doações ou darem apoio sanitário, mas poucas têm capacidade de executar “trabalho” abrindo estradas, fazendo campos de futebol ou parques infantis, reabilitando escolas degradadas, acudindo em cheias ou catástrofes naturais, etc. Quando a população local vê, com os seus olhos, os militares portugueses a trabalharem cheios de pó ou lama, apercebe-se da diferença.

¹⁶¹ Entrevista ao TCor Monteiro Fernandes, Comandante da UnEng 8, cedida autor desta dissertação, 1 de junho de 2012, Lisboa

¹⁶² Questionário enviado ao TCor João Almeida e recebido em correio eletrónico, 25 de agosto de 2012

¹⁶³ Questionário enviado ao TCor Martins Costa e recebido em correio eletrónico, 9 de setembro de 2012

Em relação às tropas estrangeiras ficámos também extremamente bem vistos em todos os aspetos, quer no lado humano quer no profissional e éramos publicamente reconhecidos como uma Unidade de Engenharia muito competente. Até o nosso Campo, feito e melhorado ao longo dos tempos era considerado como exemplar e um dos melhores de toda a UNIFIL”.¹⁶⁴

¹⁶⁴ Questionário enviado ao TCor Martins Costa e recebido em correio eletrónico, 9 de setembro de 2012

CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES

Como vimos neste trabalho, a atividade de CIMIC é apenas uma parte da missão que foi atribuída às unidades de engenharia militar portuguesas no TO do Líbano. Não devemos, por isso, tomar a parte pelo todo. A restante atividade operacional realizada por estas unidades não foi alvo deste estudo, uma vez que não era esse o propósito do mesmo e também seria difícil que o fosse devido às questões de confidencialidade associadas às atividades militares operacionais. No entanto, importa referir aqui este aspeto, uma vez que o universo do trabalho desenvolvido por estas unidades de engenharia militar portuguesa foi muito vasto, do qual se pode destacar a CIMIC e aqui sim entramos no âmbito deste estudo.

6.1 Contributo para as populações locais

A UnEng portuguesa procurou, desde o primeiro contingente, efetuar um constante levantamento das necessidades reais das populações, através de um contacto próximo com os líderes locais. Este relacionamento não foi apenas institucional, tal como foi referido pelos comandantes das UnEng entrevistados, mas como sendo relações de amizade, facto que, nas suas opiniões, terá sido muito importante para o bom entendimento entre portugueses e libaneses.

Os Comandantes da UNIFIL estabeleceram as linhas de atividade de: infraestruturas, apoio médico sanitário e ligação cultural. Estas serviram de orientações para os contingentes militares de cada país, que procuravam satisfazer as necessidades das populações locais, através da realização de QIP ou de projetos nacionais.

No que respeita à recuperação/ construção de infraestruturas, o volume de trabalho descrito no capítulo 5 deste estudo, demonstra as ações desenvolvidas. Como se verificou através do levantamento de necessidades das populações, as obras realizadas foram essencialmente, na área da recuperação de estradas, principalmente, de acesso a povoações e aos campos de cultivo na área da construção ou recuperação de escolas, edifícios oficiais, bem como parques públicos.

No âmbito do apoio médico-sanitário, as unidades de engenharia portuguesas realizaram um vasto conjunto de atividades, de que se destacam as diversas ações de formação na área dos primeiros socorros e higiene oral, bem como as consultas e prestações de cuidados médicos a doentes acamados pelo Destacamento Sanitário. Também a doação de medicamentos e de materiais, terá sido uma parte importante deste apoio.

Em relação à ligação civil-militar, da análise das entrevistas realizadas aos comandantes das UnEng podemos observar que terá existido uma grande preocupação de todos os comandantes, em estabelecer relações muito próximas com as entidades locais, desde o primeiro momento.

No que se refere à Proteção da Força, foi amplamente reconhecido, que este objetivo foi alcançado, uma vez que nenhuma unidade portuguesa sofreu qualquer problema de segurança. A capacidade portuguesa de conseguir criar boas relações com as entidades locais é apontada como sendo um grande facilitador deste desígnio.

A participação portuguesa na missão da UNIFIL, de 2006 a 2012 foi efetuada pela primeira vez, no âmbito do destacamento de forças portuguesas neste tipo de operações, por unidades de engenharia militar, ao contrário das anteriores, que se baseavam em batalhões ou agrupamentos, com base na infantaria ou cavalaria.

As unidades de engenharia militar executam, como se compreende, diferentes missões comparativamente com as unidades de infantaria ou cavalaria. Porém, este estudo, não tem como objetivo comparar estes tipos de unidades militares, mas podemos referir que, tal como observamos neste trabalho, as valências que as unidades de engenharia possuem ao nível dos trabalhos de construções (verticais e horizontais), são mais facilitadoras da eficiência das ações de CIMIC, uma vez que o benefício e visibilidade para as populações é mais potenciado.

6.2 Contributos para a paz no Líbano e missão da UNIFIL

A execução da CIMIC no Líbano constituiu para as Forças Armadas Portuguesas e, em particular para o Exército, uma experiência nova, quer pela atribuição de uma verba específica para o efeito, quer pela oportunidade de colocar em prática este tipo

de conhecimentos, bem como pelo aperfeiçoamento da realização deste tipo de atividade, que teve uma dimensão e importância que até aqui não existiam, em grande parte devido às características e capacidades inerentes a uma unidade de engenharia militar.

A missão que foi atribuída à unidade de engenharia militar portuguesa era a de apoiar, com os seus meios orgânicos, o Comandante da UNIFIL, em tarefas que beneficiaram, diretamente, a própria UNIFIL (no âmbito da construção, apoio à liberdade de movimentos) e também, a de executar outras tarefas de apoio às Forças Armadas Libanesas e às populações civis, bem como atividades humanitárias, tarefas que também contribuíram, de forma indireta, para os objetivos da missão das Nações Unidas.

É neste campo que se enquadra a realização de ações de CIMIC, uma vez que, tal como vimos no capítulo 1, o conceito de CIMIC tem diversas variantes, de acordo com o enquadramento das operações militares. No caso em estudo, verificamos que o objetivo da realização de CIMIC foi sempre o de apoio ao Comandante da UNIFIL, na consecução dos objetivos das Nações Unidas, isto é, em alcançar o objetivo final desta missão que é, no fundo, a manutenção da paz e da transferência para as entidades libanesas do controlo do país. Como objetivos parcelares ou intermédios, a CIMIC contribui para a liberdade de movimentos, a aceitação da força e, consequentemente uma melhoria da Proteção da Força.

6.3 Evolução da CIMIC no TO do Líbano

Podemos dividir a evolução da realização de CIMIC em quatro fases. Este estudo não tem dados suficientes para determinar uma data concreta essas fases que, no nosso entender, não são estanques, isto é, a divisão do tempo entre cada uma destas fases depende de fatores que são explicados segundo os seguintes elementos:

1ª Fase - Tomada de consciência (2006 a 2008)

A entrada no TO em Novembro/ Dezembro de 2006 e a consequente ambientação a um novo Teatro de Operações, provocou a necessidade de realização dos primeiros contactos e reuniões com as entidades locais, que resultaram na

tomada de consciência da realidade e necessidades reais das populações. Este “quebrar de gelo” foi importante para ambas as partes, dado que serviu para criar empatia com as entidades libanesas e para que a população em geral não sentisse invadida no seu espaço. Também no que respeita às relações com o Estado-Maior da UNIFIL, em geral e neste âmbito da CIMIC, se traduziram na assunção de novas responsabilidades.

2ª Fase – Adaptação (2008-2009)

Esta segunda fase resulta das ligações efetuadas pelos primeiros contingentes e das primeiras ações concretizadas no terreno. As ações de CIMIC realizaram-se sob o chapéu da UNIFIL e através da capacidade sobrança que as UnEng possuíam.

3ª Fase – Execução dos Planos de CIMIC Nacionais (2009 a 2011)

Com a UnEng 7, as capacidades portuguesas de concretizar o apoio à UNIFIL através da realização de projetos próprios foram uma mais-valia para a todas as partes. Esta capacidade própria da Força foi importante para executar alguns projetos que anteriormente não teriam sido possíveis.

4ª fase – Retração (2012)

Como vimos neste trabalho, com a retração da força, as populações locais, tiveram um sentimento de “abandono”, uma vez que a presença portuguesa na opinião dos comandantes entrevistados, seria vista como muito positiva e essencial para a concretização de alguns anseios dessas populações, que se viram privadas de um apoio muito importante para a satisfação das suas necessidades básicas, que continuam, ainda hoje, a ser muitas. A passagem para a Fase de Transição¹⁶⁵ da CIMIC, isto é a gradual transferência das responsabilidades para as autoridades locais, será realizada, pelas restantes forças da UNIFIL que permaneceram no terreno. Esta será, provavelmente, a grande omissão que a participação de Portugal na UNIFIL II deixa no terreno, uma vez que as suas forças, não estarão presentes, caso isso aconteça.

No entanto, a transferência para as autoridades libanesas do controlo da segurança e administração, será mesmo a grande questão no âmbito do conflito

¹⁶⁵ Ver Quadro nº1, pág. 15

israelo-líbanês, que ficará sempre no ar, pois o cerne de toda a segurança nesta área relaciona-se com evitar que Hezbollah e Israel se defrontem mais uma vez. Este facto pode ter influência na CIMIC, uma vez que ocorrendo hostilidades durante este processo, pode dificultar o trabalho desenvolvido até aqui.

6.4 Contributos para a política externa portuguesa

No que se refere aos objetivos da política externa portuguesa, tal como vimos no capítulo 3, a escolha de uma unidade de engenharia, foi essencial para que se pudesse dar cumprimento ao objetivo de reconstruir o Sul do Líbano. Desse modo, o volume de trabalho realizado nas linhas de atividade já explanadas, terá sido uma imagem de marca de Portugal que ficou nesse país.

No que se refere ao modelo democrático de inserção internacional, referido no capítulo 3, podemos afirmar que esta orientação é um pouco diferente do que estava registado, pelos governos anteriores, que se aproxima mais da NATO e dos Estados Unidos da América, tal como podemos recordar pela aproximação que o governo de Durão Barroso teve em relação à Guerra do Iraque, por exemplo.

Da análise dos programas de governo podemos constatar que em 2005, o programa do governo do Partido Socialista, explicitava claramente o reforço da solidariedade euroafricana, do diálogo euroárabe e a reavaliação da política externa portuguesa que se afirmava ancorada nos três valores: manutenção de paz e segurança internacionais, primado do direito internacional, e o papel cimeiro das Nações Unidas e nos três pilares: integração europeia, aliança atlântica e a lusofonia, por esta ordem.¹⁶⁶

Estes aspetos, mantiveram-se na legislatura seguinte do PS que apostou na candidatura de Portugal ao CSNU, representando uma continuidade.

Podemos observar dois aspetos no que concerne às intenções da política externa no âmbito da integração das Forças Armadas na UNIFIL. O primeiro relativamente à nítida aproximação portuguesa em relação às intenções de aproximação à União Europeia e à PESC, concordante com o processo de

¹⁶⁶FRANCO, Manuela, *Portugal no Conselho de Segurança: o Médio Oriente*, http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992010000400008&script=sci_arttext&tlng=en, consultado a 4 de setembro de 2012

constituição desta missão da ONU e que concorre também com o também, o facto de Portugal ter estado na presidência da União Europeia no ano de 2007.¹⁶⁷ Estes dois fatores, têm especial contributo para a responsabilidade assumida pelo Governo no âmbito participação ativa nos centros de decisão mundiais; da manutenção de paz e da segurança internacionais, materializada pela participação ativa na produção de segurança internacional, como é o caso da missão atribuída às UnEng no Líbano; no processo de construção europeia.

O segundo aspeto, relativo à candidatura portuguesa ao CSNU, que necessitava do apoio dos países europeus para garantir os seus votos nessa eleição. De referir também que a integração na missão da UNIFIL, seria também importante para ganhar o apoio da restante comunidade internacional.

Esta aproximação à União Europeia e a candidatura ao Conselho de Segurança da ONU, terão tido um impacto mais positivo na opinião pública portuguesa, se comparadas com as aproximações em relação à NATO e aos Estados-Unidos da América, como foi o caso já referido da Guerra do Iraque em 2003. O envio de uma unidade de engenharia, com a intenção de se constituir um fator de manutenção da paz e de apoio à reconstrução de um país, tem um impacto na opinião pública mais evidente.

6.5 Mudança política em Portugal

Com a mudança de governo em Portugal, após as eleições legislativas de 5 de junho de 2011, poucas alterações foram introduzidas ao nível da política externa e de defesa nacional, apesar de existir um grande consenso com os objetivos da legislatura anterior. Em virtude da crise financeira que envolve Portugal, a participação do país em missões de paz sofreu alterações, sendo que a participação portuguesa terminou com a retração do contingente português, executada pela UnEng 11, a 24 de junho de 2012.

As diferenças com o anterior executivo governamental, ao nível da política externa e de defesa nacional, centram-se essencialmente no reforço do relacionamento com a NATO, sendo de destacar na participação na missão da NATO

¹⁶⁷ <http://www.eu2007.pt/UE/vPT/>, consultado a 10 de setembro de 2012

de policiamento aéreo da Islândia, com caças F-16 da Força Aérea Portuguesa de 7 de agosto a 20 de setembro de 2012.¹⁶⁸

Como foi observado no Programa do Governo (2011-2015) da coligação PSD-CDS no âmbito sua da política externa traduzem as suas intenções em outras áreas do globo, como os países de expressão portuguesa, o acompanhamento das mudanças no Magrebe, o processo de paz no Médio Oriente, bem como a manutenção de relações privilegiadas com os Estados Unidos da América e a NATO.

¹⁶⁸ <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/missoes/icelandairpolicing/>

FONTES

Fontes primárias

DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS - UNITED NATIONS, *Civil-Military Coordination Policy*, New York, 2002

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, Programa do XVII Governo Constitucional 2005-2009

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, Programa do XVIII Governo Constitucional 2009-2013

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, Programa do XIX Governo Constitucional 2011-2015

Entrevista ao TCor Rodrigues dos Santos, Comandante da UnEng 2, cedida autor desta dissertação, 1 junho de 2012, Lisboa

Entrevista ao TCor Alves Caetano, Comandante da UnEng 4, entrevista cedida autor desta dissertação, 16 de Maio de 2012, Espinho

Entrevista ao TCor João Pires, Comandante da UnEng 6, cedida autor desta dissertação, 1 de junho de 2012, Lisboa

Entrevista ao TCor Monteiro Fernandes, Comandante da UnEng 8, cedida autor desta dissertação, 1 de junho de 2012, Lisboa

Entrevista ao TCor Vale do Couto, Comandante da UnEng 9, entrevista cedida autor desta dissertação, 04 de Maio de 2012, Oeiras

Entrevista ao TCor Alves Sepúlveda, Comandante da UnEng 10, entrevista cedida autor desta dissertação, 16 de Maio de 2012, Espinho

EXÉRCITO PORTUGUÊS, *Regulamento de Campanha – Operações*, EME, Lisboa, 2005

JOINT CHIEFS OF STAFF, *Joint Publication 3-57.1 Joint Doctrine for Civil Affairs*, 2008

NATO, *AJP-9 NATO Civil-Military Co-operation (CIMIC) Doctrine*, 2003

Questionário enviado ao Major Domingues, 2º Comandante da UnEng e recebido em correio eletrónico a 7 de setembro de 2012

Questionário enviado ao TCor Rebelo de Carvalho, Comandante da UnEng 3 e recebido em correio eletrónico, 2 de setembro de 2012

Questionário enviado ao TCor Soares Pereira, Comandante da UnEng 5 e recebido em correio eletrónico, 2 de setembro de 2012

Questionário enviado ao TCor João Almeida e recebido em correio eletrónico, 25 de agosto de 2012

Questionário enviado ao TCor Martins Costa e recebido em correio eletrónico, 9 de setembro de 2012

Fontes secundárias

BRANCO, Carlos Martins, *O que são operações de paz? Conceitos e taxinomia, Portugal e as Operações de paz. Uma visão multidisciplinar*, Lisboa, Prefácio, Fundação Mário Soares, 2009

CARVALHO, Henrique Martins, *Política Externa Portuguesa*, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Lisboa, 1964

DUARTE, Luis, *Os desafios colocados à CIMIC na condução das operações militares. TII CEMC*, IESM, Lisboa, 2008

ESCOLA PRÁTICA DE ENGENHARIA, *Ao serviço da paz. A Engenharia Militar Portuguesa na UNIFIL*, Tancos

EXÉRCITO PORTUGUÊS, *Regulamento de Campanha – Operações*, EME, Lisboa, 2005

FRANKE, Volker, “The peacebuilding dilemma: civil military cooperation in stability operations, in *International Journal of Peace Studies* nº2”, 2006

GARCIA, Francisco Proença, *A Participação Portuguesa nas Missões Militares: Iraque, Afeganistão e Líbano*, in *Revista Nação e Defesa*, 2008, pág 201

GRESH, Alain e VIDAL, Dominique, *Dicionário do Médio Oriente*, Coleção Contemporânea, Lisboa, 2003

JACINTO, Adelino, *A função CIMIC nas COIN: implicações no emprego das capacidades do sistema de forças nacional*, TII CEMC, IESM, Lisboa, 2008

HING, Telmo, *Cooperação Civil – Militar e os assuntos civis na doutrina militar nacional*. TII CEMC, IESM, Lisboa, 2008

MDN/IESM, *Sessão 1- Introdução à CIMIC, apresentação em diapositivos*, Pedrouços:2010,

MOCKAITIDIS, Thomas, *Civil-Military Cooperation in Peace Operations: The Case of Kosovo*, Strategic Studies Institute, Carlisle,PA, 2004

PINHEIRO, Paulo Vizeu, *Portugal e o Médio Oriente – Uma Visão Portuguesa em Matéria de Segurança e Defesa*, in Revista Nação e Defesa, nº121, 2008

REGIMENTO DE ENGENHARIA Nº3, *De Espinho para o Líbano. Um ano ao serviço da paz*

TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Política externa: as relações internacionais em mudança*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra 2011

Internet

FRANCO, Manuela, *Portugal no Conselho de Segurança: o Médio Oriente*, http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992010000400008&script=sci_arttext&tlng=en, consultado a 4 de setembro de 2012

GAUDÊNCIO, Rui, <http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/ministro-da-defesa-sublinha-utilidade-extrema-dos-militares-portugueses-no-terreno-1414096>, consultado a 5 de setembro de 2012

http://www.nato.int/docu/review/2004/issue3/portuguese/art4_pr.html

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=565729&page=-1,
consultado a 5 de setembro de 2012

<http://www.publico.pt/Mundo/paises-da-uniao-europeia-vao-enviar-6900-militares-para-o-libano-1268241> consultado a 5 de setembro de 2012

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=566876, consultado a 5 de setembro de 2012

<http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/ministro-da-defesa-admite-riscos-e-dificuldades-da-missao-no-libano-1277663>, consultado a 5 de setembro de 2012

<http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/missoes/fnd-libano/> consultado a 5 de setembro de 2012

<http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/missoes/dae-mediterraneo>, consultado a 5 de setembro de 2012

<http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/missoes/icelandairpolicing/> consultado a 24 de setembro de 2012

<http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/dpko/unifil.pdf>, consultado a 23 de setembro de 2012

<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unifil/>, consultado a 24 de setembro de 2012

SILVA, Miguel, <http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/ministro-diz-que-defesa-nacional-se-faz-com-projeccao-de-seguranca-fora-de-portugal-1301238>, consultado a 22 de setembro de 2012